A MISSÃO PARANHOS AO PRATA (1864-1865): DIPLOMACIA E POLÍTICA NA ECLOSÃO DA GUERRA DO PARAGUAI

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

INSTITUTO RIO BRANCO

Diretor-Geral Embaixador Georges Lamazière

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Cesar de Oliveira Lima Barrio

A Missão Paranhos ao Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:
Athos Bulcão
Treliça - madeira, localizada na Sala dos Tratados.

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

B271m Barrio, Cesar de Oliveira Lima.
A Missão Paranhos ao Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai / Cesar de Oliveira Lima Barrio.—Brasília : FUNAG, 2010.
168 p.

ISBN 978.85.7631.210-9

Dissertação (mestrado) – Instituto Rio Branco, MRE. Área de concentração: História Diplomática.
Orientador: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto.

1.Brasil – Relações internacionais. 2. Política externa. 3. Guerra do Paraguai. 4. Rio da Prata. I. Título.

CDU: 341.781(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

A Veridiana, por todo o amor,

o carinho e a dedicação.

Agradecimentos

Agradeço a excepcional orientação e o inestimável auxílio do Professor Doutor Francisco Doratioto, os conselhos preciosos de professores e amigos do Instituto Rio Branco e a boa vontade dos funcionários dos arquivos e das bibliotecas em que pesquisei. Também agradeço minha família e minha esposa Veridiana por todo o seu apoio e por sua infinita paciência ao longo de todo este trabalho.

"Rightly to be great is not to stir without argument,
But greatly to find argument in a straw
When honour's at the stake."
(William Shakespeare,
Hamlet, act IV, scene IV)

Abreviaturas

ACD – Anais da Câmara dos Deputados
AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty
AIHGB – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
AME – Arquivo das Missões Especiais
AN – Arquivo Nacional
APVRB – Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco
AS – Anais do Senado
CDOMS – Correspondência e Documentos Oficiais da Missão Saraiva
RRNE – Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros

Sumário

Introdução , 15

Capítulo I – Condicionantes da diplomacia imperial, 23
1.1 As forças profundas, 23
1.2 O subsistema platino, 32
1.3 Paradigmas de política interna e externa, 39

Capítulo II – A intervenção no Uruguai, 49
2.1 A conjuntura política brasileira, 49
2.2 A Missão Saraiva, 57
2.3 Das represálias à guerra, 69

Capítulo III – A atuação de Paranhos no Prata, 77
3.1 Contatos iniciais, 77
3.2 Rumo a Montevidéu, 86
3.3 Às vésperas do ataque, 94
3.4 A pacificação do Uruguai, 100

Capítulo IV – Resultados e repercussões, 109
4.1 As consequências da paz, 109
4.2 A exoneração de Paranhos, 115
4.3 A Missão Paranhos em debate, 122

Conclusões, 133

Fontes, 145

Anexos, 157

Anexo I – Notas reversais de 28 e 31 de janeiro de 1865, 157
Anexo II – Convênio de 20 de fevereiro de 1865, 162
Anexo III – Protocolo reservado e adicional de 20 de fevereiro de 1865, 165

Introdução

Entre os meses de abril e maio de 1864, o Governo Imperial decidiu alterar política externa brasileira para o Rio da Prata e passou a adotar uma postura mais ativa em defesa dos direitos e dos interesses nacionais no Uruguai. A nova política resultou em crescente antagonismo entre Brasil e Uruguai e acabou por envolver o Governo Imperial na política interna uruguaia – e, consequentemente, na guerra civil entre *blancos* e *colorados* iniciada no ano anterior. O envolvimento brasileiro no Uruguai motivou a intervenção paraguaia, que acabou por precipitar o maior conflito armado da história sul-americana: a Guerra do Paraguai (também denominada Guerra da Tríplice Aliança).

Para se tentar entender o papel da diplomacia brasileira no contexto que levou à Guerra do Paraguai é necessário, portanto, buscar compreender o processo de envolvimento do Brasil no conflito uruguaio, desenvolvido essencialmente ao longo de duas missões especiais enviadas pelo Governo Imperial ao Prata no ano de 1864: a primeira a cargo de José Antônio Saraiva (no período de maio a setembro) e a segunda sob o comando de José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco (iniciada em dezembro e concluída em março do ano seguinte).

A Missão Saraiva já foi objeto de detida análise historiográfica. A Missão Paranhos, por outro lado, ainda constitui, em certa medida, uma lacuna na historiografia brasileira. Alguns de seus documentos foram publicados, mas a correspondência da missão só é acessível em forma manuscrita no Arquivo

Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Embora esse material tenha sido objeto de trabalhos sobre temas mais amplos, não foi possível identificar, nas principais bases de dados nacionais, nenhum estudo historiográfico acerca da Missão Paranhos e de seu contexto específico.

Obras mais abrangentes, como as biografias publicadas sobre o Visconde do Rio Branco e as obras existentes acerca da Guerra do Paraguai, não dão conta da complexidade da Missão Paranhos. Nesses trabalhos, a própria amplitude dos temas impede um estudo aprofundado da missão especial e obriga seus autores, muitas vezes, a concentrarem sua abordagem em um único nível de análise metodológica, com o objetivo de ressaltar apenas aqueles aspectos da missão mais relevantes para a exposição de seus temas.

Essa lacuna torna-se tanto mais sensível quando se constata que: (i) a Missão Paranhos é um episódio crucial do envolvimento do Brasil no Prata e representou uma etapa fundamental do processo de formação da Tríplice Aliança; e (ii) a Missão Paranhos evidencia algumas contradições a respeito das políticas interna e externa brasileiras que demandam maior esclarecimento.

O primeiro ponto é evidenciado pelo impacto da missão na conjuntura platina. Quando chegou ao Prata, Paranhos deparou-se com um contexto extremamente adverso: as relações entre Brasil e Uruguai haviam degenerado a um verdadeiro estado de guerra, em que as forças brasileiras combatiam ao lado dos rebeldes *colorados*; o Paraguai já havia rompido relações com o Império e preparava-se para invadir o Mato Grosso; a Argentina permanecia neutra e o Corpo Diplomático era hostil ao Brasil. Quando Paranhos deixou o Prata, a guerra civil estava encerrada, o Uruguai havia passado de inimigo a aliado do Brasil contra o Paraguai, o Império contava com a aliança moral da Argentina e havia conquistado as simpatias do Corpo Diplomático. A rendição de Montevidéu foi alcançada por um convênio de paz, sem que fosse necessário disparar um tiro, e as bases para a formação da Tríplice Aliança estavam firmadas.

As notícias da rendição de Montevidéu foram recebidas com grande júbilo no Rio de Janeiro, mas, no dia seguinte, o convênio foi condenado como "deficiente" pelo Governo Imperial e o plenipotenciário brasileiro foi imediatamente exonerado. Chega-se, com isso, ao segundo ponto: as contradições. Por que Paranhos foi exonerado se sua missão foi aparentemente um triunfo? Por que o Governo Imperial manteve o convênio se não o considerou satisfatório? Intensos debates na imprensa e no Parlamento à época apresentaram os mais variados argumentos em defesa de Paranhos ou

do Governo Imperial, mas a historiografia posterior chegou a uma hipótese praticamente consensual sobre o que teria acontecido: o convênio atendia às necessidades da política imperial, mas o Gabinete preferiu exonerar seu diplomata por razões de política interna.[1]

Essa hipótese será verificada ao longo deste trabalho, mas não constitui seu elemento central e sim o ponto de partida para outras indagações a respeito da ingerência da política interna sobre a política externa na conduta da intervenção brasileira no Estado Oriental: Por que um Gabinete liberal/ progressista escolheu como seu representante diplomático um líder conservador que criticava sua política externa? Por que um Gabinete da mesma coloração (seu antecessor) ordenou uma política intervencionista no Prata ao mesmo tempo que defendia o neutralismo?

A historiografia oferece algumas respostas a essas perguntas. Não se pretende refutá-las a partir de novas descobertas extraordinárias, mas reavaliá-las para compreender melhor as variáveis de política interna e externa que nortearam a Missão Paranhos e a conduta do Governo Imperial. Com esses subsídios, será possível verificar a hipótese central deste trabalho: longe de constituírem fatores isolados, as contradições da Missão Paranhos revelam profundas incongruências em todo o curso da intervenção brasileira no Uruguai, explicáveis apenas por um longo processo de sobreposição dos interesses internos do Gabinete de Governo aos objetivos externos do Império.

Essa investigação não perde sua relevância pelo distanciamento temporal de seu objeto. Para uma Casa que tanto preza sua história e valoriza a continuidade de sua atuação diplomática, orgulhando-se da "renovação dentro da tradição", um trabalho que se propõe a investigar o processo que levou, pela primeira vez, à transformação do antagonismo entre Brasil e Argentina em uma parceria fundada na convergência de interesses entre os dois principais atores platinos, é um convite à reflexão sobre as grandes persistências na política externa brasileira.

A Missão Paranhos foi, também, um dos momentos mais marcantes da carreira diplomática do Visconde do Rio Branco, um dos grandes estadistas

[1] A historiografia diverge, contudo, no peso atribuído a diferentes fatores de política interna e, embora não negue a questão de política interna, Cervo registra uma dissidência parcial em relação ao restante da historiografia ao apontar um "verdadeira falha" no Convênio: "não haver alcançado nenhuma garantia de proteção aos brasileiros residentes no Uruguai, ou seja, nenhuma garantia de paz futura." CERVO, Amado Luiz. **Parlamento brasileiro e as relações exteriores**: 1826-1889. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 101-106.

da história nacional e um paradigma permanente para sucessivas gerações de diplomatas brasileiros. A ele atribui-se a síntese das principais tendências da política externa imperial em uma política externa "eminentemente brasileira", fundada na persecução coerente dos objetivos permanentes da política externa brasileira, identificados de forma concreta e objetiva ao interessa nacional.[2]

A investigação aqui proposta foi iniciada com uma pesquisa documental e historiográfica de cunho exploratório nas principais bases de dados nacionais sobre o tema, com ênfase nos arquivos da missão especial. O material foi coletado e analisado a partir do marco teórico proposto por Renouvin e Duroselle, que concebem a ação diplomática como produto da interação entre as "forças profundas" de ordem sistêmica que "formam o quadro das relações entre os grupos humanos" e a ação do "homem de Estado", o indivíduo detentor de poder capaz de agir em nome de sua nação.[3]

Essa interação ocorre por meio do que Duroselle chamou "sistema de finalidade" e "sistema de causalidade". O sistema de finalidade é o campo subjetivo em que o homem de Estado elabora seu plano de atuação sobre as forças profundas, com o objetivo de dirigi-las de acordo com a finalidade determinada em seu cálculo estratégico. No sistema de causalidade, as forças profundas também agem sobre o homem de Estado, delimitando suas possibilidades de atuação e condicionando sua conduta, atuando em sua forma original, difusa e espontânea (as "pulsões"), ou de maneira racionalizada, quando canalizadas por grupos organizados para objetivos definidos (as "pressões"). As forças profundas podem ser de ordem externa ou interna, mesmo no estudo das relações internacionais, pois "não existe nenhum ato de política exterior que não tenha um aspecto de política interna."[4]

O marco proposto não exclui outras abordagens e pode ser complementado por diferentes aportes teóricos pertinentes – afinal, este trabalho não se propõe a justificar uma ou outra abordagem teórica específica de relações internacionais, mas a empregá-las na medida de sua utilidade para facilitar a compreensão do objeto de estudo. Transpondo o marco teórico

[2] CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 68.
[3] RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, passim; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: teoria das relações internacionais. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, passim.
[4] DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: teoria das relações internacionais. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, passim.

de Renouvin e Duroselle sobre a tríade analítica de Waltz, temos que: (i) a primeira imagem (individual) corresponde à conduta pessoal do homem de Estado; (ii) a segunda imagem (estatal) diz respeito às forças internas que condicionam a ação do homem de Estado no plano internacional; (iii) a terceira imagem (sistêmica) é a estrutura internacional determinada pelas forças profundas.[5]

Começando-se com a terceira imagem, foram utilizados alguns conceitos dos autores da tradição realista, como Aron, Morgenthau e Waltz. Nessa concepção, os fatores físicos e sociais traduzem-se em elementos de poder, que passam a constituir um sistema internacional em que os Estados são os atores centrais e pautam sua ação pela maximização do poder ou da segurança.[6] A opção pelo instrumental realista justifica-se pelas característas do mundo do século XIX, quando o Estado era o grande protagonista das relações internacionais e a política de poder ocupava inegavelmente o primeiro plano da diplomacia.[7]

Na passagem da terceira para a segunda imagem, é importante considerar dois elementos: (i) a interação entre política interna e política externa; e (ii) os paradigmas internos de política externa. Robert D. Putnam aborda o primeiro ponto em sua teoria dos "jogos de dois níveis" (*two-level games*): a interação entre políticas interna e externa equivale a um jogo de dois níveis em que os lances jogados em um tabuleiro afetam o outro – e algumas vezes os lances que parecem razoáveis em um tabuleiro podem não o ser no outro. Os tomadores de decisão não podem ignorar nenhum dos tabuleiros, sob pena de serem eliminados do jogo por força de lances desfavoráveis em qualquer dos planos.[8]

---

[5] A distinção não passa, evidentemente, de um recurso metodológico, pois o entendimento preciso dos fenômenos de relações internacionais depende da combinação das três imagens, não da análise isolada de qualquer delas. WALTZ, Kenneth N. **Man, the State and War**: a theoretical analysis. New York: Columbia University, 1969, p. 14.

[6] ARON, Raymon. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, passim; MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, passim; WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002, passim.

[7] Não se quer dizer, com isso, que o Estado e a política de poder tenham deixado o papel central das relações internacionais nos dias de hoje, apenas que, naquele tempo, sua importância era maior.

[8] PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: the Logic of Two-Level Games. In: **International organization**. Vol. 42, no. 3 (Summer, 1988), 427-460, p. 433-434.

Para analisar o segundo ponto, o instrumental mais adequado parece ser a abordagem construtivista das relações internacionais. O construtivismo parte da própria insuficiência das concepções racionalistas (como o realismo) para explicar os motivos que determinam a tomada de decisões pelos homens de Estado. Há, segundo os construtivistas, uma barreira epistemológica entre a realidade objetiva e a percepção do formular de política externa que desvia a ação diplomática dos interesses materiais do Estado para as concepções ideacionais dos formuladores de política externa. Por essa razão, o construtivismo não nega a premissa racionalista da busca racional dos interesses nacionais, nem mesmo a maximização de poder advogada pelas teses realistas, mas argumenta que "*the meaning of power and the content of interests are largely a funcion of ideas*."[9]

Goldstein e Keohane argumentam que ideias reiteradas no tempo podem transformar-se em paradigmas institucionalizados de política externa e influir sobre a ação diplomática de um Estado como "mapas de ação" para momentos de incerteza ou como "focos de consenso" diante de situações com múltiplas possibilidades de ação.[10] Parece lógico concluir, então, que, quanto mais forte a institucionalização de determinado paradigma, maior sua influência sobre a ação diplomática e, portanto, menor a tendência do homem de Estado de desviar-se do paradigma independentemente das pressões ou pulsões em outro sentido. A *contrario sensu*, quanto mais fracos os paradigmas, maior a suscetibilidade do homem de Estado às pressões e pulsões.

Em relação à primeira imagem, o instrumental proporcionado por Renouvin & Duroselle parece suficiente para os objetivos deste trabalho.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos, tendo em vista o marco teórico adotado e a ordem cronológica dos eventos. No capítulo I, foram isoladas as variáveis estruturais de política externa e interna que determinaram a ação diplomática brasileira no Prata. Trata-se, portanto, de uma apreciação de longo prazo de terceira e segunda imagens (nessa ordem). No capítulo II, passa-se da estrutura para a conjuntura, com o propósito de apreciar o contexto imediato que ensejou a Missão Paranhos. O marco temporal

[9] WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. New York: Cambridge University, 1999, p. 96.
[10] GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. **Ideas and Foreign Policy**: beliefs, institutions and political change. Ithaca: Cornell University, 1993, p. 7-14.

escolhido para delimitar o início da abordagem foi a ascensão ao poder do Gabinete Zacarias, responsável pela alteração na política brasileira para o Prata. A análise leva em consideração elementos da terceira imagem, mas concentra-se na segunda imagem para explicar as decisões que levaram à intervenção no Uruguai. Para analisar a Missão Saraiva, passa-se à primeira imagem.

O capítulo III focaliza a atuação de Paranhos no Prata, desde sua chegada a Buenos Aires, no dia 2 de dezembro de 1864, até a celebração do Convênio de Paz, em 20 de fevereiro de 1865. Seu objetivo é explicar as atividades do plenipotenciário brasileiro como homem de Estado (primeira imagem), à luz das instruções do Governo Imperial e da conjuntura platina. O capítulo IV avalia as consequências da Missão Paranhos para o Império e o Prata e procura rever os principais pontos dos debates que se seguiram à demissão do plenipotenciário. Nesse capítulo, levam-se em consideração elementos dos três níveis de análise. A conclusão apresenta a reflexão final do autor sobre a Missão Paranhos e seu ponto de vista acerca das principais questões suscitadas ao longo do estudo.

Capítulo I - Condicionantes da Diplomacia Imperial

Este capítulo tem o objetivo de identificar as variáveis externas e internas que delimitavam a conduta brasileira no Prata. Com esse fim, buscou-se compreender: (i) as forças profundas que perpassavam a sociedade platense e os efeitos de suas pulsões sobre os países da região; (ii) as características estruturais do subsistema platino de relações internacionais e as combinações entre seus atores; e (iii) os paradigmas da política externa brasileira para o Prata e sua relação com a evolução da política interna do Império. Esses elementos constituem o pano de fundo para as mudanças conjunturais que resultaram no envio da missão Paranhos ao Prata.

1.1 As forças profundas

Quando as possessões sul-americanas de Espanha e Portugal realizaram sua emancipação política nas décadas de 1810 e 1820, defrontaram-se com dois desafios: a consolidação de novos Estados e sua reinserção no sistema econômico internacional. O primeiro processo implicava redefinir identidades antes subordinadas à dominação metropolitana e reconstruir um aparato governamental a partir dos resquícios da administração colonial. Essa tarefa competiria às elites que fizeram a Independência, cujo êxito dependeria, em grande medida,

de sua homogeneidade e da formulação de um projeto de Estado comum.[11]

Na sociedade platense, fundada na pecuária de exportação, essa homogeneidade não existia. A elite era fraturada em oligarquias rurais e burguesias mercantis que se antagonizavam mutuamente. As oligarquias, compostas por estancieiros (fazendeiros) e saladeiros (charqueadores), faziam a produção pecuária; as burguesias, formadas por comerciantes, encarregavam-se de sua exportação. As oligarquias dominavam a campanha e protegiam o artesanato pré-capitalista local; as burguesias controlavam as capitais portuárias e importavam as manufaturas europeias. As oligarquias praticavam o caudilhismo e desejavam uma federação com ampla autonomia regional, que conservasse seu poder e seus privilégios; as burguesias pregavam o liberalismo e ambicionavam um Estado forte e unitário, capaz de submeter todo o território ao controle da capital.[12]

O segundo processo implicava a reinserção das ex-colônias no sistema econômico internacional dos novos Estados nacionais, crescentemente caracterizado pelo aprofundamento da Revolução Industrial, pelo advento do capitalismo e pela integração dos mercados mundiais. A reinserção ocorreria por meio do que Donghi chamou de "neocolonialismo", baseado no "novo pacto colonial", fundado na divisão internacional do trabalho. A América Latina exportava matérias-primas e gêneros alimentícios para as metrópoles europeias e importava seus produtos industrializados.[13]

Nesse contexto, a integração entre centros produtores de matérias-primas e gêneros alimentícios e seus portos de escoamento tornava-se imprescindível. Era necessário desenvolver uma infra-estrutura mínima interligando o campo e a cidade com estradas de ferro e linhas telegráficas, o que exigia a acumulação de capital. A acumulação de capital dependia da ampliação das exportações

[11] Carvalho sustenta que a homogeneidade das elites é uma condição fundamental para a consolidação dos Estados: "Uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso, o que lhe dá enormes vantagens sobre as elites rivais. Na ausência de claro domínio de classe, [...] a fragmentação da elite torna quase inevitável a afloração de conflitos políticos e a instauração da instabilidade crônica, retardando a consolidação do poder." CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 34.

[12] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 57.

[13] DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 124-129.

e, portanto, da expansão da produção interna. Dada a ausência de capital e a escassez de mão de obra, o único fator de produção que poderia ser intensificado para aumentar a produção era a terra. Por essa razão, a expansão da produção dependia da ampliação das terras disponíveis.[14]

A acumulação de capital também dependia da atração de investimentos estrangeiros, o que pressupunha estabilidade política, garantias de segurança aos negócios e respeito à propriedade e aos direitos dos estrangeiros. Isso demandava uma autoridade central fortalecida, capaz de impor a ordem dentro de seu território. A mesma autoridade também era necessária para interligar as áreas produtoras e os portos de escoamento da produção, assim como expandir as fronteiras nacionais para abrigar novas terras.

O antagonismo entre as elites era uma força profunda de fragmentação intra-estatal. O capitalismo de produção em escala era uma força profunda de expansão além das fronteiras provinciais ou estatais.[15] As pulsões contrárias das duas forças (a primeira, de natureza centrífuga; a segunda, centrípeta) afetaram, em maior ou menor medida, todos os países da região, e seu choque impôs permanente instabilidade à sociedade platina, resolúvel apenas por meio da força.[16]

Esse choque foi especialmente violento no território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Derrubado o Vice-Rei espanhol em 1810, as elites portenhas tentaram preencher o vácuo de poder e reclamaram a lealdade de todo o território, mas fracassaram diante do movimento *juntista*, que ofereceu identidades regionais distintas mesmo às mais reduzidas jurisdições.[17]

---

[14] DONGHI, Tulio Halperin. Economy and Society in Post-Independence Spanish America. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University, 1989, v. III, p. 313.

[15] Essa pulsão expansionista não se traduzia, necessariamente, em pretensões anexacionistas. Em muitos casos, as necessidades expansionistas dos atores platinos podiam ser satisfeitas pelo aumento da influência política ou econômica sobre seus vizinhos (como ocorria entre Brasil e Uruguai). Em outros casos, era necessária a submissão política de todo o território a um único comando central (como ocorria entre Buenos Aires e as províncias de Entre Ríos e Corrientes).

[16] A "inserção dependente" dos novos Estados no mercado mundial, aliada à instabilidade estrutural da região, também geravam um problema adicional: a constante interferência de potências europeias (principalmente Reino Unido e França) nas questões sul-americanas em defesa de seus interesses particulares. CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais**: dois séculos de história. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, p. 80-81.

[17] SAENZ QUESADA, María. **La Argentina**: historia del país y de su gente. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2004, p. 218.

Seguiram-se numerosos conflitos, que resultaram na segregação da Banda Oriental (Uruguai), do Paraguai e do Alto Peru (Bolívia), e na fragmentação das remanescentes "Províncias Unidas".[18] A instabilidade entre as forças de expansão e fragmentação permaneceu ao longo de toda a história argentina anterior à Guerra do Paraguai, ainda que com intensidades variáveis.

Até a ascensão de Juan Manuel de Rosas, em 1829, predominaram as forças de fragmentação, levando Cisneros e Escudé a falarem antes em uma "*constelación de mini-estados*" que em uma federação.[19] Estancieiro buenairense e federalista, Rosas conseguiu conciliar por algum tempo os interesses das oligarquias provinciais e das burguesias portenhas e trazer estabilidade às Províncias Unidas por meio de uma política de "*diplomacy as well as force, presents as well as punishment*."[20] Em 1832, Rosas consolidou uma Confederação sob o comando de Buenos Aires, mas atenuou as reclamações provinciais com políticas comerciais protecionistas.[21] Mesmo assim, o conflito permaneceu latente e acabou obrigando Rosas a favorecer um dos lados.

Defendendo os interesses de Buenos Aires, Rosas fechou o Rio da Prata à livre navegação estrangeira, concentrou o comércio exterior no porto de Buenos Aires, suprimiu as aduanas interiores e recusou-se a nacionalizar as rendas alfandegárias portenhas.[22] Como consequência, as províncias da mesopotâmia argentina passaram a buscar uma rota alternativa para o escoamento de sua produção saladeiril: o porto de Montevidéu. A capital uruguaia transformou-se, assim, em uma base estratégica para a resistência das províncias à dominação portenha. Para firmar seu controle sobre as províncias dissidentes, Buenos Aires precisava controlar o Uruguai.[23] Essa

[18] Para Cervo, a *Grande Argentina* sucumbiu diante das *pátrias chicas* e transformou-se na *Pequena Argentina*. CERVO, Amado Luiz. A dimensão regional e internacional da independência. In: _____; RAPOPORT, Mário (Orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 85-86.

[19] CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (orgs.). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998, parte I, tomo IV, p. 159.

[20] LYNCH, John. The River Plate Republics from Independence to the Paraguayan War. In: BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University, 1989, v. III, p. 617.

[21] SAENZ QUESADA, 2004, p. 319.

[22] BANDEIRA, 1998, p. 58.

[23] DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (Orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 169.

necessidade permaneceu uma força expansionista constante na política externa argentina e veio ao encontro da velha ambição buenairense de restaurar a integridade territorial do Vice-Reino do Rio da Prata.[24]

Com a queda de Rosas em 1852, as forças de fragmentação voltaram a imperar. Recusando-se a aceitar o comando do caudilho entrerriano Justo José Urquiza, Buenos Aires retirou-se da Confederação e proclamou um novo Estado. A desconfortável coexistência de dois Estados argentinos não durou muito. A Confederação não podia subsistir sem as rendas alfandegárias portenhas e a tentativa de fazer do porto santafesino de Rosário uma alternativa a Buenos Aires nunca foi bem sucedida.[25] Por outro lado, Buenos Aires necessitava das províncias para sustentar sua acumulação de capital e alavancar sua expansão econômica.[26]

Mais uma vez, o choque das pulsões contrárias resultou no recurso às armas. Em 1859, Urquiza submeteu Buenos Aires e voltou a unificar a Confederação sob seu comando, mas Buenos Aires rebelou-se novamente e terminou vencendo em 1861. Bartolomé Mitre, Governador de Buenos Aires, tornou-se Presidente de uma Confederação unificada. Mesmo assim, as províncias de Entre Ríos e Corrientes mantiveram-se fortes e permaneceram uma fonte permanente de instabilidade interna e tensão externa.

A emancipação política brasileira seguiu um rumo diverso. Em contraste ao que ocorreu nas ex-colônias hispanoamericanas, o Brasil conseguiu manter sua integridade territorial e consolidar sua Independência com desgastes muito menores.[27] Mesmo assim, um conflito intra-elites ocorreu durante o processo de emancipação

---

[24] Paulo Cavalieri afirma, entretanto, que Rosas nunca pretendeu efetivamente anexar o Uruguay: "*su tácito plan de reconstrucción virreinal no pasó de ser un espantapájaros que se agitaba oportunamente para manter la ansiedad de las potencias extranjeras, la cohesión interna y el* statu quo." CAVALIERI, Paulo. **La restauración del Virreinato**: orígenes del nacionalismo territorial argentino. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004, p. 20.

[25] LYNCH, 1989, v. III, p. 653.

[26] BANDEIRA, 1998, p. 107.

[27] Fausto atribui esse resultado em grande medida à transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002, p. 146. Cervo chama atenção para a implantação da monarquia constitucional como Estado forte e centralizado, em consonância com o projeto das elites que fizeram a Independência. CERVO, 1998, p. 93. Doratioto lembra as vinculações econômicas e geográficas entre as regiões do Brasil, submetidas a um aparato estatal com membros experientes e legitimados pela continuidade do regime monárquico. DORATIOTO, 1998, p. 168. Carvalho vê na uniformidade da elite política brasileira um dos principais fatores responsáveis pela manutenção da unidade nacional e pela ausência da instabilidade política que predominou nos outros países latino-americanos. CARVALHO, 2003, p. 229-235.

política brasileira, acompanhada do embate ideológico entre centralização e descentralização. Durante o reinado de D. Pedro I, prevaleceram as burguesias mercantis, de origem portuguesa e tendências unitárias, mas a Revolução do Sete de Abril de 1831 transferiu o poder às oligarquias rurais, federalistas e abrasileiradas.[28]

A exacerbação das tendências federalistas levou ao separatismo, que, clara ou veladamente, motivou algumas das revoltas regenciais – em especial a Farroupilha, que durou de 1835 a 1845 e resultou na proclamação de duas repúblicas separadas no sul do país, com repercussões na "complexa geopolítica internacional da área platina."[29] Mesmo suprimida a Farroupilha, o Rio Grande do Sul manteve uma identidade regional distinta do resto do país, tornando-se um fator de instabilidade política para o Império brasileiro e uma "ameaça ao seu projeto de unidade territorial".[30]

Carvalho demonstrou, contudo, que, na maior parte do país, o conflito intra-elite foi atenuado e o choque ideológico, diluído, pela consolidação de uma elite política distinta, de caráter "nacional". Embora essa elite fosse recrutada principalmente a partir das oligarquias rurais, seu processo homogêneo de educação e treinamento voltados à construção do novo Estado traduzia-se em concepções políticas bastante similares e desvinculadas dos interesses de um ou outro setor da elite socioeconômica.[31]

A consolidação interna do Império ao longo da década de 1840, aliada à expansão das exportações cafeeiras, ao protecionismo tarifário e à liberação dos capitais antes investidos no tráfico, traduziu-se em apogeu econômico na década de 1850. O capital acumulado pôde ser investido dentro e fora do país. Internamente, o investimento traduziu-se em modernização: "estradas de ferro e caminhos em geral, fábricas de todo tipo, telégrafo, bancos, tudo parecia anunciar uma nova realidade".[32] Externamente, produziu o que Almeida

[28] Ibid, p. 180.
[29] MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Moderna, 1997, p. 87.
[30] Figueiredo atribui essa identidade regional distinta a fatores muito específicos resultantes da construção histórica dos espaços rio-grandense e platino: "o Rio Grande de São Pedro é uma província 'periférica' marcada pela defesa do federalismo como movimento autonomista herdado pelos estancieiros e líderes políticos rio-grandenses no que interessava do projeto artiguista". FIGUEIREDO, Joana Bosak. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata**: a identidade regional e o Estado nacional: 1851-1865. 2000. Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000, p. 43, 49.
[31] CARVALHO, 2003, p. 229-235.
[32] IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, v. III, p. 35-38.

denominou a "diplomacia dos patacões": a concessão de empréstimos financeiros ligados aos objetivos políticos do Brasil na região, principalmente ao Uruguai e à Confederação Argentina.[33]

Ainda que motivada por objetivos político-estratégicos, a "diplomacia dos patacões" não estava desvinculada de motivações econômicas: o retorno do capital, remunerado por juros. Isso criava novos objetivos político-estratégicos para o Império, pois a permanente instabilidade platina ameaçava a segurança dos investimentos brasileiros. A pacificação dos Estados platinos e sua consolidação interna, assim como a influência sobre os Governos devedores, tornavam-se, portanto, interesse nacional.

Para manter o ritmo de sua expansão econômica, o Império necessitava consolidar seu território e interligar regiões produtoras e rotas de escoamento, o que pressupunha a livre navegação do estuário platino, única forma prática de integrar a região isolada do Mato Grosso ao restante do Império e viabilizar o comércio brasileiro com o Paraguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Também necessitava assegurar a produção de charque do sul do país e do Uruguai, que sustentava sua mão de obra escrava. Todos esses elementos impulsionavam o Império a adotar uma postura ativa no Prata.

As tendências expansionistas brasileiras e argentinas convergiam sobre o Uruguai e, em menor escala, o Paraguai. Produto de tendências federalistas e separatistas dentro do Vice-Reino do Rio da Prata, o movimento independentista uruguaio começou em 1808, mas o território foi invadido pela Coroa portuguesa em 1811 e anexado ao Brasil em 1816. Em 1825, a então chamada Cisplatina proclamou sua independência e integrou-se às Províncias Unidas, com o apoio de Buenos Aires. Seguiu-se a Guerra da Cisplatina, que terminou em 1828, com a independência do Uruguai. Mesmo assim, o Estado Oriental permaneceria o "foco de convergência das contradições platinas que desencadeariam a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança."[34]

O comando da nova República foi disputado por duas facções adversárias, denominadas *blancos* e *colorados*. Não se tratava ainda de grupos identificados a ideologias ou interesses mais amplos, mas de simples

[33] ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo: Senac; Brasília: Funag, 2001, p. 197.
[34] DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 46.

filiações heterogêneas e personalistas a um ou outro caudilho.[35] À medida, entretanto, que o conflito desenvolveu-se e transformou-se em uma Guerra Grande, que cindiu o Uruguai de 1839 e 1851, os partidos passaram a assumir identidades relacionadas ao tradicional conflito intra-elite: os *colorados* passaram a representar a burguesia liberal de Montevidéu; os *blancos*, a oligarquia tradicional da campanha.[36] Para fortalecerem-se em seus conflitos internos, os dois partidos buscavam alianças fora de suas fronteiras, com unitários e federalistas argentinos, farroupilhas rio-grandenses e o Governo Imperial.

Quando a Guerra Grande chegou ao fim, o país estava devastado e tornara-se dependente do Império. Para tentar escapar dos permanentes conflitos platinos e da subordinação às influências brasileiras e argentinas, desenvolveu-se a *política de fusión*, que propunha a conciliação partidária e o fim do caudilhismo com o objetivo de consolidar o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses das facções internas e das nações estrangeiras.[37] A *política de fusión* fracassou internamente na década de 1850, mas o *blanco* Bernardo Berro voltou a perseguir seus objetivos no plano externo no início da década de 1860, agora buscando no Paraguai e nas províncias de Entre Ríos e Corrientes um contrapeso ao Brasil e à Argentina.

A história paraguaia não atravessou, em seu princípio, as mesmas turbulências. O Paraguai proclamou-se uma República em 1813 (embora aguardasse até 1842 para anunciar sua independência formal). José Gaspar Rodriguez de Francia assumiu o controle do país e adotou uma política de isolamento e autarquia para fortalecer sua ditadura e manter o Paraguai distante das ambições restauradoras buenairenses.[38] A autocracia foi mantida ao longo dos dois Governos seguintes, de Carlos Antonio López e Francisco Solano López, mas o isolamento foi abandonado com a morte de Francia, em 1840.

---

[35] ARTEAGA, Juan José. **Uruguay**: breve história contemporánea. México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 70.

[36] NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1999, p. 35.

[37] A busca de autonomia face ao Imperio e à Confederação foi um tema constante da política oriental. Suas raízes estavam nas tentativas de Fructuoso Rivera de compor uma ampla aliança com a República de Piratini, as províncias de Entre Ríos e Corrientes e o Paraguai, com vistas á formação de um "Uruguay Mayor". CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). In: **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998, parte I, tomo IV, p. 201-202.

[38] O Estado tornou-se o "principal agente da produção e do comércio, fomentando ou regulamentando rigorosamente, todas as suas atividades. BANDEIRA, 1998, p. 79.

Para dinamizar sua economia e modernizar-se, o Paraguai precisava ampliar suas exportações, mas o bloqueio imposto por Rosas à livre navegação do Rio Paraná dificultava o escoamento da produção agrícola paraguaia.[39] Para alterar esse quadro, era necessário participar da política platina. Com a abertura da Bacia do Prata à livre navegação após a queda de Rosas em 1852, o Paraguai ganhou acesso ao mar e pôde, com isso, começar a implementar uma estratégia de "crescimento para fora" baseada nas exportações de produtos primários para os mercados regional e mundial. Os excedentes desse comércio eram apropriados pelo Estado, em sua maior parte, e investidos na infra-estrutura interna e na máquina de guerra paraguaia.[40]

A reinserção do Paraguai na economia internacional o colocou, entretanto, em rota de colisão com o Brasil, com quem disputava uma faixa de terra fronteiriça entre os dois países, onde se localizava a "área mais rica dos ervatais do Paraguai".[41] Para fortalecer sua posição negociadora em relação à disputa territorial, o Governo paraguaio vinculava a livre navegação à delimitação das fronteiras entre os dois países, interesse vital do Brasil na região.[42] Como consequência, as relações entre os dois países foram marcadas por permanentes tensões ligadas à disputa fronteiriça e à questão da livre navegação dos rios Paraná e Paraguai.

A ascensão de Francisco Solano López ao poder em 1862 significou uma política de presença paraguaia ainda maior no Prata.[43] Para manter seu ritmo de crescimento, o Paraguai deveria ampliar seu comércio e aumentar seus negócios, "projetar-se cada vez mais para fora de suas fronteiras, [...] buscar seu *Lebensraum*."[44] Como a rota de escoamento da produção

---

[39] DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai** (1822-1889). 1989. Dissertação (Mestrado em história). Universidade de Brasília, Brasília, 1989, p. 22-24.

[40] DORATIOTO, 2002, p. 29-30.

[41] Principal item de sua pauta de exportações, o mate paraguaio era mais barato e de melhor qualidade que o brasileiro, e expandia seus mercados às custas das exportações brasileiras. Quando o mercado internacional de mate começou a dar sinais de saturação no início da década de 1860, deprimindo os preços do produto, os dois países foram duramente atingidos e intensificaram suas disputas comerciais. BANDEIRA, 1998, p. 110-112, 124.

[42] DORATIOTO, op. cit., p. 32.

[43] López acreditava que o desenvolvimento paraguaio conferia-lhe o direito a uma posição mais gloriosa nos assuntos platinos. CAGNONI, Manlio; BORIS, Ivan. **El Napoleón del Plata**: historia de una heroica guerra sudamericana. Barcelona: Noguer, 1972, p. 52. Para Moniz Bandeira, López não passava de um "político bisonho e inepto", que se acreditava "habilíssimo diplomata, além de notável general" e moldava-se em Napoleão III. BANDEIRA, op. cit., p. 121-122.

[44] Ibid, p. 120.

paraguaia atravessava as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes e terminava no porto de Montevidéu, era imprescindível que as províncias e o Uruguai fossem administrados por governos alinhados com o Paraguai.

As pretensões uruguaias, paraguaias e federalistas argentinas passaram a convergir ao longo do eixo Assunção-Paraná-Montevidéu, que também ofereceria aos três atores as dimensões territoriais e populacionais necessárias para sustentar a acumulação de capital em grande escala. Surgia, com isso, uma pulsão contrária às forças expansionistas brasileiras e argentinas, motivando um novo choque.

1.2 O subsistema platino

Desde o descobrimento da América até o início do século XIX, a América do Sul foi palco das rivalidades coloniais entre Portugal e Espanha. O Rio da Prata destacou-se como um dos pontos estratégicos de maior relevância na disputa entre as duas Coroas, motivando uma "grande batalha militar e diplomática" em torno da chamada Banda Oriental, que só terminaria efetivamente com o surgimento do Uruguai independente em 1828.[45] Para reforçar o equilíbrio de poder no que se havia transformado em um subsistema platino de relações internacionais, a Espanha fundou o Vice-Reino do Rio da Prata, que viria a abranger os territórios correspondentes futuramente a Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Até o início do processo de emancipação política das colônias latino-americanas, o subsistema platino foi caracterizado pela bipolaridade entre o Brasil e o Vice-Reino. Quando as colônias espanholas começaram a emancipar-se, o pólo espanhol implodiu-se e fragmentou-se em uma série de potências menores incapazes de fazer frente ao único grande ator remanescente: o Brasil. Aproveitando-se de sua posição hegemônica na bacia platina, o Brasil (àquela época ainda ligado a Portugal) levou adiante uma política expansionista, com a invasão da Banda Oriental em 1811 e sua posterior anexação ao território nacional em 1816.

Buenos Aires também perseguiu uma política expansionista com o objetivo de restaurar a integridade do antigo Vice-Reino sob sua autoridade, mas logo perdeu o controle sobre o Paraguai e o Alto Peru. Em razão dos conflitos

[45] SOARES, José Álvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata** (até 1865). Rio de Janeiro: Brand, 1955, p. 7, 46.

entre unitários e federalistas, mesmo a unidade das províncias platinas remanescentes só foi alcançada em 1824, sob Bernardino Rivadavia, e consolidada a partir de 1829, sob Rosas. As Províncias Unidas voltaram, assim, a constituir um pólo (ainda que instável e assimétrico) oposto ao Brasil no subsistema platino de relações internacionais, restaurando seu caráter bipolar.[46]

Com a emancipação política brasileira em 1822, foi o território brasileiro que se viu ameaçado pela fragmentação interna. O novo Império reverteu sua política para o *status quo* e passou a combater movimentos secessionistas no Norte e no Sul do país. Em 1825, a Província Cisplatina (antiga Banda Oriental) proclamou sua independência e tornou-se o ponto de colisão entre a política de *status quo* brasileira e o imperialismo argentino.[47] Sucedeu-se a Guerra da Cisplatina entre os dois países, que terminou sem vencedor em 1828, com a independência do Estado Oriental.[48]

A partir da década de 1830, conflitos internos entre *blancos* e *colorados* no Uruguai desestabilizaram toda a região. Em 1836, os *colorados*, liderados por Fructuoso Rivera e apoiados pelos unitários argentinos, desafiaram o Governo *blanco* de Manuel Oribe, dando início à Guerra Grande que durou até 1851. Oribe recorreu a Rosas, que, fortalecido pela crescente estabilidade interna argentina, assumia uma política cada vez mais expansionista. Com sua intervenção, Rosas combatia a dissidência unitária e ganhava a oportunidade de ampliar sua influência sobre o Uruguai. O Império, por outro lado, desestabilizado pelas insurreições do período regencial, retraía-se não apenas à política de *status quo*, mas de neutralismo.

---

[46] Cisneros e Escudé argumentam que, tecnicamente, as Províncias Unidas não poderiam ser consideradas um Estado soberano, pois eram compostas de "mini-Estados" autônomos que apenas delegavam voluntariamente o exercício de suas relações exteriores à Provincia de Buenos Aires, conservando seu poder de veto e a discricionariedade de renovar a delegação a cada ano ou não. CISNEROS e ESCUDÉ, 1998, parte I, tomo IV, p. 159. Mesmo assim, do ponto de vista externo, as Províncias Unidas apresentavam-se como um ator unificado enquanto estivessem subordinadas ao comando de Buenos Aires.

[47] Logo, a rivalidade entre Brasil e Argentina, que encontrava seus antecedentes nas disputas entre as Coroas de Portugal e Espanha e também se nutria da desconfiança mútua entre os regimes monárquico e republicano, refletia, sobretudo, a bipolaridade entre o Império e as Províncias Unidas no subsistema platino.

[48] A Convenção Preliminar de Paz, celebrada graças à mediação da Grã-Bretanha, obrigava o Império e as Províncias Unidas a garantirem e defenderem a integridade do novo Estado independente (embora não delimitasse suas fronteiras), e assegurava a livre navegação do Prata e de seus afluentes. CARVALHO, Carlos Delgado de. **História diplomática do Brasil**. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 60.

O conflito complicou-se pela interferência da França, que decretou um bloqueio a Buenos Aires em 1838 com o fim de obter para seus súditos na Argentina os mesmos direitos concedidos aos britânicos. Rosas resistiu e utilizou-se da ameaça externa para consolidar seu poder interno, mas não conseguiu auxiliar Oribe, que foi derrotado e teve que entregar a Presidência a Rivera. Levantado o bloqueio francês em 1840, Rosas retomou a ofensiva ao lado de Oribe e, em 1843, já dominava a campanha oriental e podia iniciar o sítio de Montevidéu. Julgando ameaçados seus interesses mercantis e a independência uruguaia, as potências europeias (Grã-Bretanha e França) ameaçaram uma nova intervenção. Para evitá-la, Rosas recorreu ao Brasil.

Iniciado o Segundo Reinado, o Império voltava a estabilizar-se, mais ainda lutava para submeter os farroupilhas no sul do país. Nesse contexto, uma aliança com Rosas contra os *colorados* e os unitários que apoiavam a República de Piratini passava a interessar ao Brasil. O Governo Imperial anuiu à proposta argentina de aliança, mas Rosas negou-se a ratificá-la, julgando que o perigo de intervenção havia sido afastado.[49] Esse artifício de Rosas teve repercussão negativa no Brasil e levou o Governo Imperial a retomar sua política de *status quo* voltada à contenção argentina.

O Governo Imperial enviou uma missão diplomática à Europa para negociar com as potências europeias uma possível ação conjunta contra Rosas, tornou-se o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência paraguaia[50] e encerrou a Farroupilha com um acordo de anistia geral aos revoltosos. As relações entre Brasil e Argentina começaram a deteriorar-se rapidamente, mas o conflito direto foi postergado por uma intervenção anglo-francesa, em 1845. Quando a intervenção foi encerrada sem sucesso, no final de 1849, o Império já estava consolidado internamente e podia aproveitar o vácuo deixado pelas potências europeias para não apenas resistir às pretensões de Rosas, mas aumentar seu próprio poder. Passava-se da contenção ao intervencionismo, do *status quo* ao expansionismo.

[49] ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Paraná e a política externa. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas... [et al]. **O Marquês de Paraná**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 81.
[50] O Império sempre favorecera a independência do Paraguai com o objetivo de reduzir o poder de Buenos Aires e afastar os rios Paraguai e Paraná de seu controle absoluto. Com esse fim, já havia estabelecido relações com o Paraguai em 1824, mas elas foram rompidas em razão de tensões resultantes da disputa territorial entre os dois países. Morto Francia, o Paraguai tentou romper seu isolamento e proclamou sua independência oficialmente em 1842. DORATIOTO, 2002, p. 24-27.

O Império preparou-se com cautela para o conflito com Rosas: com a abolição do tráfico negreiro e a ativação da diplomacia dinástica, foi afastado o perigo de interferência britânica;[51] com a diplomacia dos patacões e o contato estreito com os adversário de Rosas, foi construída ao redor do Brasil uma poderosa rede de alianças que incluía o Governo *colorado* sitiado em Montevidéu, as dissidências entrerrianas e o Paraguai. O conflito começou em 1851 e terminou no ano seguinte com a derrota de Rosas e Oribe. Vitorioso, o Império emergiu como nova potência regional, temporariamente hegemônica.

A intervenção brasileira também resultou na reunificação uruguaia sob domínio *colorado* e em sua transformação em um quase-protetorado do Brasil pelos Tratados de 1851.[52] Em 1852, um novo Governo uruguaio, presidido pelo *blanco* Juan Francisco Giró, tentou anular os tratados e distanciar-se da influência brasileira, mas o Governo Imperial suspendeu seus créditos mensais e ofereceu apoio a seus adversários.[53] Giró caiu em 1853, depois que o Governo Imperial negou-se a interferir em sua defesa, e o *colorado* Venancio Flores assumiu a Presidência da República após um breve triunvirato de transição.[54]

Na Argentina, a queda de Rosas resultou na transferência das principais atribuições antes conferidas a Buenos Aires para Urquiza, Governador de Entre Ríos. Buenos Aires recusou-se a aceitar a nova configuração de poderes e retirou-se da Confederação. Passaram a existir, com isso, dois Estados distintos: a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires. A remoção de Rosas também resultou na reabertura do estuário platino ao livre trânsito fluvial, possibilitando o acesso do comércio paraguaio ao mar. O Paraguai podia agora romper seu isolamento e desempenhar um papel mais ativo no Prata, com base na estratégia do "crescimento para fora".

---

[51] CERVO e BUENO, 2002, p. 115.

[52] Esses tratados determinavam: a solução favorável das pendências fronteiriças, o tratamento recíproco de nação mais favorecida, a abolição dos impostos uruguaios sobre o trânsito de gado em pé, a devolução de escravos fugidos, a aliança perpétua com o fim de preservar as respectivas independências (e a do Paraguai) e a manutenção dos empréstimos pelo tempo que o Império julgasse necessário. DORATIOTO, 1998, p. 190.

[53] RRNE 1852, p. 27; SIVOLELLA, Cristina Angela Retta. **Ação do Império sobre o Prata nos meados do século XIX e os Tratados de 1851**. 1996. Dissertação (Mestrado em história). Brasília: Universidade de Brasília, 1996, p. 66.

[54] RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **1864: o contexto platino e a intervenção no Uruguai**. 1979. Dissertação (Mestrado em história). Universidade de Brasília, Brasília, 1979, p. 65-66.

O subsistema platino tornava-se mais complexo. Se antes, apesar da instabilidade interna na Argentina, era possível considerá-lo essencialmente bipolar, pois Uruguai e Paraguai eram atores menores (e este último ainda mantinha-se isolado), agora o sistema tornava-se multipolar em razão da cisão na Confederação Argentina e da nova postura do Paraguai, que desenvolvia uma poderosa máquina de guerra e adotava uma política externa mais ativa.[55]

O principal foco de instabilidade do subsistema platino passou a ser o precário *modus vivendi* entre os dois Estados argentinos, que, embora tenham coexistido pacificamente por algum tempo, não abriam mão da ambição final de reunificar o país sob seu controle. Com esse fim, iniciaram uma guerra econômica em 1856, que logo se transformou em conflito armado. A tensão entre os dois Estados argentinos repercutiu em toda a região, dando origem a novas alternativas de alinhamento, tornadas mais complexas em razão da multipolarização do subsistema.

Os unitários de Buenos Aires sempre mantiveram laços estreitos com os *colorados* uruguaios, enquanto os federalistas que então comandavam a Confederação Argentina costumavam alinhar-se com os *blancos*. Restava, agora, compor com o Brasil e o Paraguai. A Confederação tentou compor com ambos, mas logo percebeu que isso seria incompatível com permanentes tensões entre os dois países em razão da questão de limites e da livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. A dependência econômica da Confederação em relação ao Brasil e sua superioridade de recursos recomendaram a opção pelo Brasil.

Embora a cisão argentina pudesse interessar ao Brasil por razões estratégicas, os interesses econômicos brasileiros demandavam o apoio à reunificação sob a Confederação, que então poderia utilizar-se das rendas alfandegárias de Buenos Aires para pagar os empréstimos brasileiros.[56] Além disso, o Império desejava o apoio da Confederação em sua disputa com o Paraguai, que chegou à beira de um conflito armado em 1856, quando o Paraguai finalmente cedeu e assinou um tratado garantindo a livre navegação do Rio Paraguai e a suspensão, por seis anos, da questão de limites. Mesmo assim, as tensões permaneceram, contribuindo para a assinatura de uma série de tratados entre o Império e a Confederação nos anos de 1856 e 1857.[57]

[55] Durante o período de hegemonia brasileira no Prata, talvez fosse possível falar em unipolaridade, mas a unipolaridade que eventualmente existiu não passou de um fator temporário e jamais se mostrou forte o bastante ao ponto de sobrepor-se às rivalidades usuais entre os atores platinos.
[56] BANDEIRA, 1998, p. 105-106.
[57] DORATIOTO, 2002, p. 32-34.

No início de 1858, o Brasil enviou uma missão especial ao Paraguai e forçou López a aceitar a livre navegação.

A aproximação entre o Império e a Confederação também resultou em um realinhamento no Estado Oriental, onde o Brasil tradicionalmente apoiava os *colorados*. Enquanto o Governo *blanco* de Gabriel Antonio Pereira mantinha-se "estreitamente vinculado aos interesses do Brasil" e autorizava a criação de uma filial do Branco Mauá em Montevidéu, o Governo brasileiro retirava suas tropas do território uruguaio e negava apoio à rebelião *colorada* de César Diaz, que terminou no fuzilamento dos rebeldes em Paso de Quinteros, em 1858.[58]

Em 1859, o Império e a Confederação chegaram a celebrar uma aliança militar, mas, suspensa a disputa com o Paraguai, o Brasil relutou em fazer novos empréstimos ou intervir diretamente no conflito argentino, o que levou Urquiza a rejeitar a aliança e voltar-se ao Paraguai. O Império começava a isolar-se em meio às duas facções hostis que se desenhavam: de um lado, o Paraguai e a Confederação; de outro, Buenos Aires e os *colorados* uruguaios. Procurou, então, aliviar as crescentes tensões oferecendo seus bons ofícios para intermediar a disputa entre Buenos Aires e a Confederação, mas Urquiza os rejeitou em favor de uma idêntica proposta de López.[59]

O isolamento do Império agravou-se com a vitória da Confederação na Batalha de Pavón, em 1859, que resultou na reintegração de Buenos Aires, e a eleição do *blanco* Bernardo Berro, em 1860, que iniciou uma política autonomista visando "abater a hegemonia do Brasil"[60] e "estabelecer um novo sistema de equilíbrio de poder regional" a partir da aliança com o Paraguai e as províncias argentinas de Entre-Ríos e Corrientes.[61] Nessas circunstâncias, tornava-se natural uma aliança entre a Confederação, o Uruguai e o Paraguai. A balança de poder platina voltou, contudo, a alterar-se no ano seguinte, quando Buenos Aires rebelou-se contra a Confederação e venceu as tropas de Urquiza na Batalha de Pavón.[62]

---

[58] Para Ribeiro, o Banco Mauá era uma verdadeira "filial da chancelaria brasileira, capaz de influir decisivamente na política interna uruguaia." RIBEIRO, 1979, p. 72.

[59] Embora não desejasse a reunificação argentina, López podia, com a mediação, evitar os riscos de uma aliança com a Confederação e ganhar prestígio internacional como árbitro das disputas platinas. Após a Batalha de Cepeda, Solano López participou dos entendimentos que resultaram na reintegração de Buenos Aires à Confederação. BANDEIRA, 1998, p. 106.

[60] Ibid, p. 109.

[61] DORATIOTO, 2002, p. 46.

[62] Segundo Cisneros e Escudé, não foi, na realidade, uma vitória, mas um acordo: incapaz de dominar Buenos Aires, Urquiza resignou-se e retirou-se do campo de batalha após um acordo com Bartolomé Mitre, Governador de Buenos Aires. Urquiza aceitava a reunificação sob a direção de Buenos Aires, mas resguardava os interesses provinciais. CISNEROS e ESCUDÉ, 1998, parte I, tomo V, p. 81.

Tentando implementar uma "política externa independente" e romper a postura pendular uruguaia diante da Argentina e do Brasil, o Governo *blanco* propôs uma aliança a Solano López, que acabava de assumir o Governo paraguaio. Urquiza também desejava a mesma aliança para combater Mitre e enviou emissários a Assunção "quase simultaneamente". O presidente paraguaio evitou formalizar as alianças, mas manteve-as sempre à mão, como instrumento para ampliar seu "cacife para barganha" junto à Argentina e o Brasil.[63] O problema para López era que, para poder agir como "fiel da balança" entre os dois países, sua rivalidade precisava ser mantida, mas, justamente à medida que o Paraguai ampliava seu "poder de barganha", a barganha tornava-se desnecessária, pois os interesses do Império e da Confederação passavam a convergir em oposição ao Paraguai.

A convergência de interesses abria uma nova perspectiva para as relações entre Brasil e Argentina com base na "hegemonia compartilhada" entre os dois principais atores do Prata. O ponto de convergência dos interesses dos dois países seria o Uruguai, onde Flores desembarcou em 19 de abril de 1863, com apoio argentino, para desafiar o Governo *blanco*. O Governo oriental exigiu explicações da Argentina, mas Mitre simplesmente negou qualquer envolvimento, apesar das evidências em contrário. Diante disso, López tentou fazer uso de seu "poder de barganha" e interferiu no conflito exigindo explicações e afirmando que o apoio da Argentina a Flores teria efeitos "desastrosos" sobre os interesses paraguaios. O Brasil, por sua vez, enviou seu ministro em Montevidéu a Buenos Aires, com o objetivo de reconciliar a Argentina e o Uruguai.[64]

Após oferecer explicações ao Brasil por sua conduta e cientificar-se de que o Governo Imperial não se oporia à política argentina, Mitre reiterou as explicações dadas a Berro e afirmou que não conduziria sua política externa em função dos interesses paraguaios. Buscando conter a deterioração das relações entre os dois países, Mitre e Berro firmaram um protocolo comprometendo-se a solucionar suas divergências pela via arbitral. Mitre propôs D. Pedro II como árbitro, mas Berro rejeitou a proposta e sugeriu López, a quem Mitre também se opôs. As tensões elevaram-se e acabaram

[63] López acreditava que a "exacerbação gradual" dos conflitos platinos criaria uma nova situação de equilíbrio, do qual o Paraguai poderia tornar-se peça fundamental utilizando suas alternativas de aliança como poder de barganha. DORATIOTO, 2002, p. 46-49.
[64] DORATIOTO, 2002, p. 49-50.

resultando na ruptura de relações diplomáticas.[65] Enquanto isso, a Guerra Civil uruguaia começava a contaminar o Brasil, pois o apoio dos estancieiros riograndenses aos *colorados* os colocava em rota direta de choque com o Governo uruguaio.

1.3 Paradigmas de política interna e externa

O Império do Brasil era uma Monarquia constitucional, representada, conjuntamente, pelo Imperador e pela Assembleia Geral.[66] Tratava-se de um sistema político do tipo "orleanista", na terminologia de Duverger, forma intermediária entre a monarquia limitada e o parlamentarismo clássico em que o Governo dependia da "dupla confiança" do Chefe de Estado e do Parlamento.[67] O sistema político era bipartidário, mas com elevada flexibilidade. De um lado da balança, figurava o Partido Conservador; de outro, o Partido Liberal. Algumas vezes, os dois partidos conciliavam-se ou formavam associações distintas; outras, enrijeciam-se e precipitavam violentas batalhas partidárias.[68]

O sistema partidário que vigorou durante todo o Segundo Reinado surgiu na Regência, a partir de uma ruptura na base do Partido Liberal que compunha o Governo, dando origem ao Partido Conservador (então chamado regressista). O conhecido discurso atribuído a Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder do novo partido, aponta para os princípios fundamentais dos dois partidos:

> *Fui liberal, e então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da*

[65] Ibid.

[66] A Assembleia Geral era um Parlamento bicameral, com Câmara de Deputados temporária e eletiva e Senado vitalício, composto por membros indicados pelo Imperador a partir de listas tríplices eletivas. Segundo Oliveira Torres, "o Imperador, como chefe e símbolo do Estado, representava a vontade coletiva; os membros da Assembleia Nacional representavam o povo, os interesses divergentes e particulares." TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**: teoria política do Império do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1964, p. 72.

[67] DUVERGER, Maurice. **Os grandes sistemas políticos**. Coimbra: Almedina, 1985, p. 140.

[68] Na realidade, não eram partidos na concepção moderna do termo, mas grandes associações de notáveis, vinculados por interesses comuns, ideais semelhantes ou laços de amizade e parentesco, voltadas à disputa de poder. Estavam mais próximos do que Duverger denominou "grupos parlamentares": "políticos de mesma tendência reunidos com vistas à ação comum." Ibid, p. 72.

> *sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.*[69]

Muito se disse a respeito das semelhanças entre os membros dos dois partidos. Ficou famosa a frase de Holanda Cavalcanti: "nada se assemelha mais a um 'saquarema' [conservador] do que um 'luzia' [liberal] no poder."[70] Havia, de fato, grandes similitudes entre os membros dos dois partidos, pois, como demonstrou Carvalho, pertenciam todos a uma elite política homogênea.[71] Apesar disso, a diferença entre os princípios fundamentais dos dois partidos traduzia-se em diferentes concepções sobre o papel do indivíduo e do Estado e em diferentes plataformas de atuação para seus integrantes.

No par analítico proposto por Ilmar Rohloff de Mattos, os liberais identificavam-se com os interesses privados (a Casa); os conservadores, com os interesses públicos (o Estado). Os liberais concebiam a liberdade como conceito negativo e quantitativo: a liberdade seria tanto maior quanto menor fosse o poder do Estado. Os conservadores a concebiam como conceito positivo e qualitativo: a liberdade seria tanto melhor quanto maior fossea segurança proporcionada pelo poder do Estado. Os primeiros propunham a tríplice identidade "Liberdade – Descentralização – Democracia"; os segundos contrapunham "Autoridade – Centralização – Monarquia".[72]

Escrevendo em 1855, Justiniano José da Rocha descreveu a evolução política do Império como processo quase dialético de contraposição dos princípios democrático e monárquico: (i) de 1822 a 1831, luta dos elementos monárquicos e democráticos; (ii) de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; (iii) de 1836 a 1840, reação monárquica; (iv) de 1840 a 1852, domínio do princípio monárquico; (v) a partir de 1855, transação entre os dois princípios.[73] A periodização de Justiniano merece duas observações para tornar-se mais precisa e poder estender-se até 1865: não foram apenas os princípios monárquico e democrático que se

[69] Apud NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v. I, p. 65.
[70] Apud FAUSTO, 2002, p. 180.
[71] CARVALHO, 2003, p. 230-231.
[72] MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 133-149.
[73] ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 165.

contrapuseram, mas as tríplices identidades a eles relacionadas; e a transação não se deu em iguais termos – os princípios conservadores prevaleceram até 1862, e os liberais, após um período de dois anos de transição, de 1864 em diante.

As concepções de política externa não seguiam rigidamente os vínculos partidários. Segundo Cervo, "a conciliação em matéria de política externa foi a grande conciliação do século XIX, que precedeu e sucedeu àquela de que trata a historiografia. Em matéria de política externa, não há partidos." O próprio Cervo reconhece, entretanto, que "essa conciliação permanente dos partidos não eliminou por completo as sequelas naturais da vida partidária sobre a política externa", chegando mesmo a ocasionar o sacrifício de influências e personalidades "aos caprichos de indivíduos ou a interesses partidários". [74] Por essa razão, torna-se útil traçar um paralelo entre política externa e política interna.

Se forças liberais e conservadoras (embora os dois partidos ainda não existissem em sua forma posterior) conviveram em tensão ao longo do Primeiro Reinado, o Sete de Abril de 1831 levou à preponderância liberal, embora com a exclusão de seus elementos mais exaltados.[75] No plano da política externa, esse período correspondeu à prevalência do paradigma neutralista. Do ponto de vista teórico, o princípio da "não intervenção" era o que melhor se ajustava ao liberalismo então prevalecente no pensamento político brasileiro, mas a adoção do paradigma neutralista não resultou apenas de concepções teóricas, e sim de considerações pragmáticas. Se faltavam ao Brasil interesses concretos a buscar nas disputas platinas, também lhe faltavam os meios para concretizá-los.

O resultado adverso na Guerra da Cisplatina havia demonstrado ao Brasil o risco elevado de participar das disputas platinas, desencorajando novas interferências enquanto os interesses vitais do Império (a independência do Uruguai e a livre navegação no estuário do Prata) não estivessem ameaçados – o que parecia improvável, ao menos enquanto durasse a desagregação interna nas Províncias Unidas.[76] Por outro lado, o sistema de tratados

[74] CERVO, Amado Luiz. Intervenção e neutralidade: doutrinas brasileiras para o Prata nos meados do século XIX. **Revista brasileira de política internacional**. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 101-104, p. 103-109, 1983. p. 112, 117.

[75] Foi o período das grandes reformas liberais, como o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional. Também foi, por outro lado, o período das revoltas provinciais, que se alastraram por todo o país, do Grão-Pará até o Rio Grande do Sul.

[76] CERVO e BUENO, 2002, p. 59. Além disso, a maior ameaça aos interesses do Brasil naquele momento não parecia vir do Prata, mas do Reino Unido, em razão das crescentes pressões para abolição do tráfico negreiro.

comerciais desiguais com a Europa a que o Brasil se sujeitara para acelerar o reconhecimento de sua Independência era extremamente gravoso ao erário e restringia sua margem de atuação diplomática.[77] Além disso, não era possível ao Brasil desenvolver uma política externa ativa quando o território nacional estava a ponto de fragmentar-se e seus recursos necessitavam ser direcionados à pacificação interna.

Esse contexto de dependência externa e instabilidade interna precipitou a reação, nos planos interno e externo. Na política interna, "o poder cessou de ser considerado o inimigo nato da sociedade, foi sendo aceito e invocado como o seu natural defensor", nas palavras de Justiniano.[78] A reação teve como consequência a queda do Regente liberal Diogo Antônio Feijó, que perdeu sua base de sustentação e viu-se obrigado a renunciar em 1837, transmitindo a Regência aos regressistas, na pessoa de Araújo Lima.[79]

Alijados do poder e descrentes no sistema político ainda instável, os liberais passaram a adotar mecanismos externos à disputa partidária para voltar ao Governo. Primeiro fizeram a Maioridade e derrubaram Araújo Lima, mas os conservadores recuperaram o poder no ano seguinte, ainda mais fortalecidos pela vitória monárquica. Recorreram, então, à luta armada, mas foram derrotados, primeiro em São Paulo (1842), depois em Pernambuco (1848-9). Chegaram mesmo a buscar uma conciliação com os conservadores, oferecendo-lhes postos em seus Ministérios, mas pouco ganharam além de uma pequena dilação temporal.[80] Quando o Gabinete Paula Sousa entregou sua renúncia em 1848 após o fracasso de seis Ministérios liberais sucessivos, ficou claro que o Partido Liberal estava exausto.[81]

Na política externa, a reação começou em 1835, quando a Assembleia Geral recusou seu assentimento à aprovação de novos tratados desiguais, e

[77] Ibid.
[78] ROCHA, 1956, p. 190.
[79] Os regressistas iniciaram um novo processo de reformas, que resultaria, segundo Iglesias, na destruição da obra do liberalismo. IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 154.
A reação conservadora também resultou no sufocamento das rebeliões provinciais: até 1849, o país estaria totalmente pacificado.
[80] MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1965, p. 158.
[81] De acordo com Oliveira Lima, os seis Ministérios liberais consecutivos "encaravam com indiferença os conflitos de ideias e testemunhavam tamanha inércia em matéria de disciplinas que permitiam a discórdia lavrar no seio das maiorias parlamentares que os sustentavam." LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro (1882-1889)**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 40.

acentuou-se a partir de 1844, quando o Governo Imperial opôs-se a renovar o tratado celebrado com a Grã-Bretanha e adotou uma nova política aduaneira fundada no protecionismo comercial (as Tarifas Alves Branco). Tratava-se de uma verdadeira revisão conceitual na diplomacia brasileira, que passava a reorientar-se da Europa para a América por meio de uma nova política de tratados voltada ao estreitamento dos laços entre o Brasil e seus vizinhos.[82]

A reação manifestou-se igualmente em relação à política de neutralidade no Prata, que começava a ser considerada "insuportável, por ter convertido o Brasil em mero espectador diante das constantes ingerências franco-britânicas e das intenções expansionistas de Rosas, cada vez mais evidentes", além de agravar a instabilidade interna, pois os farroupilhas buscavam apoio nas facções uruguaias.[83] A inflexão da "neutralidade inativa" para a "neutralidade ativa" começou em 1843, com Carneiro Leão, que aceitou a proposta de aliança de Rosas voltada à pacificação do Uruguai e do Rio Grande do Sul.[84]

A negativa de Rosas à ratificação do tratado de aliança obstou a transição imediata ao intervencionismo, mas o Império não retornou à plena neutralidade. Os anos seguintes assistiram ao envio da Missão Abrantes à Europa, ao reconhecimento da independência paraguaia e à pacificação do Rio Grande do Sul. Em 1847, chegou-se a falar em aliança com o Paraguai contra a Argentina, mas o parecer do Conselho de Estado, ainda fiel ao paradigma neutralista, foi contrário.[85] Seria necessário o retorno dos conservadores ao Governo para que se concretizasse a mudança de paradigma.

O retorno ocorreu em 1848, com Araújo Lima, então Visconde de Olinda. Olinda formou um Ministério dos "mais fortes e mais homogêneos que o país já teve", mas permaneceu pouco tempo à sua frente. "Homem de outra época", segundo Nabuco, Olinda permanecia neutralista e destoava da nova geração conservadora, liderada por Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres e Paulino Soares de Sousa, a "Trindade Saquarema".[86] Com a saída de Olinda, sucedido

[82] ALMEIDA, 2001, p. 126, 133; CERVO, 1981, p. 26-29.
[83] Ibid, p. 50; CARVALHO, 1998, p. 67. Os primeiros sinais de mudança de perspectiva apareceram, na realidade, em 1837, quando o Governo submeteu ao Parlamento uma proposta de aliança com os *blancos* contra os *colorados* e os farroupilhas, mas ela foi rejeitada. CERVO, 1983, p. 112.
[84] Id, 1981, p. 54-55; ARAÚJO, 2004, p. 76-77.
[85] CERVO, 1983, p. 112-113.
[86] NABUCO, 1997, v. I, p. 122.

pelo Visconde de Monte Alegre, a pasta dos Negócios Estrangeiros coube a Paulino.

Paulino concebeu a nova política platina, fundada no paradigma intervencionista: "Cumpria prevenir-nos, e antes que o governador de Buenos-Aires nos trouxesse a guerra, escolhendo para isso a ocasião que lhe fosse mais propícia, levar-lha."[87] Celebraram-se as alianças com o Governo *colorado* de Montevidéu, a província argentina de Entre Ríos e o Paraguai, iniciou-se a diplomacia dos patacões, fez-se guerra a Rosas e Oribe. Quando o conflito terminou, os dois caudilhos haviam sido derrotados, o Uruguai tornara-se dependente do Império pelos Tratados de 1851, a Argentina estava enfraquecida e governada por um aliado (Urquiza) e o Paraguai se havia tornado outro aliado. O Brasil era hegemônico no Prata.[88]

O triunfo das reformas internas e da política externa do Gabinete Olinda-Monte Alegre representou o apogeu da reação conservadora e a concretização da hierarquização ideológica dos paradigmas: "à 'Representação Nacional' [os saquaremas] opuseram a 'Soberania'; a 'Vontade Nacional' submeteram à 'Ordem'; ao 'Princípio Democrático' contrapuseram o 'Princípio Monárquico' – sempre vitoriosamente."[89] Quando Monte Alegre entregou seu cargo em 1852, o trabalho da reação estava completo; o Império, pacificado; o Prata, controlado.

A conciliação que os liberais buscaram na década de 1840 viria agora, mas sob a direção dos conservadores.[90] Rodrigues Torres organizou novo Ministério conservador, mas "mais flexível, com vistas a uma futura

[87] RRNE, 1852, p. 25. Paranhos, então um jovem liberal, aplaudia a nova política platina nas páginas do *Jornal do Commercio*: "Qualquer, porém, que seja a opinião dos adversários do Governo sobre a marcha que tem seguido nossa política exterior, no estado a que chegou, não é moralmente possível que haja patriota tão apaixonado que não veja a humilhação a que exporia o país, os transtornos que lhe causaria, se sua voz se elevasse para condenar essa política. [...] A nossa questão com Oribe, tenente do ditador de Buenos Aires, é uma questão de segurança para o presente e para todo o sempre; é uma questão de progresso e civilização para nossos vizinhos, para a humanidade em geral. Que brasileiro, sem estar possuído de um fanatismo que me custa a compreender seja possível, se atreverá a contrariar o Governo de seu país em empenho tão sagrado?" [RIO BRANCO], José Maria da Silva Paranhos, [Visconde do]. **Cartas ao amigo ausente**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1953, p. 102-103.

[88] Também no plano interno o Gabinete Olinda-Monte Alegre realizou importantes reformas: a abolição do tráfico negreiro, a Lei de Terras e o Código Comercial.

[89] MATTOS, 1990, p. 152-153.

[90] O Imperador prenunciou a conciliação partidária em sua Fala do Trono de 1851: "esforcemo-nos pois em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo à discussão de princípios abstratos de política a dos remédios para as primeiras e imediatas necessidades do nosso país." **FT**, 1977, p. 278.

conciliação."[91] Paulino, agora Visconde do Uruguai, permaneceu à frente dos Estrangeiros e assegurou a continuidade da política externa intervencionista, contribuindo para a queda do Governo *blanco* presidido por Giró. O Gabinete desfez-se em 1853 e o Imperador chamou Carneiro Leão, então Visconde de Paraná, chefe conservador considerado "o homem político de maior ascendente no país",[92] para presidir o Ministério da Conciliação, combinando elementos conservadores e liberais. Haviam passado a ação e a reação, começava agora a transação.

À frente de outro Gabinete forte e profícuo,[93] Paraná manteve a política intervencionista do Visconde do Uruguai, de quem havia sido o braço direito como negociador dos Tratados de 1851 e depois plenipotenciário em Montevidéu. Seus executores, na pasta de Estrangeiros, foram primeiro Limpo de Abreu, depois Paranhos. Flores foi sustentado na Presidência do Estado Oriental, celebraram-se os primeiros acordos com a Confederação Argentina, impôs-se ao Paraguai a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná. Os maiores legados de Paraná – a transação e a reforma eleitoral pela Lei dos Círculos – foram, entretanto, motivo de cisão dentro do Partido Conservador. Vendo na Conciliação simples "amálgama indigesto de homens que conservam princípios opostos", os saquaremas retiraram-lhe seu apoio.[94]

O Gabinete sustentou-se até a morte inesperada de Paraná, em 1856, mas seu sucessor, o então Marquês de Caxias, só conseguiu prolongá-lo até as eleições de 1857. Os conservadores saíram vitoriosos, mas os liberais ampliaram sua minoria, revigorada pela reforma eleitoral e pela partilha do poder. D. Pedro II continuava fiel à ideia da Conciliação e tentou dar-lhe sequência.[95] Primeiro, com Olinda, que organizou um Ministério ao lado do liberal Sousa Franco. Não durou muito, pois a composição era por demais heterogênea, mais uma coalizão que uma conciliação.[96] Fez-se uma última

[91] IGLESIAS, 1985, p. 25-26.
[92] NABUCO, 1997, v. I, p. 164.
[93] Fez a reforma eleitoral e as reformas judiciárias, suprimiu as entradas ilícitas de escravos, equilibrou a economia e realizou grandes obras públicas. IGLESIAS, op. cit., p. 56-57.
[94] IGLESIAS, 1985, p. 47-48. O termo "saquaremas" não é empregado aqui em seu sentido amplo, como sinônimo de conservadores; mas em seu sentido restrito, referindo-se à ala ortodoxa do Partido Conservador, comandada por Eusébio, Rodrigues Torres e Paulino.
[95] LYRA, Heitor. **História de D. Pedro II**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977, v. I, p. 188.
[96] CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, v. II, p. 550. Além disso, a política emissionista de Sousa Franco resultou em baixa cambial em altos índices inflacionários, inviabilizando a continuidade do Ministério.

tentativa com o Gabinete Abaeté-Torres Homem, já mais conservador que conciliador, mas não sobreviveu à crise econômica.[97]

Enquanto isso, a política externa intervencionista começava a ser questionada. Apesar de todas as intervenções no Uruguai, não foram alcançados os resultados desejados. O próprio Visconde do Uruguai reconheceu, desapontado, que "julgamos aumentar a nossa influência e nada conseguimos senão aumentar despesas e colher decepções." No Parlamento, neutralistas como o Visconde de Jequitinhonha argumentavam que o intervencionismo gerava um ciclo catastrófico de violência (intervenção – antipatia – reação – intervenção) que só poderia ser rompido pela estrita neutralidade.[98]

Paranhos, antigo discípulo de Uruguai e Paraná, advogava uma política intermediária como síntese entre a tese intervencionista e a antítese neutralista, que denominava "neutralidade limitada": "tão desarrazoado seria aquelle que dissesse intervenção sempre, subsídios sempre – como aquelle que asseverasse – nunca devemos intervir, nunca devemos prestar auxílio a governo algum." A "neutralidade limitada" de Paranhos abandonou concepções belicistas e civilizadoras para fundar seu intervencionismo na legitimidade e na defesa de interesses reais e concretos do Império.[99]

Apesar de todo o debate parlamentar, o paradigma intervencionista foi conservado pelos Gabinetes Olinda-Sousa Franco e Abaeté-Torres Homem, ainda que matizado em razão das pressões parlamentares dos neutralistas e da influência de Paranhos, que ocupou a pasta de Estrangeiros no segundo Ministério. Os atos de política externa mais importantes no período foram os tratados com a Confederação Argentina (inclusive uma aliança militar) e a Missão Paranhos de 1857 a 1858, que forçou o Paraguai a abrir os rios Paraguai e Paraná à livre navegação.

Se a Conciliação havia sobrevivido a Paraná e arrastara-se com Olinda, agora estava morta. Ângelo Ferraz organizou um Ministério "conservador puro" com apoio dos saquaremas, reservou para si a pasta da Fazenda e debelou a crise financeira com medidas ortodoxas de restrição monetária. O Partido Conservador parecia reunificar-se, mas o chamado "triunfo democrático" das eleições de 1860

[97] IGLESIAS, op. cit., p. 70.
[98] CERVO, 1981, p. 78, 83.
[99] BOAVENTURA, Tomás de Aquino. **A política externa brasileira na concepção do Visconde do Rio Branco**. 1986. Dissertação (Mestado em história). Universidade de Brasília, Brasília, 1986, p. 70-72.

demonstrou que a longa gestão conservadora iniciada em 1848 começava a dar sinais de esgotamento. Após uma longa preponderância do princípio da Autoridade, voltava a afirmar-se o princípio da Liberdade.[100] Os conservadores ainda eram majoritários, mas cada vez mais fragmentados, pois os Saquaremas não conseguiam controlar a ala moderada do partido, cada vez mais próxima dos liberais. Ferraz preferiu entregar seu cargo antes de enfrentar a nova Câmara.

Caxias assumiu em seu lugar e organizou um novo Ministério, mas não conseguiu remediar o cisma partidário. Os moderados passaram à oposição. A 20 de maio de 1862, Nabuco de Araújo fez um discurso veemente condenado o "*uti possidetis* de quatorze anos" do Partido Conservador e reclamando a criação de um novo partido, unindo liberais e moderados em torno de novas ideias.[101] No dia seguinte, a Câmara derrubou o Governo por maioria de um voto em emenda ao projeto de resposta à fala do trono proposta por Zacarias de Góis e Vasconcelos.

O Imperador negou o pedido de dissolução de Caxias e o Ministério foi obrigado a retirar-se. Era o fim da hegemonia conservadora, o fim do "tempo saquarema". Era a aurora da Liga Progressista, da nova Conciliação, agora mais inclinada ao liberalismo.[102] O Imperador encarregou Zacarias de formar o novo Ministério, mas foi derrubado em três dias pela Câmara e depois sarcasticamente apelidado o "Ministério dos Anjinhos". O Parlamento estava dividido em "duas forças antagônicas e equivalentes – nenhuma delas, porém, com meios para governar".[103] Zacarias pediu uma dissolução, mas D. Pedro II também a negou. Voltou a chamar Olinda, que organizou um Ministério aparentemente neutro, com antigas figuras políticas já sem grandes vínculos partidários, que ao menos conseguiam fazer-se aceitar a ambos os partidos e adiar por algum tempo a dissolução. [104]

---

[100] A mudança de paradigmas foi um fator inegável nas eleições de 1860, mas seu resultado não pode ser justificado apenas em termos ideológicos. Na realidade, os liberais haviam consolidado suas bases de apoio durante a Conciliação e o Gabinete não conseguiu, no curto espaço de tempo que antecedeu as eleições, reativar os mecanismos tradicionais de manipulação eleitoral. BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 97.

[101] Apud NABUCO, 1997, v. I, p. 431-437.

[102] IGLESIAS, 1993, p. 166. Os princípios da Liga Progressista eram, de fato, liberais, porém moderados. Falava-se em "regeneração do sistema representativo e parlamentar", mas não em eleição direta; propunha-se a descentralização administrativa, não a política; discutiam-se limitações ao Poder Moderador, jamais a República. MELO, Américo Brasiliense de Almeida. **Os programas dos partidos e o Segundo Império**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1979, p. 26-27.

[103] BEIGUELMAN, op. cit., p. 99.

[104] Nabuco chamou atenção para a extrema "ductibilidade" política de Olinda, que, de fundador do Partido Conservador, agora já se passava quase por "ligueiro". NABUCO, 1997, v. I, p. 363.

Na política externa, o Gabinete retomou o neutralismo, mas não foi capaz de definir uma linha clara. Da mesma forma que o ideário da Ordem na política interna, o intervencionismo externo também se havia gasto. Sinimbu no Gabinete Ferraz e três diferentes Ministros no Gabinete Caxias-Paranhos haviam tentado retomar o paradigma intervencionista, com alguns matizes moderados, mas os resultados não foram satisfatórios: o Império se indispôs com o Paraguai, os federalistas argentinos e os *blancos* uruguaios sem ganhar a amizade dos unitários buenairenses nem dos *colorados* uruguaios.

Era preciso redefinir os paradigmas de política externa, mas Olinda e Abrantes (Ministro de Estrangeiros), velhas figuras do Primeiro Reinado em um Gabinete de transição não eram as pessoas certas para fazê-lo. A debilidade da política externa do Ministério foi demonstrada pela Questão Christie, em que o Ministério foi considerado incapaz de responder à altura às demandas exageradas formuladas pelo Ministro britânico.[105] No Prata, o Gabinete guardou a neutralidade do Império frente à Guerra Civil uruguaia e à desinteligência entre o Estado Oriental e a Confederação, mas tentou aliviar as tensões com a Missão Loureiro, oferecendo o concurso do Império para a reconciliação entre os dois países.

[105] A Questão Christie nasceu de um desentendimento entre o Governo Imperial e o Ministro britânico no Rio de Janeiro, William Dougall Christie, em razão de dois incidentes de pequena importância (a pilhagem da carga de um navio britânico naufragado na costa brasileira e a prisão de três oficiais britânicos embriagados no Rio de Janeiro) e quase levou os dois países a um conflito armado. Segundo Lyra, Abrantes "não se dava conta da gravidade da situação", fazia "pouco caso" e preferia uma intervenção particular de Mauá junto aos ingleses à efetiva resposta do Governo Imperial. O próprio Imperador o considerou displicente, assim como Olinda. O único que parecia corresponder à gravidade da situação era Sinimbu (então Ministro da Justiça, que havia ocupado a pasta de Estrangeiros no Gabinete Ferraz), que não escondia sua desaprovação à atitude do Ministério e ameaçava renunciar se a proposta de Mauá fosse aceita. Foi, no fundo, o Imperador que deu alguma linha à atuação do Gabinete, rejeitando a intervenção de Mauá e opondo-se às ameaças britânicas. LYRA, 1977, v. I, p. 209. Sampaio Vianna, escrevendo ao Barão de Cotegipe à época dos eventos, demonstrou a franca disparidade entre a atuação do Ministério e a opinião pública que predominava na Corte: "A verdade é que a população que se mostrava desde o princípio da questão na altura que lhe competia, não aceitou com satisfação o desenlace, se tal nome merece." Acrescentava, ainda, que, "se alguma energia e dignidade se mostrou no princípio foi devido ao Imperador, o único *brasileiro* do governo, que *não gostou muito do desfecho da questão*." Apud PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo**: primeira phase (1815-1867). Ed. Illustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 678.

Capítulo II - A intervenção no Uruguai

Este capítulo tem por objetivo analisar a conjuntura imediata que ensejou a Missão Paranhos. Com esse fim, procurou-se compreender a interação entre a política interna do Governo Imperial e sua ação diplomática no Rio da Prata ao longo de todo o processo que resultou na intervenção brasileira no Uruguai, tendo em vista os seguintes pontos: (i) o contexto político imperial e as pressões sobre o Gabinete Zacarias para que alterasse sua política externa; (ii) o desenrolar da Missão Saraiva e seu impacto interno e externo; (iii) a deterioração das relações entre Brasil e Uruguai e as mudanças políticas internas que motivaram o envio da Missão Paranhos. A partir desses elementos, foi possível descrever a ação diplomática do Governo Imperial e o papel que Paranhos deveria desempenhar no Prata.

2.1 A conjuntura política brasileira

Dissolvida no início da sessão de 1863, a Câmara voltou profundamente modificada em 1º de janeiro de 1864. A ampla bancada conservadora se havia reduzido a umas poucas cadeiras. A Liga Progressista tornara-se o partido dominante, mas sua própria vitória transformava a harmonia pretérita dentro do novo partido em antagonismo latente.[106] Na realidade, a Liga era

[106] Segundo Nabuco, as duas facções da Liga eram como "duas correntes que, por enquanto, se represam mutuamente, na esperança, cada uma, de levar vencida a outra". NABUCO, 1997, v. I, p. 447.

uma composição instável que dependia da manutenção, difícil a longo prazo, de uma relação desigual entre seus dois elementos: o contingente era composto de liberais históricos, mas a direção competia aos conservadores moderados.[107]

A nova Câmara não entusiasmou o Marquês de Olinda, que, concluída sua tarefa de conduzir um Ministério de transição, preferiu deixar a Presidência do Conselho. O Imperador voltou a chamar Zacarias. Político de temperamento frio e autoritário, bem recordado do episódio dos "anjinhos", Zacarias compôs seu novo Ministério, de 15 de janeiro, com homens moderados e pouco experientes.[108] Em seu discurso inaugural, o novo Presidente do Conselho limitou-se a formular algumas diretrizes gerais e recordar seu programa ministerial anterior, em relação ao qual só existiria uma diferença: em 1862, o Ministério reclamava o apoio de duas opiniões políticas diversas, embora aliadas; agora, haveria "uma só opinião, um só partido", congregando conservadores moderados e liberais históricos.[109]

Em pouco tempo, alguns liberais históricos desafiariam a homogeneidade proclamada por Zacarias: "se a maioria da casa é liberal, [...] vejo no ministério três membros que nunca quiseram declarar-se liberais."[110] Os conservadores também não demoraram a lançar sua ofensiva contra a nova situação. Consideravam-se alijados do poder pela traição de seu antigo chefe (Olinda), que, em um "ato de contrição" por seu passado conservador, sacrificara seus correligionários ao Partido Liberal para fazer nascer uma Câmara em que sua voz "não tivesse nenhum eco."[111]

Nesse contexto, graves acusações começaram a ser lançadas de lado a lado e os debates parlamentares transformaram-se em guerra acirrada entre a situação progressista, a oposição conservadora e a dissidência liberal. Mesmo as discussões de política externa, que muitas vezes escapavam às

[107] MERCADANTE, 1965, p. 163.
[108] NABUCO, 1997, v. I, p. 456; CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: Empresário do Império. 15. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 407-408.
[109] Sessão de 18/01/1864, **ACD**, p. 304.
[110] Sessão de 18/01/1864, **ACD,** p. 305.
[111] Não estavam totalmente errados, afinal, todos sabiam como se faziam as eleições naquele tempo. Olinda utilizou seus poderes para mudar Presidentes de Província e remover desembargadores antes das eleições com o fim de favorecer a Liga e, durante as sessões preparatórias para a nova legislatura, permitiu a recusa sistemática dos diplomas do Partido Conservador. Sessão de 26/01/1864, **ACD**, p. 398-399; Sessão de 13/02/1864, **AS**, p. 63; IGLESIAS, 1985, p. 89.

polarizações partidárias,[112] tornaram-se apaixonadas e subordinaram-se à disputa política. Os ânimos populares, que vinham exacerbados desde a questão Christie (que havia mostrado o Império impotente diante das pressões inglesas) e exaltavam-se cada vez mais à medida que os debates parlamentares intensificavam-se.[113]

Os conservadores, que haviam sabido manter uma postura altiva em relação à Grã-Bretanha desde a década de 1840, acusavam o Gabinete Olinda de ter sido incapaz de evitar uma controvérsia que "poderia e deveria ter sido evitada" e depois conduzi-la com "tibieza" e "negligência" quando "pudera e devera ter sido melhor dirigida." A diplomacia do Gabinete Olinda era tachada não apenas de tímida, mas também de inconsistente.[114] As críticas refletiam-se no novo Ministério, nascido da situação criada por Olinda[115] e seu confesso continuador.[116] Zacarias precisava defender a diplomacia de seu Ministério e do anterior, mas, no estado inflamado em que se encontrava a opinião pública na Corte, não bastavam os discursos parlamentares. Era necessário mostrar, por meio de atos concretos, que o Gabinete era capaz de defender os direitos e os interesses nacionais frente às ameaças externas – de fato, seria logo chamado a fazê-lo na questão uruguaia.

No início da legislatura, a Fala do Trono, elaborada pelo Gabinete Olinda, havia indicado que o Império permaneceria na "mais estrita neutralidade" em relação à guerra civil no Estado Oriental, mas faria respeitar "os compromissos internacionais" e "os direitos e legítimos interesses dos Brasileiros nos Estados do Prata."[117] Essa política tornava-se alvo de crescentes censuras à medida que chegavam notícias do sul do país relatando atentados contra brasileiros no Uruguai. Afirmando que "degolam-se brasileiros nos campos orientais", Pimenta

[112] CERVO, 1981, p. 10.
[113] Mesmo em finais de agosto, poucos dias antes do encerramento da legislatura, alguns políticos ainda falavam de uma "febre guerreira" no país, um "espírito belicoso" alumiado pelo Sr. Christie, que estava arrastando o país. Sessão de 20/08/1864, **AS**, p. 117; sessão de 24/08/1864, **AS**, p. 138.
[114] Sessão de 11/02/1864, **AS**, p. 25-26; sessão de 18/02/1864, **AS**, p. 125-126.
[115] Nabuco de Araújo era considerado o criador ideológico da situação progressista, mas foi Olinda quem a viabilizou politicamente. NABUCO, 1997, v. I, p. 448-449; CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793-1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 275.
[116] Zacarias deixou clara sua intenção de dar continuidade à política externa de Olinda em um debate no Senado, quando disse que "nas questões externas, pensamos exatamente como ele." Sessão de 19/08/1864, **AS**, p. 139.
[117] **FT**, p. 352.

Bueno reclamou ao Governo que abandonasse sua posição de neutralidade e se preparasse para tomar "medidas ativas, prontas" para proteger a vida e a fortuna dos "trinta a quarenta mil" brasileiros residentes no Estado Oriental.[118]

Abrantes e Sinimbu, ex-Ministros de Olinda, vieram à tribuna defender a política externa de seu Gabinete, afirmando que não era recomendável "sermos severos para com um governo que luta nesse momento com uma invasão" por reclamações que já eram antigas. Alguns incidentes eram inevitáveis naquele contexto de "guerra civil encarniçada", pois o Governo uruguaio não dispunha de força suficiente para controlar a campanha e alguns brasileiros participavam do conflito nas fileiras da rebelião, mas as notícias que chegavam do Rio Grande do Sul eram, "em sua máxima parte, exageradas." De qualquer modo, a legação imperial em Montevidéu estava tomando medidas para apurar as ocorrências e a alegada conivência de autoridades públicas, e exigir a repressão dos crimes e a indenização dos prejuízos causados. Além de tudo isso, só restaria ao Governo Imperial utilizar a força, "o que não poderia dar em resultado senão a guerra."[119]

A exposição dos dois ex-Ministros acabou, no fundo, por evidenciar a contradição da política externa enunciada na Fala do Trono: a neutralidade não poderia evitar que os direitos e os interesses de súditos brasileiros fossem atingidos pela Guerra Civil, mas a única alternativa seria o recurso à força – e isso seria a guerra. O Ministério, que começava a enfrentar dificuldades em questões internas,[120] não poderia permanecer insensível às críticas à sua política externa. Uma pequena mudança de tom logo se tornaria perceptível no discurso oficial. Interpelado na Câmara sobre a possibilidade de uso da força no Estado Oriental, Dias Vieira respondeu que "o governo ainda não perdeu a esperança" de conseguir uma solução para as "questões pendentes" pela via diplomática e acreditava que "não será coagido pelas circunstâncias ao emprego de meios extremos."[121]

---

[118] Sessão de 11/02/1864, **AS**, p. 26. Esse número foi mais tarde ampliado por Felipe Néri, deputado liberal pelo Rio Grande do Sul, para "50.000 almas" e, alguns meses depois, "60.000 almas". Sessão de 05/04/1864, **ACD**, p. 37; sessão de 01/09/1864, **ACD**, p. 291. O Senador Jobim, por outro lado, acreditava que não poderiam existir mais de 12.000 brasileiros no Uruguai, contando entre eles muitos "desertores" e "criminosos". Sessão de 19/08/1864, **AS**, p. 126.

[119] Sessões de 12/02/1864 e 18/02/1864, **AS**, p. 42, 131.

[120] Sobretudo os atos de aposentadoria forçada de magistrados, já que Zacarias sempre fôra defensor dos privilégios da Magistratura. IGLESIAS, 1985, p. 93.

[121] Sessão de 25/02/1864, **ACD**, p. 204. À época do discurso, Dias Vieira era Ministro da Marinha, mas assumiria a pasta dos Negócios Estrangeiros interinamente em 9 de março e definitivamente a partir de 15 de março.

A diferença é significativa: para Abrantes e Sinimbu, a situação dos brasileiros no Uruguai era inevitável e não se podia fazer muito a respeito além de protestar (o recurso à força só levaria à guerra); para Dias Vieira, essa situação era uma pendência que o Governo Imperial ainda esperava solucionar pela via diplomática, mas em que poderia ver-se impelido, embora não o desejasse, ao uso da força. Se a distinção ainda parecia muito sutil, tornou-se manifesta quando Saraiva, um dos principais chefes da situação, pediu à Câmara "uma marinha de guerra capaz de desafrontar nossos brios em qualquer emergência" e manter "nosso prestígio de primeira potência da América do Sul", ou seja, "navios especiais para a guerra do Rio da Prata."[122]

Foi nesse período que o General Sousa Neto chegou à Corte com uma representação formal dos estancieiros rio-grandenses reclamando alguma ação efetiva do Governo e perguntando: "Somos ou não súditos do Imperador? Temos direito à vossa proteção, ou devemos contar somente conosco?"[123] A imprensa gaúcha exigia do Governo Imperial "um exército para proteger os interesses de seus súditos e derrubar de uma vez para sempre os tigres de Quinteros."[124] Na Corte, folhas liberais como o *Correio Mercantil* e conservadoras como o *Espectador da América do Sul* também pediam a intervenção. Segundo Hélio Lobo, não havia "voz discrepante".[125]

Na Câmara, Ferreira da Veiga, conservador, e Felipe Néri, liberal, romperam as barreiras partidárias e tomaram a tribuna em 5 de abril para descrever um verdadeiro "extermínio de brasileiros" pelas autoridades orientais, para o qual as perturbações políticas só serviam de pretexto, deixando-lhes um único recurso ante à inércia do Governo Imperial: aderirem às tropas de Flores, "preferindo morrer aí a serem assassinados em suas próprias casas, depois de roubados, depois de profanada a honra de suas famílias."[126] Os discursos encerravam-se com um forte

[122] Sessão de 14/03/1864, **ACD**, p. 150, 157.
[123] *Apud* LOBO, Hélio. **Antes da guerra**: a Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguay. Rio de Janeiro: Imprensa Ingleza, 1914, p. 32.
[124] Trecho de um jornal rio-grandense não identificado, citado por Ferreira da Veiga. Sessão de 05/04/1864, **ACD**, p. 31.
[125] LOBO, 1914, p. 56.
[126] Falara-se em brasileiros decapitados pelas estradas trazendo na boca "o título de sua nacionalidade"; homens torturados às vistas de canhoneiras do Império; velhos, crianças e mulheres "passados a cutelo"; propriedades saqueadas, gado roubado, casas queimadas; o brasão imperial arrastado sob as patas de cavalos. Enquanto isso, os criminosos, em sua maioria agentes do Governo, passeavam livres e impunes. Enquanto os dois oradores discursavam, os taquígrafos registratavam "movimento nas galerias", "viva sensação na Câmara" e exclamações como: "Isto é horroroso!", "que vergonha, meu Deus!", "para que serve a nossa marinha?" e "a um governo destes ninguém deve servir!" Sessão de 05/04/1864, **ACD**, p. 31-32, 37-39.

clamor para que o Governo Imperial atendesse com medidas prontas e enérgicas as súplicas dos súditos brasileiros vitimados no Uruguai:

> *Os Brasileiros estão ali em grande tribulação. Para eles, não há mais segurança nem tranquilidade. No Estado Oriental, nem a vida, nem a honra, nem a propriedade têm garantias, sendo de cidadãos brasileiros (Muitos apoiados). É necessário que se decida se o crime dos nossos nacionais consiste em circular-lhes nas veias o mesmo sangue que corre pelas nossas; e então será indispensável que derramemos até a última gota do nosso para defendê-los ou vingá-los. (Muitos apoiados; muito bem.)*[127]

O horror causado pelos crimes atribuídos às autoridades uruguaias logo se transformou em repulsa geral à política "inerte e tardia" do Governo Imperial.[128] O Gabinete não resistiu mais. Ainda expressando receios em relação à política de intervenção que, a seu ver, nunca trouxe benefícios para o país e lembrando a responsabilidade que tocava aos brasileiros que apoiaram a revolução *colorada*, Dias Vieira assegurou à Câmara que o Governo assumiria a posição que "lhe é imposta pelas circunstâncias" e estaria certo de "ir por diante" caso fosse infrutífero "o último apelo amigável que vai fazer ao Governo oriental."[129]

Mitre afastou o que ainda poderia ser o último receio do Gabinete em relação à intervenção ao enviar José Mármol em missão especial ao Rio de Janeiro com o objetivo ostensivo de informar-se sobre a postura do Governo Imperial diante da situação uruguaia, mas o real propósito de demonstrar que, "embora neutra, a Argentina veria com muito bons olhos uma intervenção brasileira no Uruguai." A Missão Mármol harmonizou as posições dos dois países em relação ao Uruguai e afastou eventuais suspeitas mútuas.[130]

No dia 18 de abril, Saraiva foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Império em missão especial junto ao Governo oriental.

---

[127] Sessão de 05/04/1864, **ACD**, p. 41. O próprio Felipe Néri reconheceu, mais tarde, que teriam ocorrido alguns excessos em seus reclamos para uma intervenção do Governo Imperial: "Não sei se desapercebidamente naquela ocasião não nos arrastaram mais os nobres impulsos do entusiasmo pelos padecimentos dos nossos concidadãos do que o estudo frio da situação em que estávamos naquele país." Sessão de 19/08/1864, **ACD**, p. 184.
[128] Sessão de 15/03/1864, **ACD**, p. 165.
[129] Sessão de 05/04/1864, **ACD**, p. 34-35.
[130] CALDEIRA, 1998, p. 410; DORATIOTO, 2002, p. 53.

Suas instruções representavam, literalmente, o "último apelo amigável" do Governo Imperial ao Uruguai.[131] Antes de partir, Saraiva participou de um banquete em homenagem ao General Sousa Neto. No dia 27, deixou o Rio de Janeiro rumo a Montevidéu, acompanhado de uma "poderosa esquadra" comandada pelo Vice-Almirante Tamandaré. O Governo também enviou tropas para as fronteiras com o Uruguai. Se necessário, o Império usaria a força.[132]

A política imperial para o Prata havia sido modificada. Do neutralismo do Gabinete Olinda, retornava-se ao intervencionismo que orientara os Ministérios conservadores desde 1850. As reservas à política intervencionista exprimidas pelos membros do Gabinete Zacarias em alguns discursos parlamentares demonstravam, contudo, que não se tratava de uma opção conceitual, pois o Governo paradoxalmente ordenava uma intervenção no Uruguai ao mesmo tempo em que criticava o intervencionismo.[133]

O problema é que, embora o paradigma intervencionista tenha começado a dar sinais de esgotamento no pensamento político brasileiro desde o final da década de 1850, o neutralismo tampouco se havia firmado como alternativa viável para substituí-lo. Forçado a tomar uma decisão de grande importância sem um paradigma claro de política externa, o Gabinete tornou-se profundamente suscetível às pressões internas. No jogo de dois níveis de Putnam, que representa a interação entre política interna e externa, os jogadores podem ser eliminados em razão de lances desfavoráveis em qualquer dos tabuleiros.[134] Era evidente que o Gabinete enfrentava uma partida complicada no tabuleiro doméstico e dificilmente conseguiria estendê-la por

[131] Saraiva deveria exigir do Governo oriental, em síntese: (i) o castigo, se não de todos, ao menos daqueles dos criminosos reconhecidos que passeiam impunes; (ii) a imediata destituição e responsabilização dos agentes públicos que cometeram abuso de autoridade; (iii) a indenização da propriedade extorquida dos brasileiros a qualquer pretexto pelas autoridades da República; (iv) a liberação de todos os brasileiros constrangidos ao serviço militar da República; (v) a expedição de ordens e instruções aos agentes públicos condenando os escândalos e os atentados, recomendando solicitude e desvelo na execução das leis da própria República e cominando penas para tornar efetivas as garantias legais. **RRNE** 1864, 12-13.

[132] BORMANN, J.B. **A campanha do Uruguay** (1864-1865). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 16; DORATIOTO, 2002, p. 53; **RRNE**, 1864, p. 13.

[133] Isso é claro especialmente no discurso já referido de Dias Vieira à Câmara, em que, após historiar as intervenções brasileiras no Prata e seus resultados adversos, o Ministro de Estrangeiros concluiu que "a intervenção à força pode aproveitar no momento dado; mas depois as coisas continuarão do mesmo modo, e constantemente teremos que nos ver ali de braços com dificuldades." Sessão de 05/04/1864, **ACD**, p. 34-35.

[134] PUTNAM, 1988, p. 433-434.

muito mais tempo sem jogar o lance da intervenção. A questão era se esse lance também era desejável no tabuleiro internacional.

Havia muitas razões para concluir que sim. Se os súditos do Império eram realmente vítimas dos crimes brutais atribuídos às autoridades uruguaias, era necessário protegê-los e vindicar a honra nacional.[135] Além disso, a intervenção poderia trazer grandes resultados geopolíticos para o Brasil: eliminar um foco de instabilidade nas fronteiras do Rio Grande do Sul; recuperar a influência brasileira sobre o Uruguai e talvez estabelecer um Governo aliado; fortalecer os laços entre Brasil e Argentina ao mesmo tempo em que se evitava que ela pudesse beneficiar-se exclusivamente de uma possível vitória *colorada*; romper o eixo em formação Assunção-Paraná-Montevidéu; e restabelecer a posição hegemônica brasileira no Prata.

Mesmo assim, algumas vozes destoantes da quase unanimidade preveniam o Gabinete dos riscos da intervenção. Eram poucas vozes, mas contavam entre elas as de alguns dos maiores conhecedores das questões platinas no país, que estiveram presentes em momentos cruciais de sua história: Paranhos,[136] o Barão de Mauá[137] e o Marquês de Caxias.[138] No mesmo 5 de abril em que Ferreira da Veiga e Felipe Néri incendiavam a Câmara com

[135] A veracidade desses crimes era, contudo, questionável. O Marquês de Abrantes, responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros no Ministério anterior, havia procurado demonstrar ao Senado, como já se viu *supra*, que as notícias que se tinham desses crimes eram exageradas. Isso não significa que o Gabinete tenha-se utilizado deliberadamente de notícias falsas para justificar a intervenção, mas que talvez tenha sido imprudente ao fundar sua política externa em relatos duvidosos – ainda que acreditasse neles.

[136] Paranhos havia defendido no Senado uma proposta de emenda ao voto de graças recomendando ao Governo uma política "circunspeta e previdente" para o Uruguai e lembrou que "as circunstâncias daquele estado são graves" e "devem merecer particular atenção." Sessão de 17/02/1864, **AS**, p. 102.

[137] Mauá publicou um artigo no *Jornal do Comércio* afirmando que a política do Gabinete era equivocada, resultaria em uma guerra e essa guerra seria um erro. CALDEIRA, 1998, p. 412. Depois, chegou a escrever pessoalmente a Saraiva pedindo-lhe que contrariasse as instruções do Gabinete e seguisse outra política em relação ao Prata: "A minha única esperança foi que V. Ex. apreciando aí as grosseiras inexatidões e falsidades que atuaram para resolver a missão, faria francamente o que sua alta razão e bom juízo lhe ditassem. O caminho seguido não é o conveniente, há de trazer-nos complicações, e se medidas coercitivas forem adotadas no fim encontrar-nos-emos diante de sucessos que não poderemos dominar." Mauá para Saraiva, Rio de Janeiro, 05/06/1864 In: MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. **Autobiografia**: exposição aos credores e ao público seguida de o meio circulante no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 66-67.

[138] Caxias advertiu o Governo Imperial de que não seria possível levantar a força militar que se esperava e que, em lugar de interferir nas questões internas dos países vizinhos, o melhor era apenas reforçar as guarnições militares na fronteira – o que por si só mudaria a conduta do Governo uruguaio em relação aos súditos do Império. DORATIOTO, 2002, p. 51.

as notícias de horrores no Uruguai, Silveira da Mota advertia o Senado de que via um "perigo imenso" na "marcha política que vai seguindo o atual gabinete, [...] arrastado pelas suscetibilidades [...] às consequências de uma guerra."[139]

A intervenção foi adiante, mas a falta de um claro paradigma de política externa e as incertezas do Gabinete em relação ao intervencionismo conferiram-lhe um caráter equívoco. Os conservadores, ao prepararem uma intervenção em outro Estado, normalmente determinavam seus objetivos claramente, formavam alianças externas e apoiavam a facção política oposta à do Governo que combatiam. Saraiva foi enviado ao Prata com o objetivo de defender os direitos e os interesses dos nacionais "sem desviar-se da neutralidade no que respeita às questões e lutas internas." Da Argentina, não tinha a desejar mais que o apoio moral; do Paraguai e das províncias de Entre Ríos e Corrientes, só poderia esperar complicações; de Flores, nada deveria buscar, pois o Governo Imperial dizia-se indiferente quanto a quem governaria o país, se *blancos* ou *colorados*.[140]

2.2 A Missão Saraiva

Saraiva chegou a Montevidéu em 6 de maio e entregou suas credenciais ao Presidente Atanasio Aguirre, sucessor de Berro, no dia 12, declarando que o objeto de sua missão especial era "conseguir que [...] sejam garantidos os direitos e os interesses legítimos dos meus concidadãos domiciliados no interior da República."[141] Os primeiros contatos oficiais com as autoridades da República foram amistosos, mas as notícias da chegada da esquadra brasileira ao porto de Montevidéu e da concentração de tropas na fronteira geraram fortes desconfianças. Para a imprensa partidária de Montevidéu, seu verdadeiro objetivo era "prevalecer-se das circunstâncias críticas da República para liquidar as reclamações pendentes."[142]

---

[139] Sessão de 05/04/1864, **AS**, p. 27.
[140] Dias Vieira para Saraiva, Rio de Janeiro, 20/04/1864, **CDOMS**, p. 1-2.
[141] Saraiva acrescentou que somente por meio de uma política "previdente e perseverante" seria possível dissipar "todas as causas próximas ou remotas que de futuro possam perturbar as relações de perfeita cordialidade" entre o Império e o Estado Oriental. Discurso oficial do enviado brasileiro ao Governo oriental, Montevidéu, 12/05/1864, **CDOMS**, p. 99.
[142] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 2, Montevidéu, 14/05/06; confidencial no. 3, Montevidéu, 24/05/1864, **CDOMS**, p. 13-16.

Nesse contexto, não pareceu prudente a Saraiva informar ao Governo oriental que sua missão constituía o "último apelo amigável do Governo Imperial". Por essa razão, preferiu não cumprir suas instruções "literalmente" e optou por "despir a missão especial de todo o caráter de ameaça", para que o Governo oriental pudesse mais facilmente atender suas exigências se estivesse "sinceramente resolvido". Também era prudente não "apressar coisa alguma" até que as forças brasileiras na fronteira estivessem prontas para a ação, pois "disso depende tudo."[143]

Dias Vieira aprovou as atitudes de Saraiva, pois via em seu desejo de não "revelar desde logo" o pensamento do Governo Imperial o propósito de "ganhar tempo".[144] Não era apenas isso. Saraiva acreditava que poderia persuadir o Governo oriental amigavelmente a cooperar para uma solução pacífica das pendências entre os dois Estados. A ameaça do uso da força poderia ser necessária em último caso, mas apenas se fosse possível efetivá-la. Dias Vieira, por outro lado, não esperava que se pudesse alcançar muita coisa sem a clara ameaça da força, mas concordava que se gastasse tempo com negociações amistosas, pois isso permitiria ao Império que se preparasse melhor para um possível conflito.[145]

Saraiva enviou sua primeira nota ao Governo uruguaio no dia 18, expondo as reclamações brasileiras e exigindo "amigavelmente" que se tomassem providências no sentido de garantir aos súditos brasileiros "a segurança e a proteção que as leis da república dispensam a todos, nacionais ou estrangeiros."[146] A resposta do Governo uruguaio, uma verdadeira

[143] Ibid, p. 14-17. Na realidade, Saraiva não deixou apenas de cumprir suas instruções "literalmente", como disse a Dias Vieira – desviou-se efetivamente delas. Quanto a "despir a missão especial de todo o caráter de ameaça", isso dificilmente seria possível sem que Saraiva a "despisse" de sua esquadra.

[144] Dias Vieira para Saraiva, confidencial, Rio de Janeiro, 22/05/1864, **CDOMS** p. 15.

[145] Dias Vieira para Saraiva, confidencial, Rio de Janeiro, 22/05/1864, **CDOMS**, p. 15.

[146] Saraiva argumentava em sua nota que os súditos brasileiros no Estado Oriental sofriam atentados desde 1852, senão antes, com a conivência de autoridades da República, e que "quase todas as justas reclamações do Governo Imperial" a respeito desses incidentes "têm sido constantemente desatendidas." As providências exigidas, consideradas as "únicas providências eficazes para remover os males que afligem" os brasileiros residentes no Uruguai, estavam explícitas na própria nota e refletiam as instruções transmitidas a Saraiva pelo Governo Imperial: (i) o castigo dos responsáveis pelos atentados contra brasileiros; (ii) a destituição dos agentes de polícia responsáveis por abuso de autoridade; (iii) a indenização da propriedade extorquida de brasileiros pelas autoridades; (iv) a liberação dos brasileiros forçados a servir no exército da República; (v) ordens do Governo a todos os seus agentes condenando os atentados e exigindo que as leis da República fossem cumpridas devidamente; (vi) ordens do Governo determinando

reconvenção, veio no dia 24 de maio. O chanceler uruguaio Juan José Herrera não apenas rebateu as queixas de Saraiva, mas também lançou acusações ao Governo Imperial e mesmo ao argentino, que, por "espírito hostil", "inércia" ou "incúria", teriam permitido que se organizasse em seu território a "mais ruinosa e injustificável guerra" ao governo da República. Em conclusão: "acima do vosso direito de reclamar, está o dever de satisfazer."[147]

A réplica de Saraiva, de 31 de maio, foi mais incisiva. Procurou demonstrar que, entre as reclamações dos dois países, havia uma diferença substancial: "nas reclamações orientais, repetirei, os responsáveis são os particulares. Nas reclamações brasileiras, os acusados, e por crimes atrozes, são os próprios agentes do poder público." Diante disso, o Governo uruguaio ficava prevenido das consequências que poderiam advir de sua falta de cooperação: "Em tais circunstâncias, o Governo Imperial deve e pode cuidar de garantir por si mesmo, e pelos meios que o direito das gentes lhe permite, os seus concidadãos." Falando a Herrera em particular, Saraiva avisou que, se pudesse desarmar os brasileiros amigavelmente, já o teria feito, mas não o faria pela força, afinal, "preferíamos lutar contra a República a lutar com os nossos compatriotas."[148]

Mesmo assim, Saraiva sabia – e o disse a Dias Vieira – que, naquelas circunstâncias, o Governo oriental não poderia nem desejaria cumprir as exigências brasileiras:

> *Não poderá porque alguns dos seus agentes responsáveis pelas violências perpetradas contra brasileiros são homens de influência política e que o embaraçariam na luta que sustenta com Flores.*
> *Não quererá porque o Governo oriental considera maiores as dificuldades que lhe podem sobrevir de suas divergências com os*

o cumprimento do acordo celebrado por notas reversais entre o Império e a República em 1857; (vii) ordens do Governo para que os agentes diplomáticos e consulares brasileiros recebessem a consideração e a deferência que lhes era devida. Nota do enviado brasileiro ao Governo oriental, Montevidéu, 18/05/04, **CDOMS**, p. 103-107.

[147] Herrera perguntava como poderia ser verdade que 40.000 brasileiros morriam havia doze anos nas mãos dos "verdugos oficiais" da República quando tudo o que o Governo Imperial havia feito a respeito foi registrar 63 reclamações em todo esse período (menos de seis por ano)? Disso só poderia decorrer ou a cumplicidade do Império, o que seria inadmissível, ou a falsidade da acusação, o que lhe parecia exato. Nota do Governo oriental ao enviado brasileiro, Montevidéu, 24/05/1864, **CDOMS**, p. 108-115.

[148] Nota do enviado brasileiro ao Governo oriental, 31/05/04, **CDOMS**, p. 143-146; Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 4, Montevidéu, 25/05/1864, **CDOMS**, p. 23.

> *amigos em que se apóia do que aquelas que lhe possa suscitar o Governo Imperial.*
> *Este é o parecer que, segundo creio, prevalece nos círculos dos homens da situação. E ele assenta na política errônea que se obstina em prolongar a presente guerra civil.*[149]

A missão especial estaria, portanto, fadada a conduzir os dois países à guerra, exceto se, de algum modo, fosse possível levar a Guerra Civil a termo: "a paz é a única saída que ao Governo oriental se oferece para dominar as suas dificuldades internas e habilitar-se para resolver as suas questões internacionais." Se *blancos* e *colorados* não tinham forças para vencer a guerra e não eram capazes de alcançar um acordo por si próprios, era necessário que o Brasil tentasse "impor a paz aos combatentes." Por isso, Saraiva pediu ao Governo Imperial novas instruções de ação e poderes para "fazer da paz um dos meios de facilitar a solução de nossas dificuldades" – inclusive poderes específicos para tratar com a Argentina e o Paraguai.[150] Da Argentina, esperava uma ação conjunta;[151] do Paraguai, temia dificuldades que poderiam surgir "de improviso".[152]

---

[149] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 3, Montevidéu, 24/05/1864, **CDOMS**, p. 18.

[150] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 1, Montevidéu, 14/05/1864, **CDOMS**, p. 8; confidencial no. 3, Montevidéu, 24/05/1864, **CDOMS**, p. 18-19; confidencial no. 27, Montevidéu, 28/05/1864, **CDOMS**, p. 27. Saraiva disse em retrospectiva que procurou demonstrar ao Governo Imperial "a necessidade de substituir a política que estava nas minhas instruções, e que tendia somente a obter a proteção eficaz dos Brasileiros, por uma política larga, generosa e tão elevada quanto eram nobres os intentos do Governo Imperial." SARAIVA, José Antonio. Resposta do Conselheiro José Antonio Saraiva ao Dr. Vasquez Sagastume. In: **Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LIX, parte I, 1º e 2º trimestres de 1896, p. 299.

[151] Saraiva desejava entender-se com o Governo argentino "acerca de quanto interessar ao Estado Oriental, seja a paz, seja a ocupação do território desta República", pois "sem alianças, tudo nos contrariará. Com a aliança de Buenos Aires, tudo será fácil." Dias Vieira para Saraiva, confidencial no. 1, 14/05/1864, **CDOMS**, p. 9; confidencial s/no, 28/05/1864, **CDOMS**, p. 27. No Senado, Paranhos também chamava a atenção do Governo Imperial para a importância da cooperação entre Brasil e Argentina: "é minha convicção que um dos meios mais eficazes para se evitarem as complicações, de que muitas vezes resultam os sofrimentos de nossos compatriotas na campanha do Estado Oriental, é uma perfeita inteligência e boa amizade entre o governo do Império e o da República Argentina." Sessão de 04/06/1864, **AS**, p. 34).

[152] Saraiva para Dias Vieira, ofício confidencial s/no., Montevidéu, 28/05/1864, **CDOMS** p. 27. Antes mesmo da chegada de Saraiva, "uma correspondência ativíssima tinha lugar entre as chancelarias de Montevidéu e Assunção" e o *blanco* Vasquez Sagastume havia partido em missão especial ao Paraguai para pedir a mediação, ou mesmo a proteção, de López frente ao Brasil e a Argentina. BORMANN, 1907, p. 17; LOBO, 1914, p. 217.

No Parlamento, aumentava a pressão sobre o Gabinete. Narravam-se novas atrocidades contra brasileiros no Uruguai, reclamava-se que a legação imperial em Montevidéu negava proteção a súditos acusados de apoiarem os *colorados*, pediam-se medidas efetivas e mesmo uma aliança com Flores.[153] Paranhos, ao contrário, assumindo a "impopularidade que provavelmente recairá sobre aqueles que não se constituírem solidários nesses gritos de guerra", pedia que o Governo não agisse "impelido por exagerações, por atos precipitados, ou de algumas autoridades, ou de nossos compatriotas", não levasse em consideração "somente os interesses de uma fração dos súditos brasileiros ou de uma localidade, mas os interesses gerais do Império."[154]

Pressionado por ambos os lados, Dias Vieira acatou os pedidos de Saraiva e enviou-lhe "os mais amplos e plenos poderes" para buscar a paz no Uruguai, mas lembrou que isso não excluiria "a indeclinável realização, até as suas consequências", da missão que lhe fora confiada:

> *A verdade é, entretanto, que em última análise, a nossa posição foi e está mui claramente definida, e não nos é mais permitido recuar.*
> *Se os meios pacíficos não medrarem; se o Governo oriental persistir em sua recusa procrastinando ou iludindo o nosso último apelo amigável, será forçoso e imprescindível prosseguir por diante, fazendo-nos justiça por nossas mãos, sejam quais forem as consequências.*[155]

Saraiva interpretou a autorização de Dias Vieira como uma "carta branca para fazer tudo o que julgasse conveniente."[156] Na realidade, já havia até iniciado as tratativas para tentar alcançar a paz, mas não conseguiu avançar muito em razão da resistência do Governo a qualquer solução que pudesse ferir o princípio da autoridade. Uma nova oportunidade surgiu pela iniciativa do chanceler argentino Rufino de Elizalde, que se ofereceu para interceder junto a Aguirre e tentar persuadi-lo a aceitar a mediação de Saraiva na disputa com Flores. O plenipotenciário brasileiro respondeu que seria preferível uma ação combinada dos dois Governos para "impor a paz a quem não a compreende e não a deseja por sentimentos pequeninos."[157]

---

[153] Sessão de 28/05/1864, **ACD**, p. 216; sessão de 28/05/1864, AS, p. 16.
[154] Sessão de 04/06/1864, **AS**, p. 34.
[155] Dias Vieira para Saraiva, confidencial, Rio de Janeiro, 07/06/1864, **CDOMS**, p. 39.
[156] SARAIVA, 1896, p. 299.
[157] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 4, Montevidéu, 25/05/1864, **CDOMS**, p. 24; LOBO, 1914, p. 154-157.

À Argentina também interessava um acordo de paz entre Aguirre e Flores, que, além de solucionar suas pendências com o Uruguai, enfraqueceria os *blancos* (que sairiam derrotados, ainda que parcialmente, ao serem obrigados a fazer concessões aos *colorados*) e, por via reflexa, os federalistas argentinos. Diante disso, Mitre enviou Elizalde a Montevidéu para entender-se com Saraiva e realizar gestões conjuntas em prol da paz. Partiria com ele o Ministro britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, para avalizar a iniciativa de paz.[158]

Elizalde e Thornton chegaram a Montevidéu no dia 6 de junho e, após reunirem-se com Saraiva, partiram para uma audiência com o Presidente. Aguirre mostrou-se receptivo às proposições, mas voltou a resguardar o princípio da autoridade de qualquer transação. Em uma nova conferência, Herrera apresentou as condições do Governo oriental para tratar com Flores.[159] Saraiva, que havia prometido que "o Governo Imperial seria condescendente com o da República se este [...] arvorasse a bandeira da paz", as julgou aceitáveis.[160] Dias Vieira aprovou as ações de Saraiva, mas reiterou que o principal objetivo da missão não era a paz, mas a solução satisfatória das reclamações brasileiras. Não estava, portanto, no pensamento (nem nas instruções) do Governo Imperial ceder em parte de suas reclamações uma vez alcançada a paz.[161]

Os mediadores, acompanhados de dois comissários do Governo oriental (os *blancos* moderados Andrés Lamas e Florentino Castellanos), partiram para Puntas del Rosario, onde se reuniram com Flores no dia 18 para discutir os termos propostos por Herrera. Flores exigiu que o Ministério fosse alterado

[158] Ao contrário do que o revisionismo das décadas de 1960 e 1970 procurou demonstrar sem embasamento documental sólido, não interessava à Grã-Bretanha uma conflagração platina e o Governo britânico procurou evitá-la por meio da ação de Thornton primeiramente junto ao Governo de Aguirre e, em seguida, junto ao próprio Paraguai. DORATIOTO, 2002, p. 54-55, 87-91.

[159] A proposta de Herrera consistia no seguinte: (i) anistia plena e inteira para todos os que se houvessem envolvido na guerra civil; (ii) reconhecimento dos postos que anteriormente tivessem no exército da República, e mesmo os concedidos por Flores, se isso fosse uma condição *sine qua non* da paz; (iii) concessão de uma quantia, a ser arbitrada, com que Flores remisse as dívidas contraídas para a guerra e indenizasse os indivíduos de quem havia recebido gado e cavalhada; liberdade plena de eleição. **RRNE** 1865, p. 10.

[160] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 8, 09/06/1864, **CDOMS**, p. 35-37.

[161] Dias Vieira para Saraiva, confidencial, 22/06/1864, **CDOMS**, p. 45. Não era tarefa fácil para Dias Vieira dirigir a ação de Saraiva, que, por seu temperamento franco e moderado e suas inquestionáveis credenciais políticas (era uma figura política bastante respeitada e um dos principais chefes da Liga Progressista), fazia jus a um grau de autonomia superior ao que normalmente seria concedido a outro diplomata.

para incluir *colorados*, ficando ele com a pasta da guerra e o comando das forças armadas, mas os mediadores rejeitaram a proposta, argumentando que isso colocaria as forças da República sob controle da revolução e não poderia ser aceito por Aguirre. O líder *colorado* aquiesceu, mas insistiu que ao menos o Ministério fosse alterado para incluir homens imparciais como garantia da paz e da realização de eleições livres, "depois da qual o partido em minoria se reconheça legalmente vencido."[162]

Decidiu-se, então, que, para atender ao princípio da autoridade, a exigência de Flores seria formulada por carta reservada e os demais termos (acordados sem grande dificuldade) seriam reduzidos a um protocolo, aceito *ad referendum* por Lamas e Castellanos.[163] As hostilidades foram interrompidas no dia 19 de junho e os mediadores retornaram a Montevidéu para apresentarem o protocolo e a carta de Flores ao Presidente, deixando claro que a exigência de mudança do Ministério era condição imprescindível para a ultimação da paz. Aguirre relutou, mas pareceu ceder diante da insistência dos mediadores, propondo apenas algumas pequenas modificações que se acreditava que Flores aceitaria. No dia 25, uma proclamação oficial indicava que "as bases para a pacificação do país estão combinadas." A paz parecia próxima.[164]

Foi nesse contexto que Saraiva recebeu uma proposta de mediação de Solano López para as pendências entre o Brasil e o Uruguai.[165] Saraiva disse

[162] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 11, 25/06/1864, **CDOMS**, p. 47.

[163] Os termos reduzidos a protocolo foram os seguintes: (i) todos os cidadãos orientais deviam ficar, a partir daquela data, em pleno gozo de seus direitos políticos e civis, quaisquer que tivessem sido suas opiniões anteriores; (ii) o desarmamento das forças ocorreria pelo modo e na forma resolvida pelo Poder Executivo, que se entenderia com Flores quanto à maneira de efetuá-lo pelo que respeitasse às forças sob suas ordens; (iii) seriam reconhecidos os postos conferidos durante a luta por Flores e que estivessem nas atribuições do Poder Executivo, o qual solicitaria do Senado a autorização para confirmação daqueles que, pela Constituição, necessitassem desse requisito; (iv) seriam reconhecidas como dívida nacional as despesas feitas por Flores até a quantia de 500 mil pesos; (v) as somas arrecadadas por Flores procedentes de contribuições, patentes ou quaisquer outro impostos seriam consideradas como entradas no Tesouro Nacional. **RRNE**, 1865, p. 10-12.

[164] As modificações exigidas por Aguirre foram: (i) que os postos cuja confirmação havia sido estipulada não poderiam recair em pessoas inibidas pela lei de promoção ou nomeação e que tais postos deveriam ser unicamente aqueles dados por Flores em ordem do dia do seu exército; e (ii) que a soma pedida para os gastos de guerra deveria ser reduzida em proveito da República. Saraiva para Dias Vieira, confidencial no 11, Montevidéu, 25/06/1864, **CDOMS**, p. 47; confidencial no. 14, 05/07/1864, **CDOMS**, p. 55; **RRNE**, 1865, p. 11-12.

[165] Essa oferta de mediação era consequência direta da missão especial do *blanco* extremado Vasquez Sagastume, que havia partido para Assunção com o fim de obter a mediação, ou mesmo a proteção, de López frente ao Brasil e a Argentina.

que a transmitiria ao Governo Imperial, mas que não via necessidade da mediação, pois esperava "ajustar amigavelmente" as questões remanescentes entre os dois países.[166] Sua postura foi mais tarde confirmada pelo Governo Imperial em correspondência direta a José Berges, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai. De fato, não interessava ao Governo Imperial submeter suas divergências com o Uruguai ao juízo estrangeiro, quanto mais ao de seu rival López.[167]

No dia 30, Elizalde e Thornton (Saraiva, acometido de bronquite, permaneceu em Montevidéu) partiram para a campanha acompanhando o Coronel Perez, que, na condição de comissário do Governo, apresentaria a Flores um decreto contendo as bases da pacificação. Chegando a Puntas del Rosario, revelou-se uma surpresa: o decreto apenas regulava o desarmamento das tropas de Flores. Nada dispunha sobre a mudança de Ministério. Interpelado pelos mediadores, Aguirre disse que nunca considerou a carta de Flores condição *sine qua non* e que pretendia mudar o Ministério somente *após* a conclusão da paz.[168]

Os mediadores protestaram, pois os termos da negociação haviam sido claramente expostos e a mudança ministerial era uma "necessidade indeclinável" – de outro modo, o acordo de paz não passaria de uma capitulação *colorada*. Aguirre voltou a encastelar-se no princípio da autoridade e pediu aos mediadores que retornassem no dia seguinte para que lhes desse uma resposta final. Lamas e Castellanos tentaram demover o Presidente da decisão que lhe era imposta pelos *blancos* mais exaltados, mas sem êxito: a resposta de Aguirre foi negativa. No dia 6 de julho, Flores voltou a abrir hostilidades.[169]

---

[166] SARAIVA, 1896, p. 324. O que Saraiva não sabia naquele momento era que o Paraguai já havia até traçado um plano de campanha contra o Brasil e a Argentina, que terminava com a invasão do Rio Grande do Sul por forças comandadas, em pessoa, por Solano López. SAGASTUME, Vasquez. Rectificación histórica: el Consejero Saraiva y el Dr. Vasquez Sagastume. In: **Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LIX, parte I, 1º e 2º trimestres de 1896, p. 276.

[167] O Governo oriental, que havia solicitado a mediação, acabou também por pedir ela fosse adiada, pois, "na confiança fundada e no interesse de restabelecer prontamente cordiais relações com o Império do Brasil, julgava cumprir um dever não fazendo uso, por ora, dessa importante mediação." **RRNE**, 1865, p. 28.

[168] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 14, Montevidéu, 05/07/1864, **CDOMS**, p. 55.

[169] Frustrado, Saraiva chegou a escrever a Dias Vieira que a política de Aguirre não passava de "completa imbecilidade" e que os *blancos* extremados preferiam "a ruína da República a sua própria ruína" quando poderiam "salvar-se sob a bandeira de uma política de paz e de garantias para todos os partidos." Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 14, Montevidéu, 05/07/1864, **CDOMS**, p. 55-58.

Aguirre receava perder o apoio interno se aceitasse alterar o Ministério, principalmente agora que chegavam notícias do Paraguai, reforçando a resolução de resistência dos *blancos* radicais.[170] Ciente de que Aguirre se tornara refém da ala mais radical do partido, Saraiva resolveu fazer uma última tentativa e, ultrapassando as instruções que lhe haviam sido conferidas pelo Governo Imperial, ofereceu a Aguirre o apoio das armas brasileiras se ele concordasse em formar o Ministério exigido por Flores e satisfazer as demandas do Governo Imperial.[171]

Lamas e Castellanos levaram a proposta ao Presidente, que se demonstrou simpático à iniciativa, mas pediu, mais uma vez, que aguardassem sua resposta, pois precisava "ouvir algumas pessoas". No dia 6 de julho, os dois comissários informaram Saraiva que, depois de uma "violenta discussão", Aguirre havia decidido mudar o Ministério e aguardava os mediadores a fim de conferenciar sobre os nomes que deveriam compô-lo. Mais uma vez, a paz pareceu próxima; mais uma vez, revelou-se uma "extraordinária surpresa": os homens indicados por Aguirre para compor o novo Ministério "significavam, talvez mais que os antigos, a política extrema do partido dominante."[172]

Os mediadores reclamaram que não se tratava de "questão de homens, mas de política" e sugeriram nomes de moderados do próprio partido *blanco*,[173] mas Aguirre manteve-se inflexível. Diante da evidente "má-fé" do Governo oriental, os mediadores declararam sua missão de paz encerrada.[174] Elizalde e Thornton retornaram para Buenos Aires. Havia chegado o momento de entregar um ultimato ao Governo oriental, mas Saraiva também preferiu seguir para Buenos Aires, na esperança de ajustar com Mitre alguma medida que ainda pudesse salvar a paz ou ao menos garantir uma ação conjunta com a Argentina. Antes de partir, escreveu a Dias Vieira:

---

[170] SARAIVA, 1896, p. 339; DORATIOTO, 2002, p. 55.

[171] Saraiva procurou justificar-se perante o Governo Imperial afirmando que estava "transformando o caráter de minha missão sem alterar os fins a que ela se propões." Em sua opinião, o apoio material do Império não viria realmente a ser necessário, pois, com um Ministério suprapartidário que pudesse garantir a paz e a ordem, o Uruguai não precisaria de nada mais do que apoio moral. Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 15, Montevidéu, 05/07/1864, **CDOMS**, p. 60-61.

[172] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 15, Montevidéu, 05/07/1864; confidencial no. 17, Montevidéu, 06/07/1864; confidencial no. 18, Montevidéu, 10/07/1864, **CDOMS**, p. 60-65.

[173] Os nomes sugeridos foram Castellanos, Villalba, Lamas, Martinez, Herrera y Obes e outros.

[174] Segundo Saraiva, o objetivo do Governo oriental durante toda a negociação de paz "não foi outro senão obter, mediante enganadoras promessas, e por nosso intermédio, o desarmamento de Flores, e depois volver à sua política fatal, a de extermínio de todos os adversários." Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 18, Montevidéu, 10/07/1864, **CDOMS**, p. 64-65.

Sem a paz, repetirei ainda uma vez, creia V. Ex. que não resolveremos bem nossas dificuldades.
Estas são mais graves do que se julga no Brasil, e carecemos de muita prudência e muita longanimidade para não nos arriscarmos em um caminho de que não possamos sair airosamente.[175]

Saraiva chegou a Buenos Aires no dia 10 de julho e propôs a Mitre uma intervenção conjunta, com o objetivo de combater o partido que se opusesse à paz e formar um Governo Provisório que presidisse eleições livres, mas Mitre recusou a proposta, argumentando que a intervenção conjunta encontraria embaraços nas convenções internacionais e tornaria os interventores responsáveis por erros cometidos pela nova administração. Melhor seria, em seu ver, que o Império continuasse a pressionar o Governo oriental a cumprir suas exigências contando com o apoio moral do Governo argentino.[176]

Nada mais se podia fazer. Ao Ministro brasileiro só restava entregar o ultimato ao Governo uruguaio. Consciente de que isso levaria os dois países à guerra e receando que o exército brasileiro não estivesse preparado para o confronto, Saraiva preferiu pedir instruções explícitas a Dias Vieira, rogando-lhe que, antes de embarcar em uma "política mais forte e de mais coação para com o Estado vizinho", verificasse "se os recursos de que dispomos habilitam o Governo Imperial para o emprego de meios mais enérgicos."[177]

No Império, a Missão Saraiva sofria duras críticas, de defensores e opositores da intervenção.[178] Paranhos era um dos poucos defensores da

[175] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 18, Montevidéu, 10/07/1864, **CDOMS**, p. 66.
[176] Desapontado, Saraiva escreveria a Dias Vieira que "o desejo do General Mitre é que o Brasil faça mais do que a Confedereção em prol da República Oriental." Saraiva para Dias Vieira, ofício confidencial no. 19, Montevidéu, 12/07/1864, **CDOMS**, p. 68-69. De fato, quanto mais comprometido ficava o Império com o conflito, menor era a necessidade argentina de assumir qualquer responsabilidade, pois poderia alcançar seus objetivos sem precisar fazer sacrifícios.
[177] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 20, Montevidéu, 13/07/1864, **CDOMS**, p. 71-73.
[178] Dizia-se que a missão havia sido "codilhada" por Thornton e Elizalde, e Saraiva agora andava em sua "cauda", Thornton para premunir-se contra as pretensões brasileiras, Elizalde para fazer de Saraiva instrumento inocente de sua política platina. Alguns achavam preferível que Saraiva se tivesse abstido da pacificação e tivesse entregado logo o ultimato depois daquela "reconvenção desagradável" de Herrera – afinal, ou a mediação era necessária e o Governo errou ao não prevê-la ou era desnecessária e Saraiva errou ao encetá-la. Outros argumentavam que teria sido melhor não mandar missão nenhuma e buscar satisfações por outro meio, já que a missão somente teria servido para exacerbar a fragilidade do Governo oriental. Sessões de 21/07/1864 e 23/07/1864, **AS**, p. 129-131, 134-135 e 137-138.

missão fora das bancadas ministerialistas. Para ele, o mal não tinha sido enviar a missão, nem aceitar a mediação, mas vincular a ausência de satisfações ao recurso à força.[179] Zacarias e Dias Vieira defendiam a missão e seu enviado especial argumentando que a mediação foi importante, pois poderia ter resultado na pacificação do Uruguai, o que interessava ao Brasil. Seu fracasso não causou qualquer revés ao Brasil – ao contrário, evidenciou suas boas intenções. O curso da missão seria agora retomado com a entrega do ultimato.[180] Nesse sentido, as instruções de Dias Vieira a Saraiva dificilmente poderiam ter sido mais explícitas:

> *De tudo inteirado, cabe-me, em resposta, dizer a V. Ex. que, visto terem-se malogrado inteiramente os esforços empregados para a paz, [...] entende o Governo Imperial que [...] nada mais resta a fazer do que regressar V. Ex. a Montevidéu e aí, reatando a negociação que encetara e na qual, por amor das esperanças da paz, se sobresteve, marcar ao Governo da República um prazo mais ou menos breve, segundo as circunstâncias aconselharem, dentro do qual o mesmo Governo possa dar as satisfações exigidas na forma das instruções de que foi V. Ex. munido, sob a cominação nelas estabelecida de passarmos a fazer pelas nossas próprias mãos a justiça que nos é negada, [...].*[181]

Enquanto Saraiva negociava com Mitre, o Governo oriental preparava-se para o rompimento inevitável com o Império. No dia 14 de julho, Antonio de las Carreras partiu para Assunção com uma carta de Aguirre em que pedia a intervenção paraguaia alegando existir um acordo secreto entre Brasil e Argentina para repartir o território uruguaio, com ameaças evidentes para o Paraguai.[182] Um agente confidencial também partiu para Buenos Aires com o objetivo de isolar o Brasil, mas Mitre revelou a Saraiva as intenções do enviado.[183]

---

[179] Sessão de 25/07/1864, **AS**, p. 142-144.
[180] Sessão de 23/07/1864, **AS**, p. 126, 132-133, 139.
[181] Dias Vieira para Saraiva, confidencial s/no., Rio de Janeiro, 21/07/1864, **CDOMS** p. 78-79. As instruções antecedem, por poucos dias, os debates mais veementes sobre a missão especial no Senado (referidos *supra*), mas não deixam de refletir o contexto político em que os debates ocorreram.
[182] DORATIOTO, 2002, p. 58.
[183] Saraiva para Dias Vieira, confidencial no. 21, Montevidéu, 25/07/1864, **CDOMS**, p. 76.

Saraiva retornou a Montevidéu no dia 4 de agosto e, sem perder tempo, entregou seu ultimato ao Governo oriental.[184] Se, dentro do prazo improrrogável de seis dias, os reclamos feitos em sua nota de 18 de maio não fossem atendidos, seriam adotadas providências com o fim de garantir a vida e a segurança dos brasileiros residentes no Uruguai. Ressaltava-se, contudo, que "as represálias e as providências [...] não são [...] atos de guerra" e esperava-se que o governo da República evitasse "aumentar a gravidade daquelas medidas, impedindo sucessos lamentáveis, cuja responsabilidade pesará exclusivamente sobre o mesmo governo."[185]

Em 9 de agosto, Herrera devolveu o ultimato a Saraiva, argumentando que seu teor "inaceitável" não o autorizaria a "permanecer nos arquivos orientais", e entregou-lhe uma resposta sugerindo que a questão fosse levada ao arbitramento de uma ou mais das potências representadas em Montevidéu. Diante de mais um "expediente que ilude a questão, ou adia a dificuldade", quando se fazia necessária uma solução urgente, o plenipotenciário devolveu a nota a Herrera na mesma data e anunciou o início das represálias.[186] No dia 10, Saraiva enviou uma circular ao Corpo Diplomático noticiando o início das represálias, transmitiu instruções aos agentes diplomáticos e consulares brasileiros, e oficiou Tamandaré para aproximar as canhoneiras imperiais e preparar-se para a adoção de medidas unilaterais.[187] Estava encerrada missão especial a Montevidéu.

Saraiva partiu no dia seguinte em uma corveta brasileira rumo a Buenos Aires, onde celebrou com Elizalde, no dia 22 de junho, um protocolo em que Brasil e Argentina prometiam auxílio mútuo por meios amigáveis e reconheciam

[184] O texto recordava toda a marcha das negociações entre os dois Governos, buscando realçar, de um lado, a moderação e a boa vontade do Governo Imperial e, de outro, a intolerância e a irresponsabilidade do Governo oriental. Exauridos todos os esforços possíveis para alcançar uma solução pacífica para as pendências entre os dois países, não restava ao Governo Imperial outro arbítrio senão exigir o cumprimento das satisfações pedidas na nota de 18 de maio.

[185] As providências consistiriam no seguinte: (i) "as forças do exército brasileiro estacionadas na fronteira receberão ordem para procederem a represálias, sempre que forem violentados os súditos de Sua Majestade ou for ameaçada a sua vida e segurança, incumbindo ao respectivo comandante providenciar, pela forma mais conveniente e eficaz a bem da proteção de que eles carecem"; (ii) "o almirante Barão de Tamandaré receberá instruções para do mesmo modo proteger, com a força da esquadra a suas ordens, aos agentes consulares e aos cidadãos brasileiros ofendidos por quaisquer autoridades ou indivíduos incitados a desacatos pela violência da imprensa ou instigação das mesmas autoridades." (*Ultimatum* do enviado brasileiro ao Governo oriental, 04/08/1864, **CDOMS**, p. 175).

[186] Nota do Governo oriental ao enviado brasileiro, **CDOMS**, 09/08/1864, p. 184-185.

[187] **RRNE**, 1865, p. 15.

a liberdade de ação dos dois países em relação às pendências com o Governo de Aguirre, respeitados o direito das gentes e a independência e a integridade do Estado Oriental.[188] A mediação havia fracassado em seu objetivo de pacificar o Uruguai, mas contribuiu para afastar desconfianças mútuas entre o Brasil, a Argentina e os *colorados* (e também a Grã-Bretanha) e firmar as bases para a Tríplice Aliança.[189]

2.3 Das represálias à guerra

Apresentado e rejeitado o ultimato brasileiro, era chegado o momento de "fazer justiça com as próprias mãos." O termo assustava alguns parlamentares, que não desejavam ver as forças brasileiras cometendo atos de vandalismo, mas Zacarias assegurava que as represálias não iriam além da aproximação de forças da fronteira e de sua entrada momentânea no território oriental para impedir violências contra súditos do Império. Para alguns, isso parecia o princípio de uma guerra, mas o Governo negava, embora reconhecesse que os acontecimentos poderiam precipitar-se a esse extremo.[190]

O corpo diplomático de Montevidéu também se mostrou apreensivo com a perspectiva de represálias que pudessem ferir a propriedade e os interesses de seus súditos. O ministro italiano Raphael Ulysse Barbolani, decano do corpo diplomático, que estava tentando retomar a mediação entre Flores e Aguirre,[191] reclamou que, em seu atual estado de "quase dissolução", a República deveria "antes ser protegida do que hostilizada." O ministro brasileiro em Montevidéu, João Alves Loureiro, tentou rebater as críticas argumentando que as represálias, necessárias naquele contexto, eram autorizadas pelo direito das gentes e não ultrapassariam a propriedade caracterizada como uruguaia.[192]

---

[188] Protocolo celebrado por Brasil e Argentina, **CDOMS** p. 193-194.
[189] DORATIOTO, 2002, p. 56-59.
[190] Sessão de 23/07/1864, **AS**, p. 127; sessão de 10/08/1864, **ACD**, p. 139.
[191] Barbolani havia inclusive buscado o apoio de Saraiva e Elizalde para convencer Flores a retomar as bases que haviam sido acordadas antes da ruptura, mas ambos recusaram-se, pois não confiavam mais no Governo *blanco* e acreditavam que tudo não passava de mais uma tentativa de ganhar tempo por parte de Montevidéu. Diante disso, Barbolani insinuou que os agentes diplomáticos acreditados em Montevidéu "estorvariam a ação do Brasil no caso de emprego de força." LOBO, 1914, p. 63.
[192] BORMANN, 1907, p. 95-97.

Tamandaré iniciou as represálias ordenando a aproximação de uma divisão da esquadra imperial dos portos de Salto e Paissandu, com instruções para protegerem os súditos brasileiros. Para reforçar essas medidas, Tamandaré determinou o desarmamento e a imobilização das embarcações uruguaias empregadas no transporte de tropas e munições entre Montevidéu e as demais praças sob o controle do Governo *blanco*.[193] Alegando que o Império se havia colocado "ao serviço da invasão" *colorada*, o Governo oriental enviou os passaportes ao ministro brasileiro e determinou, por nota de 30 de agosto, que deixasse o território da República no prazo de 24 horas. No dia 3, outra nota cassou o *exequatur* dos agentes consulares imperiais e proibiu a comunicação entre as forças brasileiras e o território oriental.[194]

No mesmo dia 30 de agosto em que o Governo oriental rompia relações com o Império, o ministro brasileiro em Assunção, Viana de Lima, recebeu um protesto "deplorando profundamente" o ultimato de 4 de agosto e advertindo o Governo Imperial de que o Paraguai consideraria qualquer ocupação temporária ou permanente do território uruguaio por forças do Império atentatória ao "equilíbrio de Estados do Prata", colocando em risco a paz, a segurança e a prosperidade da República, e desonerava-se de toda responsabilidade por suas consequências. Viana de Lima respondeu em 1º de setembro, procurando justificar a ação brasileira, mas o chanceler paraguaio José Berges replicou, por notas de 3 e 12 de setembro, que, se os fatos viessem a confirmar o emprego de meios coercitivos pelo Brasil, o Governo Paraguaio teria o pesar de fazer efetivas suas declarações.[195]

Quando as notícias das legações brasileiras em Montevidéu e Assunção chegaram ao Rio de Janeiro, havia um novo Ministério para recebê-las. Enfrentando dificuldades na Câmara e no Senado, o Gabinete tornou-se alvo fácil para a oposição conservadora, que começou a pedir sua retirada.[196]

---

[193] As instruções consistiam em: (i) velar na proteção devida aos súditos brasileiros; (ii) reclamar competentemente e empregar a força, quando necessária, contra as agressões verificadas que fizessem as autoridades orientais nos pontos ainda sob domínio do Governo da República; (iii) exigir a liberdade de todos os que se achassem violentados ao serviço militar, com desprezo de sua reconhecida nacionalidade, ou detidos ilegalmente nos cárceres públicos; (iv) prestar toda coadjuvação aos cônsules e vice-cônsules do Império no exercício de suas funções. **RRNE**, 1865, p. 16-17.

[194] **RRNE**, 1865, Anexo I, p. 84-85; SOARES, 1956, p. 116-117.

[195] **RRNE**, 1865, Anexo I, p. 172-178.

[196] A maioria ministerial, reduzida pela defecção de muitos liberais históricos, era considerada "insignificante" e "duvidosa", e falava-se até (ainda que em tom jocoso) de uma "contra-liga" de conservadores puros e liberais históricos para derrubar a Liga Progressista. Sessão de 16/08/1864, **ACD**, p. 140.

Apenas poucas semanas antes do encerramento da Assembleia, Zacarias viu-se impossibilitado de levar o Governo adiante quando José Bonifácio, o Ministro do Império, sofreu uma derrota inesperada na Câmara e decidiu entregar seu cargo. Zacarias optou pela demissão coletiva.[197]

Para compor um novo Ministério, o Imperador escolheu o liberal Francisco José Furtado – uma escolha inesperada, pois Furtado não era uma figura política de primeiro plano, mas que visava a sustentar a Liga reforçando seu elemento liberal histórico. Furtado não obteve grande receptividade entre os moderados e, embora reivindicasse o apoio da mesma situação progressista, a feição "acentuadamente liberal" do Gabinete de 31 de agosto tornou a divisão mais profunda.[198] O Ministério não demorou a sofrer ataques de conservadores e moderados, mas alcançou o adiamento das Câmaras alguns dias depois sem maiores dificuldades. As dificuldades apareceriam fora do Parlamento.

No dia 10 de setembro, a casa bancária Souto & Cia. suspendeu pagamentos e encerrou suas atividades, ocasionando a mais forte crise que a praça do Rio de Janeiro já havia enfrentado. Instado a ultrapassar a legalidade para deter a crise em face das quebras bancárias e dos tumultos que tomavam a cidade, o Governo resistiu até o dia 17, quando, depois de parecer unânime do Conselho de Estado, aceitou decretar as medidas drásticas exigidas. Ao final, a atuação do Ministério frente foi considerada indiferente e irresoluta.[199]

Era nesse contexto interno delicado que o novo Gabinete tinha que se voltar ao Prata para definir sua linha de política externa. Em seu programa ministerial, o Presidente do Conselho havia prometido uma política de paz,

---

[197] Na sessão de 27 de agosto, que deveria discutir o crédito para as despesas do casamento das Princesas D. Isabel e D. Leopoldina, Martinho de Campos pediu preferência para a discussão do projeto de subvenção da navegação entre o Brasil e os Estados Unidos. Julgando o pedido desrespeitoso em relação à Família Imperial, José Bonifácio opôs-se à medida e solicitou à Câmara que o projeto fosse submetido ao estudo da comissão respectiva. A Câmara preferiu rejeitar o pedido de José Bonifácio e aprovar o de Martinho de Campos, demonstrando clara desconfiança no Ministro do Império. Diante disso, José Bonifácio solicitou sua exoneração a Zacarias, que, após ouvir os colegas do Ministério, optou pela demissão coletiva. FARIA, Júlio Cezar de. **José Bonifácio, o Moço**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 136-138.

[198] NABUCO, 1997, v. I, p. 470.

[199] João Batista Calógeras para Lucila-Elisabeth Calógeras, Rio de Janeiro, 19/09/1864, In: CARVALHO, Antonio Gontijo de. **Um Ministério visto por dentro**: cartas inéditas de João Batista Calógeras, alto funcionário do Império. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 68-69; ALMEIDA, Tito Franco de. **O Conselheiro Francisco José Furtado**: biografia e estudo de história política contemporânea. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 183, 188-189.

"porém não a paz a todo o transe, paz honrosa." Chamado a esclarecer em que sua política de "paz honrosa" diferiria da de Zacarias, Furtado respondeu que "não há divergência entre o governo passado e o atual."[200] Isso ficaria ainda mais claro a partir de 4 de outubro, quando Dias Vieira voltou a assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros. Na verdade, já era muito difícil retroceder diante da política que o Ministério passado havia adotado em relação ao Prata.[201]

Antes de retornar ao Rio de Janeiro, Saraiva deixou instruções ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul recomendando represálias mais enérgicas em face da ruptura uruguaia. O exército brasileiro deveria penetrar o território da República para, com o auxílio da esquadra, "expelir do Cerro Largo, Paysandu e Salto as forças do governo de Montevidéu." Tomadas e desarmadas as guarnições, as forças imperiais deveriam entregar as praças às autoridades constituídas por Flores (após este assegurar que protegeria os súditos brasileiros enquanto não se organizasse um novo Governo legal) e deixar o território da República "se não receberem do Governo Imperial ordem para marchar até Montevidéu."[202] Era a guerra, faltava apenas declará-la.

Quanto ao Paraguai, as notícias que chegavam da legação imperial em Assunção a respeito do estado de suas forças pareciam indicar que, apesar dos discursos violentos, López "não se lançaria em uma aventura militar na região" e pouco faria além de romper relações com o Império – e mesmo se decidisse ir à guerra, poderia ser batido "sem grande esforço". Cumpria apenas tomar algumas precauções para a defesa da Província do Mato Grosso em caso de uma ofensiva paraguaia e, para esse fim, foi nomeado um novo Presidente para a Província.[203]

---

[200] Sessão de 01/09/1864, **ACD**, p. 279, 286.

[201] Mesmo ferrenhos opositores da política platina de Zacarias, como Ângelo Ferraz, haviam reconhecido, ainda durante seu Ministério, que não era mais possível voltar atrás: "em relação à Banda Oriental, tudo está feito; é preciso que o governo mantenha-se em uma posição forte, dado o primeiro passo; é preciso com dignidade sair-se da posição, e não recuar." Sessão de 23/07/1864, **ACD**, p. 139.

[202] **RRNE** 1865, p. 19; anexo I, p. 92-93.

[203] Os relatórios de Viana de Lima indicavam que: (i) o efetivo do exército paraguaio era de 30 mil homens, mas quase metade eram apenas recrutas; (ii) a marinha paraguaia contava onze vapores, mas só um armado e, mesmo assim, velho e em péssimas condições; (iii) o forte de Humaitá era pouco defensável por terra; (iv) as forças paraguaias eram desorganizadas e faltava-lhes líderes militares competentes, pois López os anulava temendo que pudessem ameaçar seu poder; (v) as forças também não tinham brio, devido ao estado de prostração moral imposto por López; (vi) as elites paraguaias desejavam a guerra para derrubar a ditadura de López. Viana de Lima também reportava que López resistia em aceder aos pedidos de intervenção de Carreras e Sagastume. DORATIOTO, 2002, p. 60-63.

A invasão do território oriental pelas forças brasileiras foi retardada até outubro em razão do estado de despreparo em que se encontravam as forças brasileiras.[204] Finalmente, em 12 de outubro, uma brigada brasileira comandada pelo General José Luís Mena Barreto atravessou a fronteira uruguaia e capturou a vila de Melo, capital do Departamento de Cerro Largo, no dia 14, entregando-a, em seguida, ao controle de Flores. Enquanto isso, Tamandaré ordenava o bloqueio dos portos de Salto e Paissandu.[205]

No dia 20 de outubro, Flores escreveu a Tamandaré propondo "tornar comuns os nossos esforços para chegar à solução das dificuldades internas da República e das suscitadas com o governo do Império", comprometendo-se a atender as reclamações formuladas por Saraiva e oferecer-lhes condignas reparações tão logo alcançado o triunfo da revolução. Tamandaré respondeu na mesma data ao "comandante em chefe do exército libertador" que, em vista de seu reconhecimento à justiça da causa brasileira, "terei a maior satisfação em cooperar com V. Ex. para o importante fim de restabelecer a paz da República." Com esse apoio, garantido "debaixo de minha responsabilidade", Tamandaré esperava concorrer para "constituir o governo que a maioria da nação deseja."[206]

Dias Vieira diria mais tarde que "nenhuma razão havia para deixar de acolher" o concurso de Flores, "sobretudo considerados os termos em que fora oferecido."[207] Na realidade, o Acordo de Santa Lúcia (como ficou conhecido) ultrapassou as instruções de Tamandaré e surpreendeu o Governo Imperial, que agora se tornava aliado de um líder revolucionário que jamais reconhecera como beligerante, contra um governo cuja legitimidade não havia disputado, em um conflito no qual se proclamava neutro.[208] Tamandaré não era, contudo, o único

[204] De acordo com o General Bormann, "a alta administração do império imaginava possuir um exército dotado de todos os elementos necessários à mobilização, de todos os recursos, enfim, para entrar em campanha", mas o exército não passava de uma "pequena agremiação de homens [...] desprovida de tudo para invadir o território inimigo." BORMANN, 1907, p. 114-115.

[205] Antes de ordenar o bloqueio, Tamandaré enviou uma circular confidencial ao Corpo Diplomático de Montevidéu solicitando que as embarcações mercantes de suas respectivas bandeiras não fossem empregadas no transporte de homens e munições entre as praças controladas pelo Governo de Montevidéu. Os agentes responderam em uma nota ostensiva que, na ausência de um estado de guerra declarada entre Brasil e Uruguai, seus navios não estavam obrigados a aceitar a solicitação nem a sujeitar-se ao direito de visita. Para atender às formalidades exigidas pelo direito das gentes, Tamandaré notificou o bloqueio. **RRNE**, 1865, p. 20.

[206] **RRNE**, 1865, Anexo I, p. 110-111.

[207] **RRNE**, 1865, p. 21.

[208] SOARES, 1956, p. 121. Zacarias e Dias Vieira haviam deixado absolutamente claro em seus discursos ao Senado que Flores não havia sido reconhecido beligerante em momento algum. Sessões de 23/07/1864 e 25/07/1864, **AS**, p. 133-134, 147.

culpado pela anomalia da situação brasileira no Prata. A responsabilidade maior era do Governo Imperial, que, sem abandonar o paradigma intervencionista, ordenou uma intervenção no Uruguai e jamais conseguiu conciliar os fins pacíficos que proclamava com os meios coercitivos que se propusera a utilizar.[209]

A contradição na política brasileira era evidente: enquanto se dizia em paz com o Governo oficial do Uruguai, o Império adotava represálias que favoreciam a revolução que pretendia derrubá-lo. Paranhos chamou atenção a esse ponto em um discurso ao Senado, em que procurou demonstrar que a política de represálias era, mesmo que o Governo Imperial não o desejasse, uma intervenção indireta contra o Governo de Montevidéu. Por essa razão, embora não advogasse o recurso à força, Paranhos considerava preferível à política de represálias uma intervenção franca e direta que tivesse por fim pacificar a República.[210]

O Ministério terminou por reconhecer a incongruência de sua política platina e, com o fim de "regularizar e definir bem" a situação brasileira no Prata e buscar, em conjunto com a Confederação Argentina, meios para "prontamente pôr termo à desastrada luta", que se tornava mais preocupante com a ameaça de intervenção paraguaia, decidiu enviar uma nova missão especial ao Rio da Prata. Para chefiá-la, escolheu justamente o político conservador que criticara a política do Gabinete desde o princípio: Paranhos.[211]

A nomeação, por um Governo liberal, de um dos principais líderes do Partido Conservador para uma missão tão importante poderia causar alguma surpresa, mas havia muitas razões a justificá-la. A própria gravidade do contexto platino demandava um verdadeiro especialista e, depois das duras críticas suscitadas pela indicação de Saraiva (um importante chefe de partido sem experiência partidária), Furtado não desejava ser acusado novamente de "diplomacia partidária".[212] Além disso, com o Gabinete enfraquecido pela

[209] Silveira da Mota disse no Senado que, "depois de ter o governo anunciado uma política de pura abstenção e de neutralidade", iniciou no Rio da Prata "a política mais substancialmente interventora que se podia conceber". Sessão de 21/07/1864, **AS**, p. 110.
[210] Sessão de 25/07/1864, **AS**, p. 144.
[211] **RRNE**, 1865, Anexo I, p. 21.
[212] Deputado e Senador do Império, Paranhos foi por três vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império e participara de quatro missões diplomáticas no Prata. Também ocupara as pastas da Fazenda, da Marinha e da Guerra (interinamente). Para João Batista Calógeras, primeiro oficial de gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros, considerava Paranhos, "incontestavelmente, o único homem capaz de fazer face às circunstâncias difíceis do momento." João Batista Calógeras para Lucila-Elisabeth Calógeras, Rio de Janeiro, 22/07/1864, In: CARVALHO, Antonio Gontijo de. **Um Ministério visto por dentro**: cartas inéditas de João Batista Calógeras, alto funcionário do Império. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 133.

quebra da casa bancária Souto & Cia., a nomeação de Paranhos vinculava os conservadores a sua política e contrabalançava a falta de apoio dos moderados. Paranhos foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial ao Rio da Prata em 18 de novembro e partiu logo depois para Buenos Aires.[213]

Apenas alguns dias antes, em 11 de novembro, o vapor *Marquês de Olinda*, que transportava o novo Presidente do Mato Grosso, chegou a Assunção. Seguindo viagem para Cuiabá, o vapor foi alcançado por uma belonave paraguaia e forçado a retornar a Assunção, onde os passageiros e a tripulação ficaram detidos. Informado no dia 13, Viana de Lima exigiu explicações imediatamente. Recebeu como resposta uma nota datada do dia anterior que, sem qualquer referência ao incidente, declarava interrompidas as relações entre o Paraguai e o Império e vedadas as águas paraguaias à navegação de qualquer embarcação brasileira, em virtude da invasão do território oriental pelo Brasil. No dia 14, Viana de Lima protestou e pediu seus passaportes.[214] Estava começando a Guerra do Paraguai.

[213] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco. In: _____. **Obras do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 188.

[214] Viana de Lima recebeu seus passaportes no dia seguinte, mas ficou impedido de partir, pois o Governo Paraguaio proibiu a saída de qualquer navio mercante do porto de Assunção (e não havia nenhum navio de guerra disponível). Como a travessia por terra para o Brasil era inviável para o ministro e sua família, Viana de Lima ficou retido no Paraguai até o dia 29, quando partiu a bordo de uma embarcação paraguaia, graças à intervenção do ministro dos Estados Unidos. **RRNE**, 1865, p. 30-31.

Capítulo III - A atuação de Paranhos no Prata

Este capítulo tem por objetivo analisar a ação de Paranhos como homem de Estado no Prata. Com esse fim, procurou-se descrever e analisar todo o desenvolvimento de sua missão cronologicamente, nas seguintes etapas: (i) as primeiras tratativas de Paranhos com o Governo argentino e as alterações no contexto platino resultantes da ruptura paraguaia e do ataque a Paissandu; (ii) a formalização da aliança brasileira com os *colorados* e a regularização do estado de guerra; (iii) o contexto imediato do ataque a Montevidéu; e (iv) as negociações para a pacificação do Uruguai e os termos do convênio de paz. Obteve-se, desse modo, um quadro geral da atuação do plenipotenciário brasileiro e dos principais eventos de sua missão.

3.1 Contatos iniciais

Em suas instruções a Paranhos,[215] o Governo Imperial descreveu os fundamentos e os principais objetivos da missão especial:

> *A resistência do Governo do Estado Oriental aos meios coercitivos empregados pelo Império desde que foi desatendido o seu ultimato; o*

[215] De acordo com o Barão do Rio Branco, as instruções não passavam de um "transunto" do plano de negociações proposto pelo próprio Paranhos a Dias Vieira depois de ouvir as explicações do Governo Imperial e examinar a correspondência reservada. RIO BRANCO, 1945, p. 188.

> *bem fundado receio de prolongar-se a luta civil que assola aquele Estado, com manifesto prejuízo da indústria e do comércio, tanto estrangeiro como nacional da República; e sobretudo as complicações que de semelhante situação podem resultar para as relações políticas das Potências interessadas na manutenção da estabilidade e ordem da mesma República, tornam bem saliente a necessidade de colocar-se o Império à frente de uma intervenção aberta e eficaz que ponha termo a este deplorável estado de coisas tão fatal ao elemento brasileiro, principalmente o residente na campanha.*[216] *[grifo nosso]*

Paranhos deveria buscar, portanto, o concurso da Argentina e de Flores para o fim de promover uma intervenção que estabilizasse o Estado Oriental e trouxesse garantias com relação às reclamações do Governo Imperial e proteção a seus súditos. Na condição de Estado fundador e protetor da independência e da integridade uruguaias ao lado do Brasil, o apoio argentino conferiria grande força moral ao empenho brasileiro, afastando suspeitas estrangeiras de intenções expansionistas do Império. Além do concurso moral, a cooperação argentina também no campo militar seria de extrema valia para enfrentar os *blancos* e prevenir uma possível contra-medida do Paraguai ou das Províncias de Entre-Ríos e Corrientes.[217]

Quanto a Flores, sua colaboração era considerada imprescindível para o bom êxito da missão e a "melhor garantia" para a solução futura das reclamações brasileiras. Fazendo-se valer da nacionalidade por ele representada, Flores deveria ser rodeado de "prestígio e consideração" para que pudesse ter "decidida influência" na nova situação política que surgiria do conflito. Caso o Governo argentino recusasse ou protelasse sua participação na intervenção, cumpria, "sem demora", tornar mais eficazes os elementos militares *colorados*, fornecendo-lhes dinheiro e armamentos, e proceder a uma ofensiva combinada com Flores e Tamandaré para atacar e tomar a praça de Montevidéu, amparada nas formalidades em uso para atos de guerra.[218]

As instruções do Governo Imperial representavam uma alteração substancial em relação à política que vinha sendo perseguida. Quando Saraiva

---

[216] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 23/11/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.
[217] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 23/11/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.
[218] Ibid.

deixou o Prata, o Brasil proclamava-se neutro em relação ao conflito interno uruguaio e dizia apenas exercer represálias em defesa da vida, da segurança e da propriedade de seus súditos. Com a Missão Paranhos, abandonava-se de vez o paradigma neutralista para assumir-se efetivamente uma intervenção "aberta e eficaz" com o fim de realizar, com o auxílio de alianças internas e externas e inclusive por meio de atos de guerra, a pacificação do Uruguai.[219]

Paranhos chegou a Buenos Aires no dia 2 de dezembro e travou seus primeiros contatos com o Governo argentino imediatamente, em tom de perfeita cordialidade. No dia 7, fez sua entrega de credenciais chamando atenção para "as novas e graves circunstâncias" no Prata e desejando "fortalecer ainda mais" a amizade entre o Império e a Confederação. Mitre respondeu com elogios à pessoa de Paranhos e se disse confiante no estreitamento das relações entre os dois países, "*ligados por intereses permanentes y comunes, y por recuerdos gratos y gloriosos*."[220]

Paranhos deparou-se com uma situação mais complexa do que se tinha conhecimento na Corte. As represálias brasileiras no Estado Oriental haviam assumido o caráter de verdadeira guerra e as forças brasileiras eram vistas cooperando abertamente com as tropas revolucionárias. Em 28 de outubro, a guarnição de Salto, bloqueada pelas canhoneiras imperiais e sitiada pelos homens de Flores, ofereceu sua capitulação sem resistência. No dia 1º de dezembro, véspera da chegada de Paranhos, Tamandaré partiu para atacar Paissandu em combinação com Flores.[221]

O ataque a Paissandu ao lado de Flores dificultava a posição brasileira, pois representava o reconhecimento tácito da condição de beligerante de Flores e a declaração de guerra *de facto* ao Governo de Montevidéu.[222]

---

[219] Tendo em vista que Paranhos, em seus discursos ao Senado, defendia a aproximação com a Argentina e advogava, em lugar das represálias, uma política de intervenção franca e direta para pacificar o Uruguai, não é difícil supor que a alteração na política imperial se deva, em grande medida, a sua própria influência. Sessão de 04/06/1864, **AS**, p. 34; sessão de 25/07/1864, **AS**, p. 144.

[220] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 1, Buenos Aires, 04/12/1864; ostensivo no. 2, Buenos Aires, 08/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.
As recordações a que Mitre aludia eram, evidentemente, os combates contra Rosas em 1852 – uma homenagem ao Império e também a Paranhos, que, como secretário da missão especial do Marquês de Paraná, teve, naquela ocasião, seus primeiros contatos com Mitre.

[221] BORMANN, 1907, p. 139-140; Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 2, Buenos Aires, 10/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[222] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 8, Buenos Aires, 25/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14. Esses efeitos também poderiam ser atribuídos ao Acordo de Santa Lúcia e às capturas da vila de Mello e de Salto, mas, nos três casos, haveria argumentos contrários: o Acordo de Santa

Isso limitava as opções diplomáticas do Império, suscitava complicações perante o corpo diplomático de Montevidéu (cada vez mais antipático ao Brasil em razão da contradição entre suas declarações oficiais e seu procedimento concreto) e, ao aumentar o comprometimento brasileiro com a guerra civil uruguaia, reduzia seu poder de barganha frente à Argentina.[223]

Paranhos iniciou, nesse contexto, suas negociações com Mitre e Elizalde. O Governo argentino demonstrou-se favorável à intervenção brasileira, mas resguardou sua posição de neutralidade na mesma condição que quando da partida de Saraiva. Indagado por Paranhos acerca da possível "simpatia" argentina pela causa *colorada*, Mitre respondeu que não fazia votos pelo triunfo de qualquer dos contendores, que Flores não recebeu de seu Governo "o auxílio de um cartucho" e que, se desejasse apoiá-lo, o faria francamente.[224] Mitre também não demonstrou qualquer receio em relação à possibilidade de que a conflagração uruguaia pudesse contaminar o território argentino e precipitar um levante nas Províncias de Entre Ríos e Corrientes.[225]

O Governo argentino estava, portanto, disposto a oferecer ao Brasil sua cooperação moral e diplomática, mas não contribuiria com seu concurso material exceto em caso de alguma "intervenção estranha aos Estados do Prata" – o que excluía o Paraguai, contra o qual a Confederação só interviria em caso de violação de seu território. Paranhos concluiu que "o Governo argentino faz votos pelo nosso triunfo, mas não está disposto a sacrifício algum, porque vê perigos internos no estado de guerra e ambiciona os frutos

---

Lúcia era secreto, embora logo começassem a circular rumores a seu respeito; em Salto, a guarnição fugiu após um tiroteio em que apenas as forças brasileiras atuaram; na vila de Mello, a guarnição rendeu-se a Flores sem resistir e a esquadra brasileira nada fez além de bloquear o porto. Em Paissandu, segunda cidade da República, a guarnição dificilmente se renderia sem travar verdadeira batalha em que as tropas brasileiras e *coloradas* teriam que combater lado a lado e capturar a praça em aliança.

[223] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 3, Buenos Aires, 11/12/1864; confidencial no. 1, Buenos Aires, 12/12/1864; reservado no. 8, Buenos Aires, 25/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14; RIO BRANCO, 1945, p. 188-189.

[224] É interessante observar que, em seus ofícios a Dias Vieira, Paranhos demonstrou acreditar sinceramente na inocência de Mitre, contrariamente ao que pensavam muitos de seus contemporâneos. Para CISNEROS e ESCUDÉ, "*la complicidad del mitrismo en la invasión de Flores era una realidad irrefutable."* Parte I, tomo VI, p. 63.

[225] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 1, Buenos Aires, 09/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14. Mitre sabia, contudo, que o risco existia e não era pequeno. As províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes agitavam-se desde 1863 com críticas ao mitrismo e manifestações de apoio aos *blancos*, e a posição de Urquiza parecia incerta, pois, ao mesmo tempo que oferecia sua confiança a Mitre, mantinha contatos com Berro e López. Ibid, parte I, tomo VI, p. 65-71.

da paz que começa a gozar." Não se havia alcançado o auxílio militar desejado, mas a "boa vontade" argentina era imprescindível, pois, "de outro modo teríamos todos contra nós no Rio da Prata."[226]

Começavam a chegar notícias do Paraguai a respeito da captura do *Marquês de Olinda*, do fechamento dos rios e da ruptura de relações, mas ainda não se sabia se López havia declarado guerra ou se estava apenas adotando represálias.[227] A posição do Governo Imperial foi clara: o Brasil considerava os atos do Paraguai "verdadeira declaração de guerra" e não deixaria de "apanhar a luva que nos foi tão grosseiramente atirada."[228] Em pouco tempo, ouviam-se rumores a respeito da invasão do Mato Grosso e de um plano de ofensiva ao Rio Grande do Sul por via de Corrientes, com o objetivo de socorrer Montevidéu.[229] Dias Vieira escreveu a Paranhos: "urge desembaraçar-nos das operações militares do Uruguai, a fim de empregarmos a nossa ação contra o Paraguai."[230]

A ruptura paraguaia gerava novas complicações para a diplomacia brasileira. Ao mesmo tempo em que a guerra contra o Paraguai tornava necessária a resolução rápida da questão oriental, as notícias da possível ofensiva paraguaia animavam a resistência dos *blancos* e dificultavam a busca por uma alternativa pacífica que pudesse evitar o ataque a Montevidéu.[231] Após conversar com Viana de Lima, recém-chegado de Assunção, Paranhos

---

[226] Elizalde alegava que o apoio moral da Argentina seria, inclusive, mais útil do que o material. Abstendo-se da intervir na contenda entre o Brasil e o Uruguai, a Argentina conservaria toda a eficácia de sua ação diplomática para conter qualquer interferência das potências estrangeiras. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 1, Buenos Aires, 09/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[227] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 5, Buenos Aires, 12/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[228] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 22/12/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

[229] Paranhos não dava muito crédito à notícia, pois achava a empresa exageradamente arrojada, e acreditava que seu propósito talvez fosse "assustar-nos", com o objetivo de prejudicar as operações militares no Uruguai ou induzir o Brasil a um "acordo prematuro ou menos digno." Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 9, Buenos Aires, 26/12/1864; reservado no. 10, Buenos Aires, 26/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[230] Dias Vieira para Paranhos, reservado s/no., Rio de Janeiro, 22/12/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

[231] Paranhos já havia escrito a Dias Vieira a respeito dessa alternativa pacífica: "há dias se me fala a medo em tentativas de um arranjo que evite o ataque a Montevidéu. Não recebi, porém, aberturas formais ou autorizadas, e inclino-me a crer que, não seja iniciada sob a influência moral de nosso Exército, poderá ser-nos desvantajosa ou empresa prematura." Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 3, Buenos Aires, 11/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

oficiou Tamandaré, Mena Barreto e o Presidente do Rio Grande do Sul para que tomassem as precauções necessárias e escreveu a Dias Vieira expondo as necessidades da nova situação e reclamando o envio de tropas para defender o Mato Grosso.[232] As respostas de Dias Vieira em relação ao Mato Grosso não seriam muito tranquilizadoras: "força é resignar-nos por algum tempo."[233]

Paranhos voltou a encontrar-se com Mitre e Elizalde na tentativa de demovê-los de sua postura de neutralidade, mas, com o Brasil ainda mais empenhado no conflito oriental a partir do início da guerra com o Paraguai, a Argentina não tinha razões para alterar sua política.[234] Para o Governo argentino, uma aliança com o Império obrigaria o povo argentino a "sacrifícios que lhe seriam muito penosos" e poderia levá-lo a "acender de novo a guerra civil" quando a República precisava da paz para consolidar sua unidade e sua ordem constitucional. Paranhos argumentou que o risco para a paz interna argentina seria maior com a prolongação do conflito, enquanto a intervenção militar da Confederação ajudaria a abreviá-lo, mas sem grande efeito: a posição do Governo era definitiva.[235]

---

[232] Segundo Paranhos, a Província de Mato Grosso estava mal armada e, por ora, não poderia fazer mais do que tentar defender-se. Para socorrê-la, seria necessário um exército de pelo menos 25.000 homens, enviado por terra, pois a fortaleza de Humaitá impedia o acesso fluvial. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 5, Buenos Aires, 12/12/1864; reservado no. 10, Buenos Aires, 26/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14. A avaliação de Paranhos era mais realista do que a de Viana Lima, para quem "dez mil soldados, em qualquer ponto do Paraguai que desembarcassem, poderiam ir de arma ao ombro até a capital paraguaia. JACEGUAI, Artur Silveira da Mota, Barão de. **Reminiscência da Guerra do Paraguai**. 1935, p. 170.

[233] Dias Vieira para Paranhos, reservado s/no., Rio de Janeiro, 06/02/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

[234] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 5, Buenos Aires, 12/12/1864, **AHI/AME**, 272-1-14. Para Paranhos, a guerra entre o Brasil e o Paraguai era benéfica para a Argentina. Cada vez mais comprometido no Prata, o Império não poderia retroceder sem derrubar Aguirre e depois vencer o Paraguai. Com isso, Buenos Aires poderia conservar-se neutra, ampliar sua influência sobre o Prata e consolidar sua hegemonia dentro da Confederação enquanto seu rival enfraquecia-se derrotando os aliados de Entre Ríos e Corrientes. Por essa razão, Paranhos afirmava que a imprensa argentina estimulou a agressão paraguaia e Mitre garantiu secretamente a López que permaneceria neutro exceto em caso de invasão de seu território. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 19, Buenos Aires, 26/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[235] Paranhos repetiu a conclusão que havia tirado das primeiras reuniões com o Governo argentino, mas agora em tom mais amargo, embora não menos realista: "Empenhado o Brasil em derribar o partido *blanco* no Estado Oriental, e provocado a uma guerra pelo Paraguai, espera o Governo argentino participar do nosso triunfo, sem o menor sacrifício da sua parte, antes vendo o seu comércio lucrar com as especulações que lhe oferece a presença de numerosas forças brasileiras operando nas vizinhanças do território Argentino". Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 7, Buenos Aires, 23/12/1864, **AHI/AME**, 272-1-14.

[236] Dias Vieira para Paranhos, reservado s/no., Rio de Janeiro, 22/12/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

Inteirado do resultado das negociações com a Argentina, Dias Vieira elogiou a atuação de Paranhos e reconheceu que o Governo argentino "só forçado" abandonaria sua neutralidade imperfeita. Restava, portanto, aceitar a aliança moral e prosseguir com a segunda parte das instruções (ativar o elemento militar de Flores e prosseguir a uma ofensiva combinada para atacar e capturar a praça de Montevidéu).[236] Na realidade, Tamandaré já se havia encarregado, por conta própria, de proceder àquela etapa da missão. Em 26 de dezembro, antes mesmo do fim do sítio a Paissandu, Paranhos recebeu notícias de que Tamandaré já estava tratando com Flores da marcha sobre Montevidéu.[237]

Tornava-se cada vez mais patente uma dificuldade pessoal inesperada: Tamandaré não reconhecia a posição de Paranhos.[238] Isso dificultou a relação entre os dois líderes e prejudicou a atuação diplomática do plenipotenciário, que se via desprovido de informações importantes e desautorizado na direção política das ações do Império no Prata.[239] Diante de suas repetidas reclamações, Dias Vieira disse haver transmitido as instruções de Paranhos a Tamandaré para deixar-lhe claro que a direção política da guerra competia a Paranhos e acrescentou que, se fosse necessário, "outras medidas" seriam tomadas para "livrar-nos de embaraços e estorvos na unidade de pensamento" que deveria guiar as operações do Império no Prata.[240]

A resolução de Tamandaré de partir para o ataque de Paissandu na véspera da chegada de Paranhos (de que estava informado), além de

[237] Tão logo informado, Paranhos escreveu a Tamandaré prevenindo-lhe de que nenhuma decisão a esse respeito poderia prescindir dos atos diplomáticos dele dependentes. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 9, Buenos Aires, 26/12/1864, **AHI/AME**, 272-1-14.

[238] Tamandaré agia como se, ao deixar o Prata, Saraiva lhe tivesse entregado a chefia da missão diplomática e chegou a dizer a Pereira Leal, ministro brasileiro em Buenos Aires, referindo-se a Paranhos, que "não carece de assessor". Paranhos para Dias Vieira, confidencial no. 2, Buenos Aires, 27/12/1864; confidencial reservadíssimo no. 1, Buenos Aires, 04/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14. De acordo com o Barão de Jaceguai, secretário de Tamandaré durante a Guerra do Paraguai, a nomeação de diplomatas para o cenário de guerra contrariava o Almirante: "a colaboração dos diplomatas nas cenas da guerra chocava o seu amor-próprio como uma restrição à confiança que exigia da parte do governo. Ele não admitia restrição alguma em tudo que era depositário, e aqueles diplomatas pareciam-lhe semelhantes aos réprésentants du peuple, junto aos comandos dos exércitos e das esquadras no período da Convenção." JACEGUAI, 1935, p. 55.

[239] Paranhos para Dias Vieira, confidencial no. 2, Buenos Aires, 27/12/1864; confidencial reservadíssimo no. 1, Buenos Aires, 04/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[240] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 22/12/1864; confidencial, Rio de Janeiro, 07/01/1865, **AHI/AME**, lata 323, maço 3, pasta 1.

evidenciar sua contrariedade e produzir um impacto político adverso, revelou-se, segundo o plenipotenciário, um "gravíssimo erro militar".[241] Tamandaré não esperou a chegada do exército brasileiro e desembarcou o efetivo de sua esquadra para atacar com marinheiros, ao lado de um "troço de gaúchos" de Flores, uma praça fortificada e defendida por uma guarnição de 1.500 a 1.700 homens.[242]

Em 6 de dezembro, as forças combinadas iniciaram o ataque sob o comando de Flores e, com extraordinária bravura, capturaram a maior parte da praça – viram-se, contudo, obrigados a retroceder durante a noite por falta de reforços e munição.[243] Depois de um novo assalto no dia 8, com resultados semelhantes, concluiu-se que era melhor erguer um sítio (muito fraco pela falta de números) e aguardar a chegada do exército.[244] Em um primeiro momento, o notável "feito d'armas" causou impressão bastante positiva no Prata, mas, depois, a demora do exército brasileiro e a resistência dos defensores acabaram por trazer maior ânimo a Montevidéu e entusiasmo ao Paraguai.[245]

O Governo *blanco* respondeu ao ataque a Paissandu ordenando a anulação dos tratados celebrados em 1851 e 1852 com o Império e sua queima na praça central de Montevidéu. O auto-da-fé ocorreu no dia 18 de dezembro, com a presença do Presidente (que inclusive fez um discurso) e das principais autoridades civis e militares da República. Segundo Paranhos, esse "ato de requintada crueldade" gerou críticas severas "não só aqui, como mesmo em Montevidéu, tanto pelos estrangeiros como pelos nacionais, sendo geral a indignação que excitou a aparatosa ostentação."[246] O Governo *blanco* também enviou uma coluna para socorrer Paissandu, o que obrigou o levantamento do cerco, mas o General Sáa preferiu retroceder

[241] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 8, Buenos Aires, 25/12/1864, **AHI/AME**, 272-1-14.
[242] JACEGUAI, 1935, p. 140.
[243] Paranhos criticou Tamandaré por ter colocado as forças brasileiras sob o comando de Flores, dando margem a comentários no sentido de que o exército brasileiro estaria a serviço da revolução e Flores se teria tornado seu comandante em chefe. Paranhos para Dias Vieira, confidencial reservadíssimo no. 1, Buenos Aires, 04/01/1864, **AHI/AME**, 272-1-14.
[244] BORMANN, 1907, p. 154-163.
[245] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 3, Buenos Aires, 11/12/1864; reservado no. 8, Buenos Aires, 25/12/1864, **AHI/AME** 272-1-14.
[246] Juntamente com a anulação dos tratados, os decretos de 13 e 14 de dezembro determinaram a abertura das águas da Lagoa Mirim aos navios de comércio de todas as nações e o fechamento dos portos da República à bandeira mercante do Império. **RRNE**, 1865, p. 22; Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 3, Buenos Aires, 29/12/1864, **AHI/AME** 272-1-13.

a Montevidéu sem oferecer combate e o cerco foi retomado em 23 de dezembro.[247]

Após quase um mês de marchas forçadas, o exército imperial, comandado pelo General Mena Barreto, alcançou Paissandu em 29 de dezembro. A ofensiva recomeçou na madrugada do dia 31 e seguiu noite adentro por mais dois dias, terminando no dia 2 com a captura da praça central e a prisão do comandante da guarnição, Leandro Gómez.[248] Apesar das perdas significativas, a vitória foi considerada um "grande triunfo" em todo o Prata.[249] Um fato veio, contudo, a "enegrecê-la": após a vitória, o Coronel *colorado* Goyo Suarez requereu e obteve a entrega de Gómez (que havia caído prisioneiro do Brasil) e ordenou seu fuzilamento juntamente com outros chefes *blancos*. Talvez para tentar atenuar a má impressão deixada pelo evento, Tamandaré e Flores anuíram a uma proposta "humanitária" de Urquiza e concederam liberdade a todos os oficiais vencidos. [250]

Apesar de lamentar o fuzilamento e a má conduta dos *colorados*, que assassinaram prisioneiros e saquearam a cidade, Paranhos criticou a libertação dos oficiais: "poupava-se assim algum sangue em Paissandu, mas aumentava-se o perigo de sua efusão em Montevidéu."[251] A opinião de Dias Vieira foi semelhante: "convém evitar esses atos de mal entendida generosidade que sequer encontram justificação no intuito de contrabalançar a impressão desagradável deixada pelo fuzilamento."[252]

---

[247] BORMANN, 1970, p. 154-167.

[248] Ibid, p. 183-197.

[249] O exército brasileiro perdeu 480 combatentes; Flores, 430, entre mortos e feridos. Ibid, p. 201. De fato, dadas as circunstâncias em que o ataque ocorreu, foi um extraordinário triunfo: "Não foi um ataque sustentado com as precauções de um assédio regular, foi um combate oferecido desde o princípio a peito descoberto contra inimigos inteiramente abrigados por fortes entrincheiramentos; contra uma guarnição que se não mostrava, mas que subia a 1.300 homens, fanatizados pelos rancores de partido e da rivalidade nacional." Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 5, Buenos Aires, 07/01/1865, **AHI/AME** 272-1-13.

[250] Não se tratava de um fuzilamento gratuito. Gómez havia dado mostras de sua crueldade durante o cerco, ao "apresentar na ponta de uma lança e do alto de seus parapeitos a cabeça de um infeliz soldado Brasileiro, que por uma ostentação vã lançou-se sem defesa por entre as posições inimigas". Seu fuzilamento por Goyo Suarez, juntamente com outros chefes *blancos*, deveu-se a um juramento de vingança por "insultos, desonras e assassinatos cometidos em pessoas de sua família". Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 5, Buenos Aires, 07/01/1865, **AHI/AME** 272-1-13; reservado no. 15, Buenos Aires, 07/01/1865, **AHI/AME** 272-1-14.

[251] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 15, Buenos Aires, 07/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[252] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 22/01/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

Encerrado o sítio de Paissandu com a vitória brasileira, Tamandaré retornou a Buenos Aires para, enfim, ter seu primeiro encontro com Paranhos. A conferência entre o chefe político e o chefe militar das operações brasileiras no Prata, no dia 5 de janeiro, correu muito bem e Paranhos escreveu a Dias Vieira que julgava resolvidos os conflitos com Tamandaré.[253] Ficou combinado que Paranhos e Tamandaré partiriam juntos para encontrar Flores em Paissandu ou Fray Bentos para concertar o ataque a Montevidéu:

> *Agora força é avançar até Montevidéu para derribar o nosso inimigo e aliado do Presidente López. Antes de encetar nossas operações decisivas contra o Paraguai, importa muito que deixemos o Estado Oriental em paz, tendo aí, senão um aliado, pelo menos um governo neutro e amigo.*[254]

3.2 Rumo a Montevidéu

Paranhos e Tamandaré chegaram a Fray Bentos em 12 de janeiro e reuniram-se com Flores e Mena Barreto para discutir os próximos passos que seriam tomados. Acordou-se marchar o quanto antes para Montevidéu e tomar todas as medidas necessárias para que, dentro de seis dias, fosse possível alcançar as imediações da praça, iniciando seu bloqueio até o dia 25.[255] Dias Vieira aprovou a resolução de marchar "o quanto antes" sobre Montevidéu, pois o interesse do Império era o triunfo da causa de Flores, mas recomendou que, em razão dos interesses e das propriedades estrangeiras naquela praça, o bombardeio fosse evitado, ainda que com algum sacrifício, a não ser em caso de absoluta necessidade.[256]

Era necessário, também, regularizar a posição brasileira no Prata e tomar as medidas convenientes para resguardar os interesses brasileiros frente aos acontecimentos que estariam por vir – de outro modo, a aliança poderia se

---

[253] Paranhos para Dias Vieira, confidencial reservadíssimo no. 2, Buenos Aires, 07/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14. A conferência era solicitada por Paranhos desde sua chegada em Buenos Aires. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 2, Buenos Aires, 10/12/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[254] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 15, Buenos Aires, 07/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[255] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 17, Fray Bentos, 12/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[256] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 22/01/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

romper tão logo a vitória fosse alcançada. O Acordo de Santa Lúcia, entre um líder revolucionário e um almirante sem poderes diplomáticos, não bastava a esse propósito.[257] Nesse sentido, Dias Vieira escreveu a Paranhos que o Governo Imperial não poderia dar-se por satisfeito enquanto não fossem atendidos "todos os misteres" do Império no Estado Oriental, não se podendo esquecer o recente incidente da queima dos tratados em Montevidéu.[258] A aprovação de Dias Vieira aos termos dos compromissos acordados entre Paranhos e Flores mostra que esses misteres foram atendidos no entender do Governo Imperial.[259]

Paranhos preparou quatro minutas para apresentar em Fray Bentos: uma proclamação à nação oriental para Flores; uma proclamação à nação brasileira para Mena Barreto; uma nota para Flores enviar ao Governo Imperial; e uma nota de resposta do Governo Imperial a Flores. As proclamações tinham por objetivo chamar os dois países às armas para a guerra contra o Governo de Montevidéu e o Paraguai, demonstrando perfeito acordo de sentimento e ideias políticas entre os aliados. As notas visavam formalizar as relações com Flores e assegurar que, se viesse a tornar-se Presidente da República, cumpriria as exigências brasileiras e manteria a aliança contra o Paraguai.[260]

Na condição de "órgão competente da vontade da nação oriental", Flores enviaria ao ministro plenipotenciário do Império uma nota "espontânea", sem qualquer expectativa de reciprocidade, reconhecendo a "indeclinável justiça" das reclamações brasileiras constantes do ultimato de Saraiva e comprometendo-se a satisfazê-las tão logo se alcançasse a libertação da nação oriental, além de assegurar a aliança da República Oriental na guerra "declarada pelo Paraguai". Paranhos responderia também com uma nota "espontânea" agradecendo as declarações e reconhecendo que "são dignas do espírito de justiça e da recíproca estima e confiança" entre os dois países.[261]

Flores aceitou o projeto de proclamação com apenas algumas "poucas e insignificantes modificações" e assentiu à nota proposta por Paranhos,

[257] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 17, Fray Bentos, 12/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[258] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 07/01/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.
[259] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 22/01/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.
[260] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 17, Fray Bentos, 12/01/1865; reservado no. 18, Buenos Aires, 25/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[261] Ibid.

ponderando apenas que, se Paranhos concordasse, optaria por apresentá-la após publicar um manifesto em Santa Lúcia assumindo "poderes supremos" perante a nação e o exército. A minuta dessa manifestação seria submetida à análise e às possíveis modificações de Paranhos. Paranhos aquiesceu, inspirado na "confiança da palavra de Flores" e também porque isso ocorreria antes do ataque a Montevidéu. Mena Barreto também aceitou a minuta de proclamação de Paranhos.[262]

No dia 14 de janeiro, o exército brasileiro partiu de Paissandu para Fray Bentos, onde se encontrou com reforços enviados da capital (1.700 homens). Após publicar sua proclamação à nação brasileira, Mena Barreto embarcou com os corpos de infantaria e artilharia nos navios da esquadra imperial, para Santa Lúcia, à distância de apenas algumas léguas de Montevidéu. A cavalaria e as forças de Flores seguiram por terra para o mesmo destino.[263] Com o exército brasileiro a caminho de Montevidéu e os termos da aliança combinados, Paranhos retornou a Buenos Aires para formalizar o estado de guerra e regularizar a posição do Brasil no Prata.[264]

No dia 19 de janeiro, o plenipotenciário enviou notas ao Governo argentino e ao corpo diplomático acreditado em Buenos Aires recapitulando toda a marcha dos acontecimentos desde as reclamações de Saraiva até a captura de Paissandu para concluir que o Governo de Montevidéu não deixou ao Império outro recurso para salvar sua dignidade e assegurar a proteção de seus súditos senão o da força. Diante da "obstinação" com que Montevidéu recebeu as represálias, de sua aliança com o Paraguai e de suas tentativas de "acender o espírito de discórdia entre a família argentina", o Brasil foi obrigado a proceder com mais energia e levar o conflito às suas mais graves consequências:

> *(...) o Brasil não podia deixar de prosseguir na guerra a que o provocou o governo de Montevidéu, nem manter a sua política de neutralidade quanto ao conflito interno da República. Esta neutralidade tornou-se incompatível, não só com o fim que o governo*

[262] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 17, Fray Bentos, 12/01/1865; reservado no. 18, Buenos Aires, 25/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[263] BORMANN, 1907, p. 207; Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 8, Buenos Aires, 27/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.
[264] Depois de Paissandu, já não era mais possível retroceder à política de represálias. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 18, Buenos Aires, 25/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

> *de Sua Majestade se tinha proposto em suas justas reclamações, mas até com a segurança do Império, hoje ameaçado por dois inimigos que se aliaram para feri-lo em sua dignidade e desconhecer os seus direitos.*
> *O Governo Imperial, portanto, continua em guerra com o governo de Montevidéu, e tem resolvido concorrer também com as suas armas e com os seus conselhos para a pacificação interna da República, procedendo de acordo com o general Flores, a quem considera como legítimo beligerante e crê possuído da mais nobre dedicação à sua pátria.*[265]

Por esse ato, o Império abandonava sua postura oficial de neutralidade, reconhecia a condição de beligerância de Flores, anunciava sua aliança com os *colorados* e assumia o estado de guerra com o Governo de Montevidéu. Como consequência de sua postura franca, voltava a colocar-se sob o abrigo do direito das gentes.[266] Para afastar qualquer apreensão que pudesse surgir acerca das intenções brasileiras, Paranhos assegurou na nota ao corpo diplomático que não existiam nem poderiam existir intentos da parte do Brasil contra a independência da República do Uruguai e fez referência expressa, na nota ao Governo argentino, aos pactos existentes no sentido de garantir a independência e a integridade do Estado Oriental.[267]

As notas foram bem acolhidas, tanto pelo Governo argentino quanto pelo Corpo Diplomático. Elizalde respondeu que, embora a Confederação se conservasse neutra, tinha confiança na política "justa e elevada" do Império e apreciava a referência expressa de Paranhos aos tratados.[268] Apesar das

---

[265] **RRNE**, Anexo I, p. 129-130. É interessante observar algumas sutilezas do ministro brasileiro: (i) ao não se referir mais ao Governo oriental, mas ao Governo de Montevidéu, Paranhos colocou em questão sua legitimidade como órgão soberano da nação oriental e abriu caminho para o reconhecimento de Flores como beligerante; (ii) ao afirmar que o Brasil "continua em guerra" (na nota à Argentina, disse que a guerra era o estado em que se achava o Brasil), Paranhos não declarou a guerra – isso implicaria reconhecer que o estado anterior não era de guerra e que, portanto, as forças imperiais agiram irregularmente ao proceder ao sítio e à tomada de Paissandu –, mas reconheceu um estado de guerra *de facto* cuja responsabilidade atribuía ao Governo *blanco*.
[266] Paranhos para Dias Vieira, reservado, Buenos Aires, 25/01/1864, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[267] Nota da missão especial ao corpo diplomático residente em Buenos Aires, Buenos Aires, 19/01/1865; nota do ministro brasileiro em missão especial ao Governo argentino, Buenos Aires, 19/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 127-130.
[268] Nota do Governo argentino à missão especial, Buenos Aires, 20/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 127-128.

reservas da legação italiana,[269] as demais missões estrangeiras, mesmo lamentando a guerra, apreciaram a comunicação – algumas elogiaram "as intenções leais do gabinete de S. Cristóvão" e os "motivos nobres e dignos" em que o Governo Imperial fundava sua conduta.[270] Segundo o Barão do Rio Branco, "com estas declarações cessaram os fundados escrúpulos do Corpo Diplomático e dos almirantes estrangeiros."[271] Dias Vieira cumprimentou Paranhos por mais uma demonstração de zelo e inteligência.[272]

Em 19 de janeiro, mesma data das notas de Paranhos, Mitre reuniu-se com o plenipotenciário brasileiro para revelar-lhe que o Corpo Diplomático de Montevidéu havia pedido a ele (Mitre) que intermediasse a contenda entre o Brasil e Montevidéu. Se Paranhos estivesse de acordo, o Presidente argentino estava disposto a aceitar ou mesmo a propor a mediação. Segundo ele, a influência brasileira no Prata seria perdida se o Império tentasse tomar Montevidéu e instalar Flores à força. Por essa razão, sugeria a Paranhos uma alternativa: Aguirre entregaria seu Governo não a Flores, mas a *colorados* moderados como Suarez, Castellanos, Martinez, Villalba e Lamas.[273] Na realidade, era a proposta Saraiva-Elizalde-Thornton revivida (e os tais *colorados*, exceto pelo octogenário Suarez, eram todos *blancos*, ainda que moderados).

Paranhos viu na proposta uma manifestação da velha rivalidade argentina: Mitre temia a influência do Império sobre Flores – que, ressentido pela falta de auxílio do Presidente argentino a sua revolução depois de anos comandando as forças unitárias a seu lado, poderia ter se tornado mais próximo do Brasil – e não desejava que o Governo uruguaio ficasse em suas mãos.[274] Como Mitre também não desejava que Aguirre continuasse no poder por sua ligação com Urquiza, a melhor alternativa seria um Governo de figuras moderadas, que, por não estarem ligadas a qualquer de seus adversários, dependeriam dele para sustentarem-se e ampliariam sua influência no Prata.

---

[269] Nota da legação d'Itália à missão especial, Montevidéu, 25/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 133-134.
[270] Nota da legação de França à missão especial, Buenos Aires, 20/01/1865, RRNE; nota da legação inglesa à missão especial, Buenos Aires, 20/01/1865; nota da legação do Peru à missão especial, 22/01/1865, p. 130-132.
[271] RIO BRANCO, 1945, p. 191.
[272] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 06/02/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.
[273] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 19, Buenos Aires, 26/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[274] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 19, Buenos Aires, 26/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

As conclusões de Paranhos são perfeitamente lógicas, mas partem de uma premissa que a historiografia considera falsa: ao contrário do que acreditava Paranhos, Mitre auxiliava Flores e desejava sua vitória.[275] Isso pode parecer contraditório com a proposta de mediação argentina, mas há boas razões para justificá-la. Uma mediação bem sucedida eliminaria os riscos de conflagração geral e resultaria na formação de um Governo Provisório com *blancos* moderados, enfraquecidos pela própria divisão interna de seu partido, que se sustentariam no poder apenas com o beneplácito de Flores e Mitre, e até que "eleições livres" pudessem dar a vitória final a Flores. Se a mediação fosse mal sucedida, nada se perderia. Em qualquer caso, Mitre obteria grande prestígio como "defensor da paz" ou "árbitro do Prata".

De todo modo, fossem quais fossem as intenções de Mitre, a proposta de um Governo *blanco* moderado, quando o Império estava comprometido com os *colorados* e em guerra simultânea contra Montevidéu e o Paraguai, já não interessava mais. Era importante para o Brasil que, ao encerrar sua campanha no Uruguai, deixasse em Montevidéu "se não um aliado, ao menos um amigo", e Flores já se havia tornado amigo e aliado. Por essa razão, Paranhos respondeu a Mitre que, embora também desejasse evitar a efusão de sangue, não poderia aceitar uma solução que mantivesse no poder o Partido *Blanco* que fizera guerra ao Brasil justamente agora que estava preste a ser derrotado pelos *colorados*. O Império aceitaria, portanto, aquilo que parecesse aceitável a Flores.[276] Dias Vieira aprovou os termos da recusa.[277]

Para o alívio de Paranhos, que desejava evitar qualquer desinteligência com Mitre, a proposta de mediação, levada a Aguirre por intermédio de Andrés Lamas, foi rejeitada pelo próprio Governo de Montevidéu. Aguirre escreveu a Lamas que Mitre era parcial ao Império e que Montevidéu tinha meios de resistência "e resistirá". Pela voz da imprensa partidária de Montevidéu, ouvia-se que o Governo não aceitaria nenhum *pastel* (solução

[275] Como já se viu *supra*, a historiografia argentina comprova a cumplicidade do mitrismo na invasão de Flores. CISNEROS e ESCUDÉ, 1998, parte I, tomo VI, p. 63. Ainda que não se tenha alguma prova cabal do envolvimento direto do Presidente argentino na revolução *colorada*, seria muito difícil acreditar que seus partidários poderiam ter auxiliado Flores se isso estivesse contra sua vontade.

[276] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 19, Buenos Aires, 26/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[277] Dias Vieira para Paranhos, reservado s/no. Rio de Janeiro, 06/02/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

negociada) e somente trataria com Flores e o Império depois que depusessem suas armas – "Montevidéu morre, mas não se rende".[278]

Chegavam notícias de que Miranda, Coimbra, Corumbá e o Baixo Paraguai já haviam caído diante do Paraguai e um exército de 9.000 homens já se encontrava na fronteira de Corrientes. López pedia que Montevidéu resistisse: prometia socorrê-la ou reconquistá-la. Impressionado pela invasão paraguaia ao Mato Grosso, o Governo *blanco* menosprezava o potencial do exército brasileiro e acreditava que os paraguaios não encontrariam maiores dificuldades no Rio Grande do Sul. Para acelerar a ofensiva paraguaia e forçar o Exército Imperial a desviar seu curso, Aguirre enviou uma força de 1.500 homens sob o comando de Basílio Muñoz e Timotheo Apparicio para a fronteia brasileira, com o objetivo de levantar uma insurreição de escravos.[279]

Falava-se, também, em uma aliança de López e Aguirre com Urquiza, que, a qualquer momento, levantaria um *pronunciamiento* federal em Entre Ríos e Corrientes. A notícia parecia fidedigna. Flores revelara a Paranhos em Fray Bentos que havia recebido um convite verbal de Urquiza antes do ataque a Paissandu para que aceitasse o comando das forças aliadas ao Paraguai contra o Brasil, Lamas reportou um comunicado verbal de Urquiza a Montevidéu pedindo que resistissem por mais vinte ou trinta dias e Mitre disse que Urquiza mostrava-se infenso ao Brasil em sua correspondência.[280]

Para tentar minar a disposição revolucionária de Urquiza e reduzir seus meios de ação, Paranhos coordenou, com o auxílio do General Osório, a compra de 30.000 cavalos do caudilho entrerriano pelo "*generosísimo precio*" de 13 patacões cada. Urquiza aceitou o negócio, o que restringiu suas possibilidades de apoiar um levante federalista em Entre Ríos e Corrientes.[281] Mesmo assim, o risco continuava a existir e Paranhos acreditava que os federalistas não se tinham levantado ainda apenas por temerem a atitude brasileira, mas o fariam se a tomada de Montevidéu demorasse.[282]

---

[278] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 19, Buenos Aires, 26/01/1865; reservado no. 21, Buenos Aires, 27/01/1865; reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[279] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 19, Buenos Aires, 26/01/1865; reservado no. 20, Buenos Aires, 27/01/1865; reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14; BORMANN, 1907, p. 210.
[280] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 17, Buenos Aires, 12/01/1865; reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[281] CISNEROS e ESCUDÉ, 1998, parte I, tomo VI, p. 96-97.
[282] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

Mesmo assim, e apesar de todos os rumores (havia notícia inclusive de que um vapor argentino já fora apreendido pelas forças paraguaias), Mitre recusava-se a acreditar na possibilidade de uma ofensiva paraguaia via Corrientes e dizia depositar plena confiança em Urquiza. Paranhos acreditava que o Presidente argentino se omitia, possivelmente esperando que a ação militar e diplomática do Império pudesse conjurar os perigos.[283] De fato, Mitre sabia mais do que expôs a Paranhos: em 29 de dezembro, Urquiza lhe escrevera secretamente pedindo autorização para as tropas paraguaias atravessarem o território de Corrientes. Mitre respondeu no dia 9 de janeiro, negando sua permissão.[284]

Ao Brasil também interessava transitar com suas tropas por Corrientes e utilizar as águas argentinas para bloquear o comércio paraguaio. Sondado por Paranhos, Mitre assegurou que a invasão do território argentino seria *casus belli* e que a Argentina tomaria parte da guerra imediatamente se as forças paraguaias penetrassem em Corrientes. O problema é que o *casus belli* não servia apenas para o Paraguai, mas para *qualquer* força que ultrapassasse a fronteira de Corrientes, e isso incluía o exército imperial. Quanto ao trânsito fluvial pelas águas argentinas, Elizalde garantiu que seriam aplicados os pactos existentes entre os dois países, em clara alusão à convenção fluvial celebrada com a Confederação em 1857, que franqueava aos navios brasileiros o livre trânsito pelos rios Paraguai e Paraná em caso de conflito com o Paraguai.[285]

---

[283] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 14, Buenos Aires, 03/02/1865; reservado no. 20, Buenos Aires, 27/01/1865; reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14. Doratioto sugeriu outra explicação: a invasão paraguaia não foi uma surpresa – ao contrário, era até desejada por setores políticos de Buenos Aires para viabilizar a efetivação de uma aliança entre a Argentina e o Império. Mitre pretenderia utilizar essa aliança para concretizar uma política de hegemonia compartilhada com o Brasil no Prata. Ao substituir as rivalidades e disputas que antes predominavam entre os dois países pela cooperação, Mitre poderia derrotar seus principais adversários (os federalistas, os *blancos* e López) e consolidar o Estado unitário argentino sob o comando de Buenos Aires. DORATIOTO, 2002, p. 132, 156-157.

[284] CISNEROS e ESCUDÉ, 1998, parte I, tomo VI, p. 97.

[285] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 10, Buenos Aires, 04/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13; reservado no. 20, Buenos Aires, 27/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14; reservado no. 25, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1. Não havia certeza de que Mitre aplicaria a convenção, pois, quando foi celebrada, a Província de Buenos Aires estava separada da Confederação. A reunificação argentina que ocorreu em 1862 não representou a anexação de Buenos Aires à Confederação, mas a fusão dos dois Estados segregados em uma nova República Argentina. Mitre poderia, portanto, tentar contestar a aplicação da convenção de 1857 à nova Argentina, mas optou por confirmar sua aplicação.

Na realidade, a passagem de tropas brasileiras pelo território correntino também era uma contingência prevista nos acordos celebrados com a Confederação, mas optou-se por incluí-la no protocolo secreto que tratava do auxílio mútuo contra o Paraguai. Paranhos conversou a respeito com Elizalde, mas este negou conhecê-lo e também dizia não encontrá-lo nos arquivos, o que talvez não passasse de um recurso para escapar de aplicá-lo. Paranhos solicitou a Dias Vieira que lhe enviasse uma cópia por paquete, mas talvez fosse mais prudente não exibi-lo por ora: o protocolo também havia previsto o auxílio mútuo em caso de guerra contra o então Estado de Buenos Aires de Mitre e Elizade.[286]

3.3 Às vésperas do ataque

Em 26 de janeiro, Paranhos expediu outra nota ao Governo argentino e ao Corpo Diplomático, desta vez sobre o Paraguai, afirmando que o conflito entre o Brasil e o Governo de Montevidéu não passava de "um pretexto e uma ocasião que o Governo paraguaio aproveitou para levar a efeito seus projetos de guerra." O Império repeliria a agressão pela força, mas saberia "manter-se como beligerante dentro dos limites que lhe marcam a sua civilização e os seus compromissos internacionais."[287] A nota circular também foi bem recebida pelo Governo argentino (que mais uma vez afirmou sua neutralidade) e pelas legações estrangeiras.[288] De acordo com Paranhos, a circular alcançou alguma repercussão positiva mesmo na imprensa *blanca* e federalista, demonstrando que López só tinha simpatias "de ocasião" ou as que "paga com a sua erva-mate".[289]

No dia 27, as forças brasileiras reuniram-se em Santa Lúcia (com exceção das tropas de Sousa Neto, que seguiram para o Rio Grande do Sul, onde Muñoz e Apparicio saqueavam estâncias e chamavam os escravos à rebelião). Paranhos acreditava que, "dentro em poucos dias estarão estabelecidos o sítio e bloqueio de Montevidéu e começarão as operações de ataque."[290]

---

[286] Paranhos para Dias Vieira, confidencial no. 3, Buenos Aires, 04/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14; Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 21/01/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.

[287] Circular do ministro brasileiro em missão especial ao Governo argentino e ao corpo diplomático de Buenos Aires, Buenos Aires, 26/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 190-192.

[288] Nota do ministério de relações exteriores de Buenos Aires à missão especial, Buenos Aires, 27/01/1865; nota da legação do Peru à missão especial, Buenos Aires, 27/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 192-194.

[289] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 18, Buenos Aires, 25/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[290] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 8, Buenos Aires, 27/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

Enquanto o exército imperial marchava para Montevidéu, o Governo *blanco* preparava-se para receber os sitiadores. A praça foi fortificada com canhões, o recrutamento foi ampliado com a convocação de velhos e crianças, os bancos foram forçados a conceder empréstimos forçados, a pólvora estocada nos depósitos foi trazida para o centro da capital.[291]

Chegando a Santa Lúcia, Flores publicou seu manifesto, previamente aprovado por Paranhos, que, depois de ouvir Mitre, sugeriu-lhe algumas alterações (no sentido de deixar claro que não se tratava de uma "investidura", mas de uma "declaração de fato"), todas aceitas. No dia 28, conforme combinado, Flores enviou ao plenipotenciário brasileiro sua nota "espontânea" previamente combinada em Fray Bentos. O texto era o mesmo proposto por Paranhos, com uma única supressão referente a prejuízos de guerra, que Paranhos julgou acertada, pois poderia gerar um precedente perigoso até para o Brasil em vista das ruínas de Paissandu.[292]

Sentindo a necessidade de dar uma demonstração de reconhecimento às "nobres intenções do governo do Brasil", o comandante em chefe do exército libertador – agora na condição de legítimo beligerante e representante da "grande maioria da Nação Oriental" – assumia, "como empenho de honra e ato solene e perfeito de soberania oriental", as obrigações previamente acordadas com Paranhos. Paranhos escreveu a Dias Vieira que "a influência do General Flores assegura-nos que o seu compromisso será aceito em Montevidéu pelo Governo que suceder ao atual."[293]

---

[291] BORMANN, 1907, p. 215-218.

[292] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 21, Buenos Aires, 27/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[293] Essas obrigações consistiam no seguinte: (i) as reclamações do ultimato de 4 de agosto seriam atendidas "com rigorosa justiça e inteira lealdade tão logo fosse "libertada" a República; (ii) os responsáveis por delitos cometidos contra súditos brasileiros seriam destituídos e punidos "com toda severidade"; (iii) os brasileiros forçados a qualquer serviço público seriam libertados e indenizados; (iv) os acordos preexistentes (sobretudo aquele "cujos autógrafos foram entregues às chamas pelo furor dos dominadores de Montevidéu") seriam respeitados; (v) quaisquer novos acordos necessários para "reatar as relações de boa vizinhança e de recíproca segurança entre os dois povos" seriam celebrados; (vi) a República Oriental, desde já e principalmente quando libertada, prestaria ao Governo Imperial toda a cooperação a seu alcance, considerando sua aliança com o Brasil na guerra "deslealmente declarada pelo Governo paraguaio" um "empenho sagrado". Havia até uma crítica à "pretensão ousada e injustificável" do Governo paraguaio de exercer alguma "ingerência nas questões internas da República Oriental". Nota do comandante em chefe do exército libertador à missão especial do Brasil, Santa Lúcia, 28/01/1864, **RRNE**, Anexo I, p. 156-157; Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 23, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol 272-1-14.

Paranhos também recebeu, logo em seguida, uma nota em forma de ofício ostensivo de Barbolani. O ministro italiano solicitava, em nome do Corpo Diplomático, a "suspensão de hostilidades por mar e por terra" até a data de 15 de fevereiro, quando o Poder Executivo da República deveria ser renovado, nos termos da Constituição Oriental. Esse intervalo poderia ser aproveitado para "uma mediação aceitável por todas as partes, e que seria o melhor meio de evitar as complicações internacionais." Barbolani também remeteu uma cópia da nota a Tamandaré pedindo-lhe que se prestasse "à realização da obra de conciliação e pacificação que empreendemos, suspendendo as hostilidades."[294]

Paranhos não acreditava mais em uma solução pacífica que poupasse o ataque a Montevidéu: "a linguagem da imprensa de Montevidéu, a atividade nas obras defensivas, e a repulsa da mediação Argentina sugerida pelo Corpo Diplomático, não autorizam semelhante esperança." Em sua opinião, a nota de Barbolani revelava "má fé para ganhar tempo" para a defesa da praça ou "inépcia da parte de seu autor".[295] Com o Mato Grosso dominado, as forças paraguaias na fronteira de Corrientes, Muñoz e Apparicio pilhando o Rio Grande do Sul e uma revolução federalista a ponto de eclodir em Entre Ríos e Corrientes, não havia mais tempo a perder.

Após ouvir Flores e Tamandaré, Paranhos respondeu, no dia 31, que não havia condições físicas e legais para que um novo Governo fosse eleito em Montevidéu. A medida proposta era, portanto, "irrealizável, incompatível com os direitos e a defesa do Império, e até contrária aos interesses especiais dos neutros", pois "animaria os inimigos do Império, prolongaria a guerra e a tornaria ainda mais encarniçada."[296]

Paranhos escreveu a Flores na mesma data, enviando-lhe a nota "espontânea" previamente combinada em que reconhecia todas as obrigações assumidas por Flores "em nome da Nação Oriental, como seu órgão fiel e competente, no caráter de autoridade suprema e discricionária de que se acha revestido." O ministro plenipotenciário agradeceu as declarações, dignas

[294] Nota do ministro italiano à missão especial; nota do ministro italiano ao comandante em chefe das forças navais do Império no Rio da Prata, Montevidéu, 28/01/1864, RRNE, Anexo I, p. 135-138.
[295] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 8, Buenos Aires, **AHI/AME**, vol. 272-1-13; reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[296] Nota da missão especial em Buenos Aires ao ministro italiano, Buenos Aires, 31/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 136-138.

do "espírito de justiça" e da "recíproca estima e confiança", e aceitou-as "nos mesmos termos e com o caráter de compromisso internacional" que lhe foram dados. Em contrapartida, o Governo Imperial garantiria a proteção dos cidadãos orientais sob sua jurisdição e receberia suas reclamações de boa-fé. A nota terminava indicando que "fora de tão razoáveis e honrosas condições, a paz entre os dois Estados será um bem precário."[297]

Tamandaré também respondeu negativamente à nota do ministro italiano, dizendo não se sentir autorizado a assumir a responsabilidade do ato solicitado, pois ele prejudicaria as operações de guerra que tinha ordens do Governo Imperial para executar. Avisava, portanto, que, no dia seguinte (31 de janeiro), faria "marchar o exército imperial sobre Montevidéu, como estava determinado" e se apresentaria no porto pessoalmente com a esquadra brasileira para entender-se com os comandantes das forças navais estrangeiras e conferenciar com os membros do Corpo Diplomático que o desejassem.[298]

Em 2 de fevereiro, Tamandaré enviou circulares aos comandantes estrangeiras e ao Corpo Diplomático justificando a ação do Império no Uruguai,[299] determinando o bloqueio de Montevidéu e estabelecendo o prazo de sete dias para retirada das embarcações estrangeiras antes do início das hostilidades. O almirante também recomendava que os cidadãos estrangeiros evacuassem a cidade "o quanto antes", pois "as operações não podem ser demoradas."[300]

---

[297] Nota da missão especial ao comandante em chefe do exército libertador, Montevidéu, 31/01/1865, **RRNE**, Anexo I, p. 158.

[298] Ofício do comandante em chefe das forças navais do Império no Rio da Prata ao ministro italiano, bordo da corveta *Niterói*, na barra de Santa Lúcia, 30/01/1865, RRNE, Anexo I, p. 139. Paranhos disse retrospectivamente que os termos da resposta de Tamandaré já indicavam o propósito de contestar sua competência para exercer a direção política da guerra. De fato, o almirante não respondeu negativamente porque a decisão coubesse a Paranhos, mas porque ele mesmo não julgava conveniente aceitar, e depois ofereceu-se para tratar com os membros do corpo diplomático. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 32, Montevidéu, 24/02/1865, **AHI/APVRB**, vol. 272-1-14.

[299] Paranhos considerou essa justificativa redundante – ele mesmo já a havia prestado em suas notas de 19 de janeiro –, mas preferiu não antagonizar Tamandaré. Apenas tentou mostrar-lhe um modelo "incidentalmente" e revisou a minuta de seu secretário para afastar expressões inconvenientes, ásperas demais em relação aos *blancos*. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 32, Montevidéu, 24/02/1865, **AHI/APVRB**, vol. 272-1-14).

[300] Circular do comandante em chefe das forças navais do Brasil no Rio da Prata ao comandante em chefe das forças navais estrangeiras, bordo da corveta *Niterói*, 02/02/1865; circular do comandante em chefe das forças navais do Império em Montevidéu aos agentes diplomáticos estrangeiros, bordo da corveta *Niterói*, 02/02/1865, p. 146, Anexo I, p. 141-146.

Enquanto aguardava o início das hostilidades em Montevidéu, Paranhos acompanhava de perto a movimentação na capital argentina. No dia 5 de fevereiro, Sagastume desembarcou em Buenos Aires juntamente com José Caminos, agente do Governo paraguaio, com uma nota urgente para o Governo argentino. Era a solicitação de trânsito pelo território correntino para o exército paraguaio, datada do dia 14 de janeiro. Elizalde respondeu que o Governo iria deliberar a respeito, mas confidenciou a Paranhos que tentava ganhar tempo e acreditava que a resposta seria negativa. Caminos permaneceu em Buenos Aires aguardando a resposta e Sagastume partiu clandestinamente para Montevidéu, em uma embarcação italiana – o que, segundo Paranhos, só vinha a comprovar a parcialidade dos agentes italianos contra o Brasil.[301]

As notícias que chegavam das forças paraguaias em Corrientes eram cada vez mais assustadoras. Falava-se que um exército de até 20.000 homens, comandado pelo próprio López, marcharia sobre o Rio Grande do Sul. Paranhos oficiou o Presidente da província recomendando instruções de defesa, mas sua debilidade militar (as forças estavam concentradas no Uruguai) parecia rendê-la inepta a qualquer defesa honrosa, quanto mais eficaz. Paranhos pensava, entretanto, que as forças paraguaias não iriam para o Rio Grande do Sul, mas marchariam diretamente para o Uruguai, "para colocarem nosso exército entre eles e Montevidéu". Ainda assim, demorariam ao menos vinte dias (a menos que existisse algum plano concertado com Urquiza) e, até lá, acreditava que Montevidéu já teria caído.[302]

De Montevidéu, as notícias não eram mais alentadoras. Flores acreditava que o ataque seria simples e Tamandaré não desejava atrasá-lo por falta de forças, mas Mena Barreto escrevia a Paranhos que receava por seu bom êxito se a infantaria não fosse reforçada. Além disso, a artilharia que chegou da Corte não tinha armas, pois as que foram enviadas ficaram com os homens de Flores e Sousa Neto. Era necessário buscá-las em Buenos Aires, mas o Governo argentino só vendia armas antigas. Para piorar a situação, o estado de saúde de Mena Barreto, já precário antes de Paissandu, agravava-se cada vez mais e chegava-se a falar em substituição do general.[303]

---

[301] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 26, Buenos Aires, 06/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[302] Ibid.
[303] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

Temendo que se repetisse em Montevidéu a "procrastinação de Paissandu" (ou, pior, que o ataque fosse levado adiante em condições temerárias), Paranhos escreveu a Dias Vieira pedindo reforços e mais reforços – até a polícia da Corte deveria ser enviada. A demora custava vidas, pois animava o inimigo, agravava o sofrimento dos neutros e aumentava a pressão estrangeira, que ainda poderia obrigar o Império a uma transação inconveniente.[304] Dias Vieira prometia atender as requisições de Paranhos, mas, para isso, seria necessário aguardar um contingente da Bahia, pois não havia forças suficientes no Rio de Janeiro.[305]

No dia 8, Elizalde reuniu-se com Paranhos para comunicar-lhe, "depois de alguma hesitação", que a resposta à solicitação do Governo paraguaio seria "uma negativa redonda". Ainda assim, o Ministro argentino dizia acreditar que o Paraguai não pretendia passar por Corrientes à força, apenas desejava resguardar-se de que não seria atacado pelo Império por aquela via. De qualquer modo, a Argentina tomaria providências para a defesa de Corrientes e, no caso de uma ofensiva paraguaia, mandaria reforços imediatamente para o sítio de Montevidéu. A garantia de Elizalde não tranquilizava Paranhos, pois, até que as forças argentinas se mobilizassem, o Império só teria Flores a seu lado para enfrentar o Paraguai e Montevidéu.[306]

Com efeito, Elizalde respondeu a nota do Governo paraguaio no dia seguinte, negando autorização para as forças paraguaias atravessarem Corrientes. Para justificar sua negativa, o Governo argentino reiterou sua posição neutral no conflito, argumentou que a existência de uma ampla zona fronteiriça entre o Brasil e o Paraguai tornava desnecessário o trânsito de tropas por Corrientes e concedeu livre trânsito fluvial pelas águas argentinas às embarcações militares de ambos os beligerantes (o que evidentemente beneficiava apenas ao Império, que possuía a armada mais poderosa da

[304] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[305] Dias Vieira para Paranhos, reservado, Rio de Janeiro, 22/01/1864, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 3, pasta 1.
[306] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 20, Buenos Aires, 27/01/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14; ostensivo s/no., Buenos Aires, 08/02/1865. A insistência do Governo argentino na tese de que López não pretendia atravessar Corrientes, mesmo depois de apresentada sua solicitação de trânsito, reforça a tese de Doratioto (*supra*) de que Mitre poderia desejar a invasão paraguaia para assegurar-se da aliança brasileira com o fim de suprimir de vez as dissidências federalistas em Entre Ríos e Corrientes.

América do Sul). Acompanhou a recusa uma nota pedindo explicações ao Governo paraguaio pela movimentação de tropas na fronteira argentina.[307]

Nesse contexto, chegaram notícias de Tamandaré: segundo o Contra-Almirante Chaigneau, comandante das forças navais francesas no Rio da Prata, o Governo *blanco* desejava evitar a rendição de Montevidéu pela força. Parecia ressurgir a esperança, já descartada, de uma solução pacífica para o conflito. Paranhos partiu imediatamente para Montevidéu.[308]

3.4 A pacificação do Uruguai

Paranhos chegou a Montevidéu no dia 10 de fevereiro e, após uma breve entrevista com Tamandaré a bordo do *Niterói*, seguiu para a Vila da União, onde se instalou próximo aos alojamentos do exército imperial. Sem consultar Paranhos, Tamandaré havia concedido duas dilações de prazo para efetivação do bloqueio e início das hostilidades, motivado por pedidos do Corpo Diplomático e dos almirantes estrangeiros.[309] Na prática, cumpria-se um dos pedidos de Barbolani antes rechaçados por Paranhos e Tamandaré: o ataque não seria iniciado antes do dia 15.

Quanto às aberturas de paz, nenhuma proposta havia chegado: "ou malograram-se, ou esperam pelo dia 15". Paranhos recebeu notícias confidenciais de Lamas, que estava em Buenos Aires, revelando que os *blancos* moderados tentavam articular uma solução pacífica que evitasse o ataque, mas continuava cético diante das últimas ocorrências em Montevidéu. Nin Reis, ex-Ministro uruguaio e "*blanco* dos mais extremos", havia sido preso acusado de conspirar para depor Aguirre e entregar a praça pacificamente a Flores. Para o plenipotenciário, o fato só vinha a confirmar que, apesar de todas as pressões, o Governo de Montevidéu continuava firme em seu propósito de resistir: Montevidéu "não se renderá sem a demonstração prática de sua impotência".[310]

---

[307] CISNEROS e ESCUDÉ, 1998, parte I, tomo VI, p. 98. De fato, havia uma zona fronteiriça extensa entre os dois países e Urquiza tentou insistir com López para que optasse por invadir o Brasil pelo território paranaense, para não antagonizar a Argentina. O problema era que isso acrescentaria 300 léguas de florestas virgens e pântanos ao percurso dos invasores, retardando em alguns meses a ofensiva paraguaia (e selando o destino de Montevidéu). DORATIOTO, 2002, p. 137.

[308] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo s/no., Buenos Aires, 08/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

[309] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 30, Vila da União, 13/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[310] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 30, Vila da União, 13/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14; ostensivo no. 11, Vila da União, 14/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

Outro incidente que demonstrava a inflamação dos defensores da praça foi a "queima da bandeira", que ocorreu no dia 9 de fevereiro, mesma data em que Tamandaré oficializou a prorrogação do início das hostilidades para o dia 15. Algumas figuras importantes do Governo *blanco* fizeram arrastar pelas ruas de Montevidéu, ao som de uma banda de música, uma bandeira com as cores brasileiras, "sendo esta a cada passo pisada por esses energúmenos".[311] Paranhos não deu muita atenção ao evento, mas Tamandaré o considerou um "insulto de extrema gravidade" e disse ao almirante francês que castigaria os responsáveis.[312]

Paranhos também receava que a demora no ataque e a fraqueza das forças imperiais pudessem dificultar a manutenção dos direitos brasileiros de beligerância frente ao Corpo Diplomático. Por isso, era necessário acelerar o termo da luta, pela força ou pela rendição dos sitiados, se essa alternativa ainda existisse. Em qualquer hipótese, os sitiadores precisavam estreitar o cerco e proibir comunicações com a praça. Talvez o isolamento e a aproximação das forças pudessem "animar as deserções, abater um pouco o furor dos exaltados e consequentemente fazer preponderar a opinião dos que já se mostram desiludidos a respeito dos seus meios de defesa."[313]

Mesmo assim, Paranhos continuava apreensivo com as perspectivas de êxito de um ataque – faltavam munições, os reforços não chegavam, os comandos de infantaria eram inexperientes, a saúde de Mena Barreto continuava a piorar, o estado-maior era insuficiente. Quanto às perspectivas de defesa da praça, muito pouco se sabia – alguns reduziam os números a 2.000, outros falavam em números elevados e entusiasmo inabalável. Paranhos havia recorrido a um meio clandestino para facilitar o assalto, subornando um cidadão de Montevidéu para obter deserções e deixar aberta alguma das portas da cidade, mas os resultados eram incertos. Frente a esse quadro, o plenipotenciário temia que o Brasil pudesse sair do conflito sem o prestígio ambicionado pelo Governo Imperial.[314]

---

[311] RIO BRANCO, 1945, p. 194.

[312] Para Paranhos, a "bandeira" não passava de um pedaço de pano com as cores do pavilhão imperial e não representava a nacionalidade brasileira. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 31, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[313] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 30, Vila da União, 13/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[314] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 24, Buenos Aires, 03/02/1865; reservado no. 30, Vila da União, 13/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

Na eleição presidencial indireta realizada pelo Congresso em 15 de fevereiro, a facção moderada do Partido *Blanco* acabou derrotando os exaltados, enfraquecidos em razão da iminência do ataque brasileiro e da ausência do socorro esperado, e conseguiu eleger Tomás Villalba para o cargo de Presidente da República. Villalba agiu rapidamente, mas de maneira reservada, para evitar dificuldades por parte dos extremados.[315] No dia 16, apresentou-se um súdito italiano à Vila da União portando uma carta particular de Barbolani a Paranhos: o novo Presidente ordenou que cessassem todas as hostilidades contra os sitiadores e se permitisse a todos, sem qualquer distinção, a entrada e saída à praça e ao porto. Em razão desses "*changements importants*", Barbolani pedia a Paranhos que ordenasse a suspensão das hostilidades e convidava-o a uma reunião a bordo de alguma embarcação neutra, à sua escolha.[316]

Paranhos respondeu na mesma data que não conhecia as modificações que se operaram em Montevidéu e Barbolani não havia indicado em nome de quem reclamava as medidas solicitadas. Lembrou-lhe, também, que o Brasil era aliado do "ilustre General Flores, que representa a grande maioria da Nação Oriental" e, portanto, nenhuma decisão no sentido de suspender hostilidades poderia ser tomada sem seu concurso. Por fim, recordou a Barbolani, "representante de uma Nação amiga", que ele havia excluído a possibilidade de reunião em território brasileiro, representado pelas embarcações imperiais e pela legação da missão especial na Vila da União.[317]

Diante disso, Paranhos concluiu "não poder prestar-me aos desejos de V.E., nos termos precisos que me prescreve", mas deixou abertas às portas para a negociação lembrando que "os Generais das forças aliadas não projetam usar de suas armas de hoje para amanhã" e oferecendo a Barbolani um piquete do Exército Imperial para garantir seu trânsito com toda segurança à residência do plenipotenciário brasileiro na Vila da União se ele julgasse a entrevista conveniente.[318] Por essa troca de correspondências, abriram-se as negociações de paz, mas Paranhos deixou claro que o Império não

[315] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 31, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[316] Barbolani para Paranhos, particular, Montevidéu, 16/02/1865, anexa a Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 12, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.
[317] Paranhos para Barbolani, particular, Vila da União, 16/02/1865, anexa a Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 12, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.
[318] Paranhos para Barolani, particular, Vila da União, 16/02/1865, anexa a Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 12, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

abandonaria a superioridade de sua posição de força nem as exigências de seu aliado.

No dia 17, chegou às mãos de Paranhos outra carta particular de Barbolani, desculpando-se por não ter explicado bem suas intenções "*à cause de la hâte avec laquelle j'ai ecrit*". O Governo de Aguirre havia cessado e Villalba havia sido nomeado Presidente da República em seu lugar. Era em nome de Villalba e do Corpo Diplomático que Barbolani dirigia-se a Paranhos e jamais fora sua intenção "*de faire abstraction de M. le Général Flores, puisqu'il doit être partie essentielle dans les négotiations*". Quanto ao local do encontro, não era por razões pessoais que o Ministro italiano propusera um território neutro, mas "*par egard du Gouvernment d'ici, [...] qui est malhereusement en état de guerre avec le Gouvernement de S. M. L'Empereur.*" Mesmo assim, aceitava com prazer o "amável convite" de Paranhos.[319]

Na mesma data, vieram à Vila da União os *blancos* moderados Miguel Martínez e Juan Ramón Gomez, com o objetivo de "manifestar-nos as disposições pacíficas do Sr. Villalba." Logo em seguida, antes que Paranhos tivesse tempo de responder sua correspondência, era o Ministro da Itália que chegava à Vila da União. Em reunião com Paranhos e Flores, Barbolani propôs um acordo de paz tendo como base "a aceitação do Sr. Villalba como Presidente legal e interino da República." Paranhos respondeu que a proposta era "incompatível com a paz interna e externa" da República, com o que concordou Flores.[320] Barbolani retornou a Montevidéu para informar Villalba. As hostilidades continuaram suspensas.

Na manhã do dia 18, Manuel Herrera y Obes chegou à Vila da União com uma carta de poderes para negociar em nome de Villalba. Paranhos observou que ela dirigia-se exclusivamente a Flores e não fazia qualquer referência à parte que o ministro brasileiro deveria tomar na negociação. Herrera y Obes reconheceu prontamente a necessidade da intervenção de Paranhos e retornou no dia seguinte com uma "recomendação especial" de Villalba para que não apenas buscasse entender-se com Paranhos, mas até solicitasse que o ministro brasileiro figurasse em qualquer convenção de paz, mesmo no ajuste concernente à questão interna. Segundo Herrera y Obes, o

[319] Barbolani para Paranhos, particular, Montevidéu, 16/02/1865, anexa a Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 12, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.
[320] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 12, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

concurso de Paranhos para o ajuste seria "uma garantia que aplanaria muitas dificuldades."[321]

Após o primeiro encontro com Herrera y Obes no dia 18, Paranhos e Flores reuniram-se com Tamandaré e Mena Barreto para informar-lhes do que havia sido tratado com Herrera y Obes e pedir seu parecer sobre o convênio a ser firmado. Tamandaré enfureceu-se e afirmou, na frente de todos, que a pessoa competente para tratar com o inimigo era ele, não Paranhos. Flores e Mena Barreto tentaram intervir para evitar uma discussão, mas Tamandaré contestou a "direção política da guerra" atribuída a Paranhos até que o plenipotenciário ameaçou apresentar sua carta de plenos poderes com a firma do Imperador.[322]

Após uma breve interrupção para que Tamandaré se acalmasse, a conferência foi retomada amigavelmente e o almirante voltou a dissentir apenas a respeito do incidente da bandeira, pelo qual julgava que deveriam ser exigidas satisfações. Paranhos discordava, mas, para contentar o almirante, consentiu, com a aquiescência de Flores, que se demandasse uma demonstração de honra e amizade ao pavilhão imperial. Essa exigência não constaria, contudo, da convenção de paz, mas de um protocolo adicional e reservado, para que as satisfações não parecessem uma "vingança pessoal" e se tornassem humilhantes para Flores.[323]

No dia 19, Paranhos, Flores e Herrera y Obes conferenciaram para negociar os termos da paz. Herrera y Obes sugeriu um triunvirato para governar o país provisoriamente, com a participação de Flores, mas a proposta foi rejeitada.[324] Os aliados não aceitariam que os *blancos* permanecessem no

[321] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 12, de Paranhos para Dias Vieira, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

[322] Tamandaré ainda acrescentou que, se era assim, não era de Paranhos que se queixava, mas do Governo Imperial, que "assim rebaixou um almirante do Brasil". O plenipotenciário respondeu que, se Tamandaré não desejava, com razão, representar um papel secundário junto a ele, sua dignidade pessoal e sua posição social no Império também o impediam de aceitar tal papel junto a ele. Em seguida, escreveu a Dias Vieira relatando o incidente, que considerava grave e dizia ter-lhe causado profundo desgosto, e pediu ao Governo Imperial que se evitasse sua reprodução. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 32, Montevidéu, 24/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[323] Para Paranhos, os excessos do inimigo deveriam ser considerados "poeira da guerra". As satisfações estavam no próprio triunfo brasileiro e no aniquilamento do agressor, que deixaria o Governo em vergonha para entregá-lo a seu adversário. Seria indigno do Brasil inserir na capitulação "exigências de amor-próprio" contra individualidades. Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 31, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.

[324] RIO BRANCO, 1945, p. 203-204.

poder. Herrera y Obes aquiesceu: Flores seria o chefe do Governo Provisório. A partir desse ponto, chegou-se facilmente aos termos da paz. Segundo Paranhos, "pouco me era preciso exigir para o restabelecimento da paz com o Império", uma vez que permanecia subsistente o acordo celebrado com Flores pelas notas reversais de 28 e 31 de janeiro.[325] Mesmo assim, Paranhos não foi condescendente:

> *(...) a anistia solicitada foi restringida; a retirada do Exército Brasileiro não foi concedida; a proibição de se fazerem quaisquer mudanças que não fossem conformes às leis vigentes, nos tribunais e repartições públicas também não foi aceita, e isso em vista da necessidade, por algum tempo, de um poder ditatorial capaz de satisfazer as exigências supremas da ordem pública, nas circunstâncias excepcionais em que se achava a República, e às reclamações brasileiras, que entendiam com militares e com membros do Supremo Tribunal de Justiça.*[326]

Como o Império não reconhecia a legitimidade do Governo de Montevidéu desde o encerramento do mandato de Aguirre, optou-se por adotar, para o convênio de paz, a forma de um acordo entre beligerantes, em lugar de um tratado entre Estados. O acordo seria celebrado entre as duas autoridades *de facto* representadas por Flores e Herrera y Obes, com o fim de encerrar a guerra interna no Uruguai. Na condição de representante do Imperador, Paranhos daria seu assentimento ao acordo após o reconhecimento, por ambas as partes, das reversais de 28 e 31 de janeiro, encerrando a guerra externa.[327]

As negociações foram concluídas na noite do dia 19, mas a assinatura da paz foi postergada para o dia seguinte, aniversário da Batalha de Ituzaingó, por lembrança de Tamandaré e Mena Barreto.[328] No dia 20, os três negociadores firmaram o convênio de paz, encerrando a guerra

[325] Paranhos aproveitou aquela ocasião para dar conhecimento a Herrera y Obes do acordo celebrado com Flores, para que mais tarde não se pudesse acusar o Brasil de agir de má-fé ao não revelar aos uruguaios representados por Villalba o "alcance de seu submetimento". Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 31, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[326] RIO BRANCO, 1945, p. 204.
[327] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 31, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-14.
[328] RIO BRANCO, 1945, p. 204.

interna e externa, restando apenas o assentimento de Villalba para que se tornasse imediatamente aplicável.[329] No dia 21, às nove horas da manhã, chegou à missão especial do Brasil na Vila da União um comunicado oficial de Villalba:

> *Tenho a honra de participar a V. Ex. que prestei a minha aprovação e ratifiquei as condições ajustadas entre V. Ex. e o Sr. general Flores para a pacificação da República por intermédio do meu comissionado ad hoc o Dr. D. Manoel Herrera y Obes.*
> *Ao fazê-lo, é-me grato manifestar a V. Ex. o meu reconhecimento pela parte importante que tomou na celebração dessa convenção, que põe termo às calamidades por que a República estava passando, assim como pela valiosa garantia que o Império do Brasil dá ao ajustado por intermédio de V. Ex., que tão dignamente o representa.*[330]

[329] No tocante à condição interna do Estado Oriental, o Convênio de Paz estabelecia, em síntese, o seguinte: (i) a paz ficava restabelecida com anistia geral por opiniões ou atos políticos ou militares praticados durante a guerra e voltava a vigorar a igualdade civil e política entre todos os orientais; (ii) excetuavam-se da anistia os crimes e delitos comuns ou políticos sujeitos, por seu caráter especial, à jurisdição dos tribunais de justiça; (iii) até o restabelecimento do perfeito regime constitucional, o governo provisório do país ficava a cargo de Flores, que poderia escolher e demitir seus secretários livremente; (iv) as eleições legislativas e administrativas ocorreriam o mais breve possível, tão logo o estado interno do país permitisse, com ampla garantia para a liberdade de voto; (v) ficavam reconhecidos todos os graus e empregos militares conferidos até a celebração da paz; (vi) todas as propriedades ocupadas ou sequestradas em virtude da guerra civil seriam imediatamente entregues a seus donos e colocadas sob as garantias constitucionais; (vii) todos os guardas nacionais no serviço ativo de guerra seriam licenciados e suas armas seriam recolhidas; (viii) o convênio seria considerado definitivamente concluído e imediatamente aplicável tão logo Villalba manifestasse sua aceitação, dentro do prazo de vinte e quatro horas. No tocante às relações entre o Império e o Estado Oriental, o Convênio de Paz previa, em síntese, o seguinte: (i) Paranhos reconhecia que o acordo celebrado por seu aliado "não podia ser senão aplaudido pelo Governo Imperial", pois continha "bases razoáveis e justas para a reconciliação oriental" e "sólida garantia dos legítimos propósitos que obrigaram o Império à guerra"; (ii) Flores reconhecia haver oferecido ao Governo Imperial a "justa reparação que o império havia reclamado antes da guerra" pelas reversais de 28 e 31 de janeiro; (iii) Paranhos reconhecia que, "confiando plenamente no amigável e honroso acordo" espontaneamente assumido por Flores, "nada mais exigia a esse respeito", de modo que "a dignidade e os direitos do império" ficavam ressalvados "sem a menor quebra da independência e integridade da República"; (iv) Herrera y Obes reconhecia que no acordo contido nas notas reversais "nada há que não seja honroso para ambas as partes" e que "não podia ele oferecer a menor dificuldade à celebração da paz entre os Orientais, e entre estes e o Brasil". Protocolo da negociação de paz celebrada na Vila da União. 20/02/1865, **RRNE** 1865, Anexo I, p. 152-156.

[330] Nota do presidente da República ao ministro brasileiro em missão especial. Montevidéu, 20/02/1865, **RRNE** 1865, Anexo I, p. 159.

Paranhos respondeu imediatamente, congratulando Villalba "pela paz que desde este momento fica restabelecida entre o Brasil e a República do Uruguai, assim como pela reconciliação dos Orientais."[331] Abriram-se as portas de Montevidéu, ao som de festejos populares e vivas ao Brasil, ao Imperador e a seu ministro plenipotenciário.[332]

[331] Nota do ministro brasileiro em missão especial ao presidente do Estado Oriental. Vila da União, 21/02/1865, **RRNE** 1865, Anexo I, p. 159.
[332] BESOUCHET, Lidia. **Visconde do Rio Branco**: ensaio histórico-biográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteria, 1985, p. 99-100.

Capítulo IV - Resultados e Repercussões

Este capítulo tem por objetivo realizar uma avaliação crítica dos resultados alcançados pela Missão Paranhos à luz da política imperial para o Prata. Essa avaliação foi desenvolvida em três etapas: (i) identificaram-se os efeitos do Convênio de 20 de Fevereiro sobre a posição brasileira no Prata e suas consequências para a guerra contra o Paraguai; (ii) analisaram-se as motivações da conduta do Governo Imperial que resultou na exoneração do plenipotenciário brasileiro; e (iii) realizou-se o contraponto entre as críticas à conduta de Paranhos e suas justificativas à luz dos debates no Parlamento e na imprensa brasileira. Com isso, foi possível apreciar em que medida a Missão Paranhos atendeu aos objetivos da política externa brasileira para o Prata.

4.1 As consequências da paz

A paz foi recebida com imenso júbilo pela população de Montevidéu e também mereceu os aplausos da República Argentina e do Corpo Diplomático. Com a moderação do Convênio, o plenipotenciário brasileiro afastou muitas das desconfianças em relação às intenções do Império no Rio da Prata e o novo Governo Provisório ganhou apoio dentro e fora do país. O Governo Imperial avaliou os resultados de sua ação no Prata nos seguintes termos:

> *O convênio de 20 de Fevereiro (...) trouxe em resultado a terminação da guerra, tanto civil como estrangeira, e a certeza da realização das consequências da aliança com o general Flores, que, colocado, em virtude do mesmo convênio, à testa do governo provisório da República, estava habilitado a dar inteira execução aos compromissos solenes, que contraiu para com o Império, e que constam das notas reversais de 28 e 31 de janeiro trocadas entre o nosso representante e o mesmo general (...).*
> *Concluindo, é-me grato recordar que, se fomos enérgicos no Estado Oriental, nunca deixamos de ser humanos e moderados, procurando sempre atender aos direitos e legítimos interesses dos neutros, e deixando fora de toda a dúvida o respeito, que consagramos à independência e integridade do mesmo Estado.*[333]

O Convênio de 20 de Fevereiro procurou solucionar a questão oriental tendo por base a "reconciliação entre a família oriental".[334] Isso significava que, embora o acordo de paz tenha dado a vitória aos *colorados*, não se buscava apenas um armistício nas lutas partidárias, mas uma verdadeira pacificação que congregasse *blancos* e *colorados* conjuntamente sob um Governo de caráter nacional.

Apesar disso, algumas distinções entre vencedores e vencidos foram mantidas. Concedeu-se anistia geral, mas ressalvaram-se os crimes comuns e políticos. O Poder Judicial, considerado "um dos escândalos do regime anterior", foi reorganizado e os *blancos* extremados, afastados. Aguirre, asilado no porto de Montevidéu, foi proibido de desembarcar. Temendo represálias do novo Governo, os mais exaltados fugiram para Entre Ríos ou pediram asilo nas embarcações estrangeiras, alguns ainda com destino incerto, outros já de partida para a Europa.[335]

Não haveria, contudo, um novo Quinteros. Flores não hesitou em conservar *blancos* moderados em alguns dos principais postos da República, como Caravia, que foi nomeado presidente do Tribunal de Segunda Instância, mesmo com a oposição de alguns *colorados*. O

[333] **RRNE** 1865, p. 26-27.
[334] Protocolo da negociação de paz celebrada na Vila da União, 20/02/1865, art. 1º, **RRNE** 1865, Anexo I, p. 153-154.
[335] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 16, Montevidéu, 28/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-13; reservado no. 37, Montevidéu, 04/03/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.

próprio Villalba foi nomeado Contador Geral da República, servindo diretamente sob o Ministro da Fazenda.[336] Essas medidas desarmaram muitas resistências e ganharam a confiança dos *blancos* moderados. Andrés Lamas, que se abstivera das celebrações de paz por considerar o Convênio por demais rigoroso, agora elogiava a conduta do novo Governo: "a altura e o bom senso político que manifestou o Sr. general Flores, ao iniciar o seu governo, vieram dar tranquilidade aos espíritos."[337]

A reconciliação oriental era muito importante para o Brasil. Não se tratava apenas de encerrar uma guerra estrangeira, mas de assegurar o apoio não somente de um partido e sim de um Estado na guerra que o Brasil travava contra o Paraguai. Paranhos entendeu, por isso, que o Império deveria ser generoso no acordo de paz, pois as exigências excessivas só tornariam a intervenção estrangeira odiosa e humilhariam o aliado brasileiro diante de seu próprio povo. Se a paz tivesse por base a manutenção do Governo *blanco*, seria necessário que o Convênio estipulasse satisfações e indenizações; por outro lado, com os *colorados*, aliados e comprometidos com o Brasil, à frente do Governo, as exigências tornavam-se desnecessárias. A generosidade engrandecia o triunfo moralmente.[338]

Por essa razão, Paranhos não fez constar do acordo qualquer exigência ou reparação ao Brasil além do reconhecimento dos compromissos assumidos por Flores por meio das notas reversais de 28 e 31 de janeiro.[339] Quanto às seguranças para o futuro, o Brasil tinha, no comando da República Oriental, uma aliado comprometido a respeitar todas as exigências brasileiras formuladas no ultimato de 4 de agosto e a "celebrar quaisquer outros acordos necessários para reatar as relações de boa vizinhança e de recíproca segurança entre os dois povos."[340]

---

[336] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 17, Montevidéu, 28/02/1865; ostensivo s/no., Montevidéu, 06/03/1865, **AHI/AME**, 272-1-13; reservado no. 37, Montevidéu, 04/03/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.

[337] [RIO BRANCO], José Maria da Silva Paranhos, [Visconde do]. **A convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguayana**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, p. 287-290.

[338] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 31, Vila da União, 21/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.

[339] Protocolo da negociação de paz celebrada na Vila da União, 20/02/1865, art. 1º, **RRNE** 1865, Anexo I, p. 155.

[340] Nota de 28 de janeiro, do Sr. general D. Venancio Flores ao Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, Santa Lúcia, 28/01/1865, p. 156-157.

Em sua primeira nota oficial como Governador Provisório da República, Flores agradeceu o Império por seu "apoio leal e desinteressado", ao qual se devia, "em grande parte, o feliz acontecimento que hoje enche de júbilo a todos os bons filhos da República". Pela mesma nota, comprometeu-se, como "um dos meus primeiros e mais gratos deveres", a "dar inteiro cumprimento aos compromissos que espontaneamente contraí para com o Império do Brasil", fazendo referência expressa à nota de 28 de janeiro.[341]

Seguiram-se, nos dias 23 e 28 de fevereiro, dois decretos do Governo Provisório, satisfazendo alguns dos principais compromissos assumidos naquela nota. Foram anulados os decretos que cassaram o *exequatur* dos agentes consulares brasileiros e revogados os tratados entre o Brasil e o Uruguai. O ato de queima dos tratados pelo Governo *blanco* foi considerado "um ato irrito em si mesmo e um de seus mais deploráveis excessos". A missão enviada por Aguirre à Europa em busca de apoio contra o Império foi dispensada. Flores formou um Gabinete com homens novos e conceituados, com o objetivo de dar ao Convênio "a mais leal execução".[342]

Em cumprimento ao protocolo reservado que estabelecia reparações pela ofensa perpetrada em Montevidéu contra a bandeira nacional, Flores ordenou uma salva de 21 tiros ao pavilhão imperial e mandou sindicar a ocorrência para determinar a punição dos responsáveis. Flores também enviou uma expedição para a captura de Muñoz e Apparicio e tomou as providências necessárias para a apuração dos crimes que lhes foram atribuídos. Os dois caudilhos não demoraram a entregar-se ao Governo Provisório e ficaram excluídos da anistia geral nos termos do artigo 2º do Convênio de Paz. A submissão de Muñoz e Apparicio marcou, segundo Paranhos, "o fim da pacificação de Montevidéu".[343]

Em relação à guerra com o Paraguai, o Governo Provisório manteve-se perfeitamente fiel à aliança com o Brasil.[344] Proibiu-se qualquer forma de

[341] Nota do general Flores à missão especial, Vila da União, 21/02/1865, **RRNE** 1865, Anexo I, p. 160.
[342] **RRNE**, 1865, p. 27, Anexo I, p. 161-163; Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 17, Montevidéu, 28/02/1865, **AHI/AME** 272-1-14.
[343] Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 16, Montevidéu, 28/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-13; ostensivo s/no., Montevidéu, 13/03/1865, **AHI/APVRB**, lata 323, maço 2, pasta 1; reservado no. 32, Montevidéu, 24/02/1865; confidencial s/no., Montevidéu, 28/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.
[344] O próprio Villalba, antes de deixar seu cargo, já havia começado a afastar o Uruguai do Paraguai, determinando a extinção da legação oriental em Assunção e declarando-a prejudicial à República. Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 13, Montevidéu, 24/02/1865, **AHI/AME**, vol. 272-1-13.

cooperação entre os cidadãos orientais e o Paraguai, especialmente a exportação de material bélico e o alistamento nas fileiras paraguaias. Concedeu-se uma isenção aos fornecedores do exército brasileiro. Organizou-se um destacamento das três armas para combater o Paraguai ao lado do Império. Um significativo contingente de estrangeiros residentes no Uruguai também se apresentou para alistar-se nas forças brasileiras.

Para as operações de guerra do Exército Imperial, a rendição de Montevidéu representou o encerramento de um teatro de guerra e a liberação de um contingente que então tocava a 8.116 homens para combater o Paraguai – cerca de 2.000 dos quais teriam provavelmente perecido no ataque à praça, segundo estimativa do General Osório.[345] O Uruguai, antes inimigo, era agora aliado do Brasil, e proporcionava-lhe, além de apoio militar, uma base vital para suas operações no Prata.[346]

Para o Paraguai, a rendição de Montevidéu representou a destruição de um dos pressupostos essenciais para que o arrojado plano de ofensiva de López pudesse alcançar qualquer êxito. O Paraguai perdeu seu aliado *blanco*, a principal artéria para seu comércio exterior e a oportunidade de colocar o exército brasileiro entre dois fogos à frente de Montevidéu. De uma hora para outra, o ataque-relâmpago por Corrientes e o Rio Grande do Sul perdeu seu sentido e a própria máquina de guerra paraguaia perdeu seu ímpeto. Não seria antes de 10 de junho que as forças de López penetrariam o território brasileiro.

O outro pressuposto essencial do plano de ataque paraguaio era o levante federalista em Entre Ríos e Corrientes, sob o comando de Urquiza, mas Paranhos havia tentado preveni-lo com o "negócio dos 30.000 cavalos". Além disso, o próprio caudilho entrerriano já percebia maiores benefícios e menores riscos em aliar-se a Mitre em vez de López, principalmente à medida que se tornava clara a aproximação entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro.[347] Com a rendição de Montevidéu, desapareceu qualquer perspectiva de cooperação por parte de Urquiza e o plano de López restou totalmente fadado ao fracasso.

---

[345] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 9, 15-16. O General Bormann lembrou que esse era apenas o número estimado de mortos – o número de feridos seria provavelmente ainda maior. Portanto, "se atacássemos Montevidéu, não é erro garantir que a metade do exército seria posta fora de combate." BORMANN, 1907, p. 294).

[346] DORATIOTO, 2002, p. 75.

[347] Urquiza temia a ação da esquadra imperial, que poderia bloquear o comércio de Entre Ríos e Corrientes com o Oceano Atlântico, causando grandes perdas às províncias e sérios prejuízos a ele próprio. DORATIOTO, 2002, p. 136-137.

Ao inviabilizar a ofensiva paraguaia e preservar a independência e a integridade territorial do Uruguai (pretextos alegados pelo Paraguai para lançar sua ofensiva), o Convênio de 20 de Fevereiro abriu a possibilidade de uma saída diplomática para o conflito. O Paraguai poderia ter-se aproveitado da oportunidade de uma retirada digna para tentar negociar a paz a partir de sua forte posição defensiva.[348] A alternativa à paz seria uma guerra longa e encarniçada, com grandes sacrifícios para todos os envolvidos, que só poderia terminar com a derrota paraguaia.

López preferiu seguir adiante. No dia 13 de abril, as forças paraguaias invadiram o território de Corrientes e chamaram sua população a levantar-se contra Mitre, mas a maioria permaneceu indiferente à invasão ou fiel ao Governo central. A aliança moral por tanto tempo cultivada por Saraiva e Paranhos transformou-se em aliança militar *de facto*, em pouco tempo formalizada pelo Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio. A perspectiva de uma nova concepção para as relações internacionais no Prata, fundada na hegemonia compartilhada entre os dois principais atores platinos, tornou-se, por algum tempo, uma realidade.

Em 12 de maio, tropas argentinas partiram de Bella Vista a bordo de vapores da esquadra imperial com o objetivo de deter a ofensiva paraguaia. No dia 26, as forças paraguaias foram obrigadas a retroceder para protegerem sua retaguarda da ação militar argentino-brasileira. Em 11 de junho, a marinha paraguaia foi destruída pela armada brasileira na batalha de Riachuelo, o que impossibilitou a continuação do avanço e determinou o isolamento do Paraguai, bloqueado por todo o restante da guerra.

Enquanto isso, uma coluna paraguaia penetrava a fronteira brasileira em São Borja e seguia por território brasileiro ao longo da margem oriental do rio Uruguai até a cidade de Uruguaiana, abandonada em 4 de agosto por sua guarnição. Outra coluna a acompanhava por território argentino, na outra

[348] Segundo o Visconde de Niterói, o Convênio de 20 de Fevereiro poderia ter sido o "prenúncio de um arranjo pacífico em toda a extensão que tanto teria poupado o Brasil e ainda mais ao Paraguai", pois a guerra poderia ter sido "talvez até evitada". De acordo com Doratioto, o Paraguai tinha uma "magnífica posição geográfica defensiva" e a Argentina tendia a manter-se neutra em virtude de suas contradições internas. Nessa situação, seria impossível "uma eficaz ação militar do Império contra a República paraguaia, pois o Brasil carecia de pontos de apoio logístico no interior da região platina. Tal quadro poderia induzir a uma solução diplomática para o conflito, que não foi considerada pelo chefe de Estado paraguaio, o qual, com base em informações sobre a fraqueza militar do Império e a manutenção da neutralidade do Governo argentino, acreditava na vitória militar paraguaia." DORATIOTO, 2002, p. 78-79.

margem do Uruguai, até o arroio Jataí, onde foi derrotada em 17 de agosto por uma força comandada por Flores e composta por soldados das três nações. Sitiada em Uruguaiana, a primeira coluna paraguaia rendeu-se em 18 de setembro, na presença de D. Pedro II, Mitre e Flores. No dia 31 de outubro, começou a retirada das tropas paraguaias pelas Três Bocas, de volta a seu país. A guerra duraria até 1870, mas o plano de López havia sido inviabilizado e a aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai tornara-se uma realidade.

4.2 A exoneração de Paranhos

Quando o Convênio de 20 de Fevereiro foi concluído, a expressão geral foi manifestada por Mena Barreto em sua ordem do dia ao Exército Imperial:

> *A causa do Império e dos seus aliados obteve o desejado triunfo. Os inimigos depuseram as armas e entregaram o primeiro cargo da República ao distinto General Flores, nosso aliado e companheiro no glorioso combate de Paissandu. (...)*
> *Vencemos em Montevidéu, sem derramar uma gota do sangue de nossos soldados, e o de irmãos e vizinhos, a quem homens tresloucados pelas paixões de partidos concitavam a uma resistência impossível. (...)*
> *As armas e a diplomacia brasileira não podiam ser mais felizes, nem mais generosas em seu triunfo. O Brasil inteiro o há de reconhecer e aplaudir.*[349]

No dia 3 de março, o vapor de guerra Recife entrou todo embandeirado no porto do Rio de Janeiro com as notícias da pacificação.[350] A informação logo se espalhou pela cidade, dando lugar a festas e celebrações: "manifestavam-se os sinais de entusiasmo de um povo ébrio da sua nobre e incruenta vitória".[351] Em pouco tempo, um suplemento do *Diário Oficial*,

[349] Ordem do dia no. 24, de Mena Barreto ao exército do sul em operações no Estado Oriental, Vila da União, 21/02/1865, anexa a Paranhos para Dias Vieira, ostensivo no. 13, Montevidéu, 24/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.
[350] RIO BRANCO, 1945, p. 211.
[351] Com o pseudônimo de Epaminondas, José Feliciano de Castilho narrou no *Jornal de Comércio* um dia de "inefável júbilo": "Todos os cidadãos se abraçavam; a cidade se vasara nas ruas e praças públicas; contínuas girândolas atroavam os ares; cruzavam-se em todas as direções as bandas de música; ecoavam por toda a parte os vivas e os brados de alegria; adornavam-se as principais ruas; fechavam-se as repartições; embandeiravam-se muitos edifícios" ([CASTILHO, José Feliciano de]. **A grande questão do dia; o acordo de 20 de Fevereiro; o conselheiro Paranhos**. Recife: Typ. do Correiro do Recife, 1865, p. 1).

correspondendo às expectativas expressadas por Mena Barreto, anunciava o triunfo brasileiro:

> *Esta solução, que poupou à cidade de Montevidéu as desgraças de um assalto, e pacificou a república como por encanto, restabelecendo simultaneamente a paz e a aliança com o império sobre bases as mais honrosas, causou o mais entusiástico contentamento entre nacionais e estrangeiros. (...)*
> *Em Paissandu venceram os aliados pelas armas, em Montevidéu só pela presença dos seus exércitos e pelos esforços de nossa diplomacia. É um belo triunfo, não menos grato aos brasileiros do que o tem sido aos orientais.*[352]

Na manhã seguinte, o *Diário Oficial* voltou a pronunciar-se sobre a paz no Uruguai, mas agora em outro tom: "O acordo não atendeu tanto quanto cumpria às considerações que fizemos (...). O Governo Imperial resolveu dispensar da missão diplomática, que lhe estava confiada, o conselheiro Paranhos." Para justificar a exoneração de seu plenipotenciário, o Ministério argumentou que nenhum acordo "digno para o império" poderia prescindir de determinadas "condições indeclináveis" que o Convênio de Paz não atendeu. Apesar disso, "o governo reputa de sua lealdade manter o que foi ajustado."[353] O caráter repentino e inesperado da exoneração do negociador depois que o Convênio fora aclamado em todo o Prata e elogiado pelo próprio *Diário Oficial* suscitou especulações sobre as "verdadeiras razões" por trás do ato do Governo Imperial.

Paranhos havia relatado em seus ofícios a Dias Vieira que, apesar de seu desentendimento com Tamandaré sobre a competência para assinar o acordo

[352] Sessão de 17/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 75.

[353] Essas condições eram: (i) a proibição para que membros do Governo de Aguirre e chefes influentes do Partido *Blanco* permanecessem em Montevidéu; (ii) a punição dos prisioneiros libertados sob palavra de honra em Paissandu, que depois voltaram suas armas contra o Império; (iii) a punição pelos "graves e horrorosos" atentados cometidos por forças orientais no Jaguarão e em suas imediações; e (iv) a satisfação pelos insultos à bandeira brasileira em Montevidéu no dia 9 de fevereiro. Sessão de 17/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 75.
No Relatório Anual da Repartição dos Negócios Estrangeiros, o Governo Imperial voltou a referir-se às "deficiências" do Convênio, que agora limitavam-se às questões dos prisioneiros libertados, dos atentados no Jaguarão e dos insultos à bandeira. A questão da permanência dos chefes *blancos* em Montevidéu desapareceu completamente. **RRNE**, 1865, p. 26-27.

de paz, o almirante terminou por aquiescer e presenciou, juntamente com Mena Barreto, a assinatura do Convênio de 20 de Fevereiro – chegando inclusive a declarar a Flores que se identificava com os negociadores nas emoções que seguiram às demonstrações populares. Pouco depois, entretanto, Tamandaré voltou a insurgir-se contra o acordo de paz e reclamar da falta de reparações pelo insulto à bandeira.[354]

Para demonstrar sua insatisfação, Tamandaré deixou de cumprimentar Flores oficialmente como Governador Provisório e recusou-se a desembarcar em Montevidéu, onde estavam seus oficiais, Mena Barreto e Paranhos. Flores foi visitá-lo a bordo da corveta *Niterói*, mas o almirante anunciou sua partida para Buenos Aires sem retribuir a visita. Paranhos escreveu a Tamandaré a respeito de sua conduta, mas não recebeu resposta, o que o levou a protestar ao Governo Imperial, pedindo-lhe que o tirasse dessa "ingrata posição".[355] Tamandaré também declarava que sua dignidade não lhe permitia continuar na posição em que se achava[356] e escreveu ao Imperador pedindo sua exoneração.[357]

Com as notícias da paz, os oficiais do *Recife* também revelaram que as relações entre Paranhos e Tamandaré estavam "rotas" e o almirante havia pedido demissão.[358] A questão do Convênio de 20 de Fevereiro logo passaria a ser interpretada à luz desse desentendimento. Tão logo fora informado das novas, o *Diário do Rio de Janeiro*, que, apesar de ser um órgão liberal, estava em franca oposição ao Gabinete Furtado, publicou um artigo exaltando

---

[354] Paranhos para Dias Vieira, confidencial no. 10, Montevidéu, 28/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.

[355] Os termos de Paranhos não deixavam dúvida a respeito do estado em que se encontravam suas relações pessoais com Tamandaré: "Tenho sacrificado quanto é possível ao meu dever; daqui por diante, poderia passar aos olhos do Sr. Vice-Almirante, e de seus subordinados, que tudo sabem, por um homem sem dignidade pessoal. Espero que V. Ex. e os seus colegas me tirarão desta ingrata posição, altamente prejudicial aos interesses do Império que ora sustentamos no Rio da Prata: eu me resignarei de bom grado a qualquer solução que o Governo Imperial houver por mais acertada, uma vez que não seja o *statu quo*". Paranhos para Dias Vieira, confidencial no. 10, 28/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.

[356] Paranhos para Dias Vieira, reservado no. 32, Montevidéu, 24/02/1865, **AHI/AME**, 272-1-14.

[357] Os termos de Tamandaré não eram menos claros que os de Paranhos: "No fim de quarenta e dois anos de serviço, vejo-me rebaixado pelo aviltamento a que me quiseram reduzir os ministros de V.M.I. Livre-me V.M.I. desta posição, exonerando-me do comando que aqui exerço, ainda que para isso seja preciso demitir-me do posto e empregos que tenho na Armada". Tamandaré para D. Pedro II, bordo da corveta *Niterói*, em frente de Montevidéu, 20/02/1865, *apud* CALMON, 1975, v. II, p. 722.

[358] RIO BRANCO, 1945, p. 212.

o almirante e rebaixando o plenipotenciário e seu acordo.[359] Surgiram protestos e manifestações de rua contra o Convênio e "um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao governo a demissão do plenipotenciário."[360]

As críticas ao Convênio colocaram o Ministério em uma posição extremamente delicada. A censura aos atos do plenipotenciário repercutia, necessariamente, no Governo que o nomeou, colocando-o imediatamente em uma posição defensiva. O problema é que a defesa de Paranhos poderia representar um ônus alto demais para o Gabinete Furtado, já profundamente debilitado pela cisão dentro da Liga Progressista e pelas duras críticas que vinha sofrendo em razão da crise financeira desencadeada pela quebra da casa bancária Souto & Cia. e do desastre militar representado pela invasão paraguaia ao Mato Grosso.

O Ministério necessitava desesperadamente de um grande triunfo que pudesse unir a opinião pública, cada vez mais inflamada, em seu favor. Para esse fim, um generoso acordo diplomático não teria o mesmo efeito de uma brilhante vitória militar, como o próprio Dias Vieira deixou claro: "cada vez se torna mais popular a ideia de pôr termo por meio das armas às nossas questões com o Paraguai e o Uruguai (...) as ofensas e insultos que temos sofrido só se podem apagar com o sangue daqueles que os cometeram."[361] Defender Paranhos seria identificar o Gabinete à moderação diplomática de Montevidéu em contraposição à bravura militar de Paissandu, representada por Tamandaré. Demiti-lo, por outro lado, seria por si só uma demonstração de força em defesa da honra nacional.

Dado o antagonismo pessoal cada vez mais acentuado entre Paranhos e Tamandaré, a conservação do plenipotenciário também colocaria o Ministério em sérias dificuldades com o almirante, que se considerava humilhado e pedia

[359] Além disso, o *Diário do Rio de Janeiro* era dirigido por Saldanha Marinho, antigo rival de Paranhos na disputa pela direção dos pedreiros livres no Grande Oriente do Vale do Lavradio, que, derrotado, abandonou sua loja maçônica e fundou o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos. VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988, p. 25.

[360] ASSIS, Machado de. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989, p. 61.

[361] Paranhos citou o despacho em um discurso ao Senado, após pedir a Dias Vieira que o examinasse antes de autorizar a leitura. O despacho era datado de 24 de fevereiro (portanto, não poderia ter influído na decisão de Paranhos de celebrar o acordo diplomático quatro dias antes), mas Paranhos disse ao Senado que em nenhum caso cumpriria uma ordem de sangue se a considerasse desumana. Sessão de 05/06/1865, AS, Apêndice, p. 14-15.

sua exoneração ao Imperador. Rejeitar a exoneração apelando para a obediência militar implicaria na manutenção de uma divergência permanente na chefia das operações brasileiras no Prata. Aceitá-la significaria abrir mão do "grande herói de Paissandu" quando as forças imperiais pareciam incapazes de qualquer resistência frente à máquina de guerra paraguaia.[362]

Havia, também, uma questão partidária que recomendava o sacrifício de Paranhos em favor de Tamandaré. Paranhos era conservador e fazer de seu Convênio um grande triunfo diplomático seria fortalecer o partido adversário. Defendendo Paranhos, Furtado poderia ganhar o apoio dos conservadores, mas apenas ao preço de alienar seu próprio partido. Além disso, abrir mão de Tamandaré implicaria em entregar aos conservadores o comando das operações militares brasileiras, pois o Governo dificilmente escaparia de nomear Caxias, um dos principais chefes do Partido Conservador, para o cargo deixado por Tamandaré.[363]

Por outro lado, Tamandaré era liberal e exaltá-lo só engrandecia a situação ministerialista. Ao conservar o almirante e demitir o plenipotenciário, o Partido Liberal não apenas mantinha seu controle sobre as operações de guerra, mas ainda podia recuperar o controle direto da diplomacia platina, nomeando um de seus membros para o lugar do ex-plenipotenciário.[364] Entre minar suas próprias bases e ficar nas mãos dos conservadores ou assegurar para si o pleno apoio do Partido Liberal, o Presidente do Conselho preferiu a segunda alternativa.

---

[362] Além disso, os serviços de Tamandaré eram considerados indispensáveis pelo público brasileiro: "precisava-se dele para subir o Paraná, destruir a esquadra paraguaia, bloquear as Três Bocas, tomar Curupaiti, forçar o famoso passo de Humaitá e vencer Solano López." RIO BRANCO, 1945 , p. 215.

[363] Mesmo com Tamandaré à frente da Armada, Furtado acabou vendo-se obrigado a nomear Caxias para o cargo de comandante-em-chefe do exército imperial. O receio dos liberais em nomear um conservador para o comando das operações militares mostrou-se justificado em 1868, quando Caxias desentendeu-se com Zacarias, então Presidente do Conselho. Os dois ofereceram sua renúncia, levando a questão ao Imperador. Após um voto divido do Conselho de Estado, D. Pedro II considerou o general mais imprescindível para o esforço de guerra e chamou o Visconde de Itaboraí (o velho cardeal saquarema Rodrigues Torres) para formar um Ministério conservador em lugar de Zacarias. Os liberais permaneceram os próximos dez anos fora do poder.

[364] O Governo Imperial nomeou Francisco Otaviano de Almeida Rosa, jornalista conceituado e redator do *Correio Mercantil*, um dos principais nomes dos liberais históricos, para o cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial do Brasil no Rio da Prata. Chegando ao Prata, Otaviano encontrou-se com Tamandaré e buscou logo desarmar todas as suas resistências: "Almirante, sabe o que eu venho fazer no Prata? Venho ser seu secretário. Nem mesmo aceitaria outras funções, tendo de servir à sombra dos seus louros" *Apud* JACEGUAI, 1935, p. 55.

A prudência talvez recomendasse ao menos que não se demitisse o plenipotenciário de maneira tão abrupta, pois isso desencadearia uma inevitável guerra político-partidária, mas o Ministério precisava agir de maneira imediata e decisiva. Já se havia pronunciado nos termos mais favoráveis ao Convênio pelo *Diário Oficial* e qualquer hesitação o vincularia inexoravelmente ao ato de Paranhos.[365] Após reunirem-se para debater as medidas que deveriam ser adotadas, os Ministros seguiram, na mesma noite, para o Paço de S. Cristóvão.[366]

Segundo o Barão do Rio Branco, os Ministros propuseram a demissão de Paranhos ao Imperador, afirmando que "a medida era reclamada pela opinião pública".[367] Joaquim Nabuco levantou atribuiu a responsabilidade da decisão ao próprio Imperador: "nada é mais provável do que a opinião que atribui ao Imperador a brusca demissão".[368] Paranhos propôs uma hipótese intermediária: tendo chegado a seus ouvidos as "vozes de indignação popular levantadas artificialmente contra o Convênio", o Imperador teria pedido explicações aos Ministros, que responderam que as acusações eram procedentes e recomendaram a demissão do negociador.[369]

É praticamente impossível determinar de quem partiu a iniciativa para a exoneração de Paranhos. D. Pedro II era amigo e admirador de Tamandaré e o Almirante escreveu-lhe de Montevidéu reclamando de seu "rebaixamento", mas o Imperador era conhecido por sua moderação e demitir um homem com a folha de serviços de Paranhos abruptamente sem ao menos ouvi-lo não pareceria congruente com sua personalidade. Além disso, diferentemente do Ministério, o Imperador também não tinha motivos políticos para desejar o sacrifício do plenipotenciário, pois seus interesses como Monarca não se ligavam a um ou outro partido, mas à nação.

D. Pedro II era, entretanto, profundamente zeloso em relação à dignidade do Brasil e considerava obrigação do Imperador pautar suas ações pela

[365] Dias Vieira tentou justificar o pronunciamento do *Diário Oficial* em favor do Convênio afirmando que seu redator havia publicado a notícia da pacificação como fora remetida de Montevidéu por Paranhos. À contestação de Paranhos no sentido de que todas as notícias eram enviadas a Dias Vieira antes de passarem ao *Diário Oficial*, Dias Vieira replicou que a correspondência daquele dia era muito volumosa e que, confiando em Paranhos, o Ministério remeteu a notícia diretamente ao *Diário Oficial* sem lê-la. Sessão de 30/06/1865, **AS**, 30/06/1865, Apêndice, p. 148.
[366] RIO BRANCO, 1945, p. 216.
[367] Ibid.
[368] NABUCO, 1997, v. I, p. 509.
[369] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 29.

"opinião nacional".[370] Ora, não era difícil para os Ministros argumentarem, naquele mesmo momento em que o Convênio acabava ser conhecido e apenas começava a ser analisado, que a generosidade de Paranhos fora excessiva e comprometera a honra nacional.[371] Também não era difícil demonstrar que o público pedia a exoneração do plenipotenciário e que somente ela seria capaz de resgatar a dignidade brasileira que havia sido empenhada. Diante disso, qualquer resistência só poderia resultar em desunião interna e humilhação externa, o que não era conveniente em tempo de guerra. Lavrou-se, na mesma noite, a exoneração de Paranhos.[372]

A notícia da demissão de Paranhos chegou a Montevidéu no dia 14 de março, quando se celebrava o aniversário natalício da Imperatriz Teresa Cristina. Seu impacto junto ao Governo oriental[373], ao Governo argentino[374] e aos representantes estrangeiros[375] foi imediato e profundamente negativo, pois, ao condenar Paranhos, o Governo Imperial condenava o Convênio de Paz e abalava a confiança e a simpatia que ele havia gerado.[376] Para tentar

---

[370] Em suas cartas à Princesa Isabel, D. Pedro II deixou claro seu entendimento a respeito do que entendia ser o papel do Monarca no sistema político imperial: "O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe." Pedro II para Isabel, Rio de Janeiro, 03/05/76, In: ISÓCRATES *et al*. **Conselhos aos governantes**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 817.

[371] Os Ministros tinham em favor desse argumento, ainda, as declarações de Tamandaré, para quem "só um militar pode saber o que significa um insulto à bandeira" *Apud* DORATIOTO, 2002, p. 76-78.

[372] De acordo com o Barão do Rio Branco, a noite dos Ministros não terminou com a demissão de Paranhos. Eles ainda intervieram junto ao *Correio Mercantil* para obstar a publicação de um artigo editorial aplaudindo o Convênio e substituí-lo por outro. RIO BRANCO, 1945, p. 212-216.

[373] Flores para Paranhos, Montevidéu, 24/03/1865, In [RIO BRANCO], 1865, p. 286-287.

[374] Mitre para Paranhos, Buenos Aires, 19/03/1865; Elizalde para Paranhos, Buenos Aires, 20/03/1865, In [RIO BRANCO], 1865, p. 285-286.

[375] Chaigneau para Paranhos, Fragata *Astée*, Montevidéu, 16/03/1865, In [RIO BRANCO], 1865, p. 294-296.

[376] Inconformado com a notícia da demissão, Lamas escreveu a Paranhos protestando: "O Brasil condena na pessoa de V. Ex. os ajustes de 20 de Fevereiro!! Que mais queria o Brasil? (...) Não o posso definir: ninguém cá o define. Somente sabemos que se queria *mais*. E este *mais* é uma ameaça, e uma humilhação, tanto mais assustadora, quanto menos compreensível. Isto, que todos sentem, tem produzido já suas inevitáveis consequências. A confiança na recente pacificação está destruída. O Brasil aumentou o ódio dos inimigos que havia vencido, e abalou a confiança dos amigos que acabava de adquirir. Ao meu país faz-se um mal gravíssimo, dificultando, pelas novas desconfianças que a política do Brasil acaba de despertar, a reorganização tão felizmente iniciada pelo general Flores. Mas o mal que a si próprio faz o Brasil é incalculável." Lamas para Paranhos, Buenos Aires, 20/03/1865, In [RIO BRANCO], 1865, p. 290-292.

dissipar a má impressão deixada pela exoneração de seu plenipotenciário, o Ministério viu-se obrigado a escrever a Buenos Aires e Montevidéu deixando claro que as notícias da paz foram recebidas com "a maior satisfação", que o Governo Imperial manteria "com toda a lealdade e boa-fé o acordo ajustado" e que a exoneração de Paranhos em nada influiria "sobre a política seguida pelo Governo Imperial nos negócios do Rio da Prata".[377]

Internamente, Furtado tentou justificar a aparente contradição entre a conservação do acordo e a demissão de seu negociador, esclarecendo que o Ministério nunca considerou o Convênio desonroso, apenas deficiente, e isso era culpa exclusiva de Paranhos, que teria "errado ou dormitado um pouco".[378] O Gabinete Furtado manteve-se no Governo, mas apenas até a abertura da nova sessão parlamentar. A eleição da mesa da Câmara, no dia 9 de maio, mostrou que o Ministério não tinha apoio para permanecer. Furtado entregou seu cargo no dia 13 de maio.[379]

Para suceder Furtado, o Imperador voltou a recorrer aos progressistas moderados. Chamou Abaeté (já um nome quase suprapartidário), que recomendou Saraiva ou Nabuco de Araújo. Saraiva tentou dialogar com Teófilo Otôni e os liberais históricos, mas sem resultado. Nabuco, por sua vez, preferiu recusar o convite. D. Pedro II recorreu, então, a Olinda. O velho marquês aceitou e rompeu as fronteiras partidárias convidando para compor seu "Gabinete das Águias" figuras de primeiro escalão da política imperial, representando progressistas moderados (Saraiva e Nabuco), conservadores puros (Ferraz) e liberais históricos (Otaviano, que acabou optando por não aceitar e permaneceu no Prata como sucessor de Paranhos).[380]

4.3 A Missão Paranhos em debate

Desde a chegada das notícias da pacificação do Uruguai ao Rio de Janeiro no dia 3 de março até o encerramento da sessão parlamentar de

[377] Pedro II para Flores, Rio de Janeiro, 07/03/1865; Dias Vieira para Mendonça Franco (cônsul-geral do Brasil em Montevidéu), Rio de Janeiro, 08/03/1865, In: [RIO BRANCO], 1865, p. 254-255.
[378] Sessão de 14/06/1865, AS, 14/06/1865, p. 83.
[379] IGLESIAS, 1985, p. 89. Paranhos apreciou a queda do Ministério que o havia demitido com a devida ironia, afirmando que a Câmara havia aplicado a "pena de Talião", mas que ele não desejaria tanta severidade aos ex-Ministros. Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 29.
[380] NABUCO, 1997, v. I, p. 545-547; IGLESIAS, 1985, p. 98.

1865 (e mesmo algum tempo depois), o Convênio de Paz e a demissão de Paranhos foram objeto da mais intensa polêmica. O debate começou nas páginas de algumas das principais folhas da Corte: o *Correio Mercantil*, o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro* (além, evidentemente, do próprio *Diário Oficial*).[381] Foi no *Jornal do Commercio* que Paranhos publicou sua *Carta aos meus compatriotas*, escrita de Montevidéu, na noite do mesmo 14 de março em que foi comunicado de sua demissão, que considerou "uma dessas injustiças que raros exemplos encontram nos anais das fraquezas humanas (...) um ato que surpreendeu aos próprios inimigos do Brasil."[382]

Logo começaram a circular alguns opúsculos em defesa de Paranhos. João Carlos de Sousa Ferreira, redator do *Correio Mercantil*, escreveu, a convite de seu proprietário, o Dr. Barreto, *A missão Paranhos ou a paz no Uruguay, por um ex-Ministro de Estado*. Sousa Ferreira argumentava que, "sem que se derramasse uma gota do precioso sangue de nossos soldados", Paranhos havia conseguido alcançar todos os fins de sua missão, uma "brilhante vitória, que nos devia encher de orgulho".[383] José Feliciano de Castilho, que, sob o pseudônimo de Epaminondas, havia feito a defesa de Paranhos nas páginas do *Jornal do Comércio*, publicou uma versão consolidada de seus artigos no folheto *A grande questão do dia; o acordo de 20 de fevereiro; o conselheiro Paranhos*. Epaminondas rebateu todas as críticas ao Convênio e apontou que "o atual ministério moribundo quis simular força descarregando um golpe que lhe angariasse ao menos as simpatias de certa roda."[384]

Também apareceu o folheto *Breve apreciação da demissão do Conselheiro Paranhos, por um brasileiro ex-representante do povo*, atribuído a Luís Antonio Navarro de Andrade. Mais do que uma defesa de Paranhos, o opúsculo era um ataque à "razão única" (o Imperador), a quem atribuía os piores males das políticas interna e externa brasileiras. Para o autor, a "razão única" escolheu Paranhos e o impôs ao Gabinete, mas depois resolveu demiti-lo – e os Ministros aceitaram "de cabeças baixas e joelhos

[381] RIO BRANCO, 1945, p. 212-213.
[382] Carta do Conselheiro Paranhos aos seus compatriotas, publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de março de 1865, In: [RIO BRANCO], 1865, p. 260-261.
[383] [FERREIRA, João Carlos de Sousa]. **A missão Paranhos, ou a paz no Uruguay, por um ex-Ministro de Estado**. Rio de Janeiro: Typ. do Correrio Mercantil, 1865, p. 18-21.
[384] [CASTILHO, José Feliciano de]. **A grande questão do dia; o acordo de 20 de Fevereiro; o conselheiro Paranhos**. Recife: Typ. do Correiro do Recife, 1865, p. 27.

em terra" quando "todos no país reconhecem a importância real do convênio e dos serviços do diplomata que o conseguiu".[385]

Depois dos debates no Senado, o próprio Paranhos escreveu *A convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguayana*. Além de recapitular os argumentos que apresentou no Senado em sua defesa, Paranhos comparou o Convênio de 20 de Fevereiro com os termos propostos por Tamandaré ao Coronel paraguaio Estigarribia para render-se em Uruguaiana, na presença de D. Pedro II, Mitre e Flores. Concluiu que, nessa localidade, as forças aliadas eram vastamente superiores, os horrores perpetrados pelo inimigo haviam sido muito maiores e os benefícios da vitória foram bastante inferiores que em Montevidéu. Mesmo assim, as condições oferecidas foram consideradas as "mais honrosas que se costumam conceder entre nações cultas", enquanto seu Convênio havia sido condenado como desonroso ou deficiente.[386]

A resposta a Paranhos veio do Maranhão, terra de Furtado e Dias Vieira, com o folheto *Um ex-diplomata encadernado: protesto contra o volume grosso do Sr. conselheiro Paranhos*, de Gentil Homem de Almeida Braga. Como Paranhos, o autor também reiterou argumentos apresentados no Senado e afirmou que Uruguaiana pode ter sido um erro, mas o erro não era dos ex-Ministros (era do Gabinete Olinda) e não comprovava o acerto de Paranhos em Montevidéu.[387] O grande palco dos debates seria, entretanto, o Senado, onde Paranhos, Furtado e Dias Vieira voltariam a encontrar-se pessoalmente na presença dos maiores estadistas do Império.[388]

No dia 5 de junho, Paranhos assumiu a tribuna para proferir o discurso mais esperado daquela sessão.[389] O ex-plenipotenciário recordou a política

---

[385] [ANDRADE, Luís Antonio Navarro de.] **Breve apreciação da demissão do Conselheiro Paranhos por um brasileiro ex-representante do povo**. Rio de Janeiro: Typ. Popular de Azeredo Leite, 1865, p. 20-21, 32.

[386] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. **A convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguayana**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865, p. 69.

[387] BRAGA, Gentil Homem de Almeida. **Um ex-diplomata encadernado: protesto contra o volume grosso do Sr. conselheiro Paranhos**. São Luiz: Typ. B. de Mattos, 1865, p. 54.

[388] Na Câmara, praticamente não houve debate sobre a Missão Paranhos. Os deputados preferiram deixar a discussão para o Senado, onde se encontravam os principais protagonistas da questão.

[389] Machado de Assis, que estava presente no Senado para assistir o discurso, descreveu a cena que anos mais tarde ainda lhe parecia indelével: "Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens e políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a

imperial no Prata desde o envio da Missão Saraiva, recapitulou os principais fatos de sua missão e analisou o Convênio de 20 de Fevereiro para demonstrar que, longe de comprometer a dignidade do Império, o acordo de paz havia representado uma vitória maior do que as armas brasileiras, com custo muito elevado, poderiam alcançar. Após oito horas (com meia hora de intervalo), Paranhos concluiu seu discurso com as seguintes palavras:

> *Os nobres ex-ministros do gabinete de 31 de agosto julgaram talvez que me deprimiam e para sempre no conceito dos meus compatriotas, mas o resultado foi justamente o contrário; o seu ato elevou-me, como eu não merecia, na estima de nacionais e estrangeiros; de sorte que posso hoje dizer com desvanecimento que a demissão que recebi dos Srs. ex-ministros foi para mim muito mais honrosa do que que a sua nomeação.*
> *Digam os nobres ex-ministros o que quiserem a respeito do ato diplomático de 20 de fevereiro, não poderão arrancar-me esta grata convicção: que por aquela solução salvei a vida de dois mil de meus compatriotas, evitei as ruínas de uma capital importante, e atribuí as simpatias gerais do Rio da Prata para o meu país.*[390]

Desafiados ao debate, Furtado e Dias Vieira tomaram a tribuna para criticar o Convênio e justificar a exoneração de Paranhos. Outros também se levantaram para criticar ou apoiar Paranhos. A acusação coube a Silveira da Mota, Teófilo Otôni, Zacarias e Jequitinhonha, além dos ex-Ministros. A defesa ficou a cargo de Pimenta Bueno, Ferreira Pena, Cândido Borges, S. Lourenço e Jobim, além do próprio Paranhos, que voltou ainda duas vezes para defender-se. As discussões trataram de todos os pontos polêmicos da Missão Paranhos e do Convênio de 20 de Fevereiro, alguns dos quais merecem ser destacados.

---

discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: 'Não a vaidade, Sr. Presidente...' Daí a um instante, a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como os outros dias." ASSIS, Machado de. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989, p. 61-62.

[390] Machado de Assis acrescentou: "eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar." ASSIS, Machado de. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989, p. 61-62.

A primeira questão preliminar à análise do Convênio era se uma solução pacífica era ou não desejável. Para Otôni, a melhor solução estava na carta em que Dias Vieira falava em "injúrias que só se lavam no sangue", pois "haverá frase mais própria de um cavalheiro, quanto mais de uma nacionalidade?"[391] Silveira da Mota não compartilhava inteiramente dessa opinião, mas acreditava que se alcançaria a solução desejável "se, começando o ataque da praça, uma bandeira branca fosse arvorada nas suas muralhas, seguindo-se uma capitulação com os generais brasileiros."[392] Otôni e Silveira da Mota expressavam as frustrações daqueles que pensavam que a solução diplomática havia roubado o Brasil de uma provável glória militar, seja porque julgavam o êxito fácil, seja porque preferiam um "brilhante feito d'armas", mesmo com sacrifícios, a uma vitória incruenta.

Furtado procurou demonstrar a viabilidade do êxito fácil com base na opinião de Tamandaré e em confidências de Villalba a Herrera y Obes,[393] mas Paranhos contrapôs-lhes o testemunho de Mena Barreto e argumentou, quanto a Villalba, que Montevidéu realmente não tinha meios para vencer, mas podia resistir, com grandes sacrifícios para os aliados.[394] Otôni estava menos preocupado com os sacrifícios e dizia que Paissandu comprovava que as forças brasileiras podiam render uma praça forte guarnecida por mais da metade de seu número.[395]

Passa-se, então, à segunda preliminar, da competência para celebrar o acordo. Silveira da Mota argumentava que, como o ex-plenipotenciário não estava credenciado junto ao Governo de Montevidéu (as relações entre os dois países estavam rompidas) nem junto a Flores (não passava de autoridade *de facto*), não tinha poderes para negociar com o Uruguai. A negociação deveria ter ficado a cargo de Tamandaré, que, por sua patente, ficava investido do direito de receber capitulações militares, mas foi deixado "à margem".[396] Otôni acrescentava que as credenciais de Tamandaré estavam assinadas "pelas bocas de fogo de nossa esquadra".[397]

Dias Vieira, que havia concedido os plenos poderes a Paranhos, tentou furtar-se da discussão, mas terminou afirmando que o ex-plenipotenciário

[391] Sessão de 09/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 50.
[392] Sessão de 07/06/1865, **AS**, 07/06/1865, Apêndice, p. 38.
[393] Sessão de 14/06/1865, **AS**, p. 258-259.
[394] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 9-10; sessão de 26/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 98.
[395] Sessão de 09/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 42, 48.
[396] Sessão de 07/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 32-34.
[397] Sessão de 09/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 48.

"tinha essa competência assim como a tinha o Sr. Visconde de Tamandaré."[398] Paranhos leu ao Senado os termos expressos de sua carta de plenos poderes, que o autorizavam a "negociar e celebrar quaisquer ajustes concernentes ao estado de guerra em que o Brasil se acha com o governo de Montevidéu", tornando as credenciais desnecessárias. Quanto a Tamandaré, sua patente só o autorizava a celebrar convenções militares, não acordos diplomáticos.[399]

Esgotadas as preliminares, passa-se à questão da forma. Silveira da Mota desejava uma capitulação militar à discrição, com os uruguaios depondo armas aos pés das forças imperiais e o Brasil tomando a praça para entregá-la a Flores, não um "conchavo" da família oriental em que o Brasil aparecia como "mirão".[400] Para Furtado, não havia outro caso em que uma praça sitiada por dois exércitos entregou-se a apenas um, "e o menos forte e numeroso".[401] Paranhos procurou demonstrar que uma rendição à discrição minaria a legitimidade de Flores e o Império não necessitava dela para obter reparações e seguranças.[402] Além disso, Zacarias lembrou que qualquer envolvimento direto do Império na questão interna implicaria infração aos tratados entre Brasil, Uruguai e Argentina.[403]

Pimenta Bueno explicou que, para evitar esses inconvenientes, o Convênio havia sido concebido na forma de um acordo entre beligerantes, de que o Império tomava conhecimento na condição de aliado de um dos beligerantes – não para imiscuir-se nas questões internas da República, mas para evitar que seu aliado fizesse concessões que infringissem seus direitos. Em seu ponto de vista, o Convênio realmente tratava apenas da cessação da guerra civil e da reconciliação oriental, como devia fazer, mas resguardava os direitos do Império e fazia desaparecer seu inimigo.[404]

Chega-se, com isso, à questão material: em que medida foram atingidos os objetivos determinados pelo Governo Imperial? Para respondê-la, é necessário avaliar, primeiramente, quais os objetivos que o Governo Imperial

[398] Sessão de 19/06/1865**, AS**, Apêndice , p. 87, 148.
[399] Sessão de 26/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 97-98.
[400] Sessão de 07/06/1865, **AS**, p. 33-39.
[401] Sessão de 14/06/1865, **AS**, p. 87-88.
[402] Sessão de 26/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 98-100.
[403] Sessão de 10/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 56.
[404] Sessão de 12/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 65-67.

instruiu seu plenipotenciário a buscar. Paranhos leu ao Senado alguns despachos de Dias Vieira para demonstrar que pouco havia neles além de reconhecimento de fatos relatados e aprovação de medidas tomadas. Existiam, de qualquer forma, algumas recomendações:

(i) o Governo Imperial não ficaria satisfeito enquanto não fossem atendidos todos os interesses brasileiros;
(ii) não poderiam ser esquecidas a queima dos tratados em Montevidéu e a ruptura comercial;
(iii) o bombardeamento, a perda de vida e as possíveis complicações externas deveriam ser evitados;
(iv) o interesse do Império no desenlace da questão oriental era o triunfo da causa de Flores;
(v) o Império precisava desembaraçar-se do Uruguai rapidamente para concentrar-se no Paraguai.[405]

Ao realizar a pacificação do Uruguai e elevar Flores à Presidência da República, o Convênio evidentemente alcançou os objetivos previstos nos itens (iii), (iv) e (v). Quanto ao item (i), os interesses brasileiros que motivaram a intervenção estavam garantidos pela aceitação do ultimato de 4 de fevereiro. Quanto ao item (ii), importava ao Império a restauração dos tratados e das relações comerciais entre os dois países, e, possivelmente, a condenação do auto-da-fé. Todas essas reclamações ficaram "explícitas e categoricamente garantidas pelo compromisso assumido pelas notas reversais de 28 e 31 de janeiro", renovado por Flores no momento de sua elevação ao Governo oriental com o Convênio.[406]

Jequitinhonha levantou a questão das garantias: "E quando ele não for mais presidente?" Para Jequitinhonha, não havia nenhuma segurança para o futuro das relações entre os dois países, e o Brasil permaneceria forçado a intervir novamente no Uruguai a cada dois, três, quatro anos, derramando sangue e despendendo dinheiro. Jequitinhonha rebatia, entretanto, sua própria crítica ao Convênio, argumentando que de nada adiantavam acordos com o Uruguai (tratados anteriores, como o de 1858, estabeleciam garantias, mas

[405] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 12-13 [o trecho destacado não é uma transcrição do discurso, mas uma síntese das recomendações que ele apontou].
[406] Sessões de 10/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 57; sessão de 12/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 67.

eram desrespeitados), a única solução era a "total abstenção" das questões platinas.[407] A conclusão era questionável, mas a premissa era verdadeira.

Havia, ainda, uma última questão: as reversais, datadas de 28 e 31 de janeiro, não abrangiam nem podiam abranger os agravos posteriores, que consistiam justamente nos pontos que o Governo Imperial havia levantado para justificar a demissão de Paranhos: (i) os atentados do Jaguarão; (ii) os insultos à bandeira brasileira; e (iii) o fato de os prisioneiros soltos em Paissandu terem voltado a tomar armas contra o Brasil.[408] Na opinião de Dias Vieira, o Convênio se limitou a acautelar o que já estava assegurado pelas reversais, quando seria muito mais proveitoso acautelar os fatos posteriores ao ultimato, que ficaram totalmente descobertos.[409] Paranhos tentou demonstrar que, embora o Governo Imperial não lhe houvesse enviado qualquer instrução a respeito desses três pontos (quando apenas o último não poderia ter sido objeto de despachos anteriores a 20 de fevereiro), o Convênio não havia sido deficiente em relação a qualquer deles.

Quanto ao primeiro (Jaguarão), Paranhos ponderou que o artigo 2º do Convênio havia ressalvado da anistia geral tanto os delitos comuns como os delitos políticos sujeitos a tribunais especiais, de modo que os crimes praticados no Jaguarão eram puníveis qualquer que fosse sua classificação. Flores já havia inclusive tomado medidas para determinar sua punição.[410] Silveira da Mota contra-argumentou que os atentados do Jaguarão não poderiam ser considerados crimes comuns, pois foram atos de guerra determinados por um Governo legal; também não poderiam ser considerados "delitos políticos sujeitos a tribunais especiais", pois essa terminologia não existia na legislação oriental e não passava, portanto, de uma "mistificação".[411]

Os ex-Ministos acrescentaram que a legislação oriental não era aplicável a crimes praticados no território brasileiro e que, se Flores estava tentando

[407] Sessão de 27/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 121.
[408] Sessão de 10/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 57. Os ex-Ministros preferiram não voltar a levantar a questão da falta de proibição para que membros do Governo de Aguirre e chefes influentes do Partido *Blanco* permanecessem em Montevidéu, apontada como uma das deficiências do Convênio no artigo do *Diário Oficial* que comunicou a demissão de Paranhos. Paranhos não se esqueceu, contudo, de rebatê-la: exigir uma expatriação dos chefes *blancos* era uma "política míope e mesquinha" de vingança pessoal que tornaria o Império irreconciliável com o Partido *Blanco*, o qual sempre poderia voltar ao poder nos "vai-vens" da política oriental. Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 27.
[409] Sessão de 30/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 147.
[410] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 14, 21-23.
[411] Sessão de 07/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 35.

puni-los, fazia-o em razão de sua boa vontade, não como resultado do Convênio.[412] Pimenta Bueno rebateu a tese da inaplicabilidade do artigo 2º aos atentados do Jaguarão afirmando que os atos que não são meios de guerra (como assassinatos e estupros) – são considerados crimes comuns. A questão da extraterritorialidade tampouco representaria qualquer óbice, pois, por ficção do direito das gentes, as forças que invadem território estrangeiro por motivo de guerra permanecem sujeitas à legislação de seu próprio país.[413]

Em relação ao segundo ponto (bandeira), Paranhos alegou que os orientais não haviam arrastado um pavilhão imperial pelas ruas de Montevidéu, mas um pano com as cores brasileiras – logo, não houve ofensa. Mesmo assim, como houve intenção de ofender, o Brasil tinha o direito de exigir uma reparação, e fê-lo. Celebrou-se, na mesma data do Convênio, um protocolo reservado determinando uma salva de tiros ao pavilhão imperial e a expatriação, por algum tempo, dos responsáveis pelo ato. A salva foi dada e os principais envolvidos deixaram o país espontaneamente.[414]

Silveira da Mota, entretanto, via no "pano com cores" a representação da bandeira nacional e não achava que "alguns tiros" poderiam reparar o ultraje grosseiro que ela teria recebido. Além disso, quem ofendeu e desacatou a dignidade nacional foi Aguirre, mas era Flores quem dava satisfações. Ora, não era do aliado, mas do inimigo, que se deveriam obter reparações.[415] Pimenta Bueno discordava. Se as reparações deviam ser exigidas do Governo de Montevidéu, não eram mais Villalba nem Aguirre que o representavam, mas Flores. Se deviam ser exigidas das individualidades que perpetraram o ato, nem Villalba nem Flores eram responsáveis. Flores havia dado a satisfação devida em nome do Governo de Montevidéu e também estava sindicando para identificar e punir as individualidades responsáveis, com base no artigo 2º do Convênio.[416]

Em relação ao último ponto (prisioneiros), Paranhos justificou que não se exigiu a palavra de honra dos prisioneiros soltos em Paissandu no sentido de não voltarem a combater o Brasil, o que poderia ser confirmado por Flores. Dias Vieira respondeu que tinha uma comunicação de Tamandaré no sentido contrário, mas Paranhos replicou que se tratava de um equívoco:

[412] Sessão de 14/06/1865, **AS**, p. 86; sessão de 30/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 150.
[413] Sessão de 12/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 69.
[414] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 26-27.
[415] Sessão de 07/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 38-39.
[416] Sessão de 12/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 69.

havia a intenção de impor essa condição, mas foi abandonada em sinal de generosidade por consequência do fuzilamento de Leandro Gomez. De qualquer forma, mesmo admitido que tivessem dado sua palavra, a paz foi feita sem combate e os prisioneiros libertados não tiveram oportunidade de fazer nenhum mal ao Brasil em Montevidéu. Se o Império havia sido generoso em Paissandu, onde havia corrido sangue brasileiro, deveria ser mais rigoroso no dia da paz em Montevidéu?[417]

Para Dias Vieira, não importava se houve combate ou não: os prisioneiros violaram a palavra dada ao empunharem armas em Montevidéu e isso bastava.[418] Pimenta Bueno o contestou: tratava-se apenas de tentativa sem começo de execução, não punível mesmo de acordo com o Código Criminal do Império. De qualquer forma, se qualquer violação ficasse caracterizada, os prisioneiros podiam ser presos e fuzilados por crime contra a moralidade pública, pois estavam excetuados da anistia geral pelo artigo 2º do Convênio.[419]

Havia, portanto, uma série de argumentos para tentar demonstrar que os responsáveis pelos atentados no Jaguarão seriam punidos, que o insulto à bandeira já havia sido devidamente reparado e que os oficiais libertados que voltaram a pegar em armas não cometeram qualquer ilícito. Esses argumentos podiam ser contestados, dependendo do ponto de vista dos debatedores, mas a defesa de Paranhos podia sempre apresentar um argumento final, que desbancava as principais acusações: a exceção do artigo 2º à anistia geral tornava puníveis os responsáveis tanto pelos atentados no Jaguarão, como pelo insulto à bandeira, como por qualquer violação da moralidade pública em Montevidéu.

Zacarias colocou esse argumento em questão ao demonstrar que, se o Convênio era um acordo entre orientais, sobre a reconciliação da família oriental, não estabeleceu, nem podia estabelecer, compromissos em relação ao Império. Logo, a satisfação das reclamações posteriores às reversais de 28 e 31 de janeiro não tinha por base nenhum documento escrito, restando apenas a promessa de novos ajustes feita nas reversais e a benignidade de Flores: "tudo depende da boa vontade, da benevolência do general Flores, boa vontade que pode valer muito, pode mesmo valer tanto como um acordo escrito, mas que, entretanto, não é um convênio diplomático."[420]

---

[417] Sessão de 05/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 25.
[418] Sessão de 30/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 150.
[419] Sessão de 12/06/1865, **AS**,Apêndice, p. 69.
[420] Sessão de 10/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 56-57.

Juridicamente, Zacarias tinha razão. Mesmo Pimenta Bueno havia deixado claro que a fonte dos direitos brasileiros não era o Convênio, mas a aliança com Flores.[421] Graças à ressalva do artigo 2º, o Convênio não prejudicava esses direitos, mas tampouco os assegurava. Esse dispositivo permitia a punibilidade dos eventuais delitos referentes ao Jaguarão, à bandeira e aos prisioneiros, mas não obrigava sua punição. Isso dependeria da boa vontade de Flores, que já a estava demonstrando, mas a boa vontade de Flores realmente não era um acordo diplomático. Logo, do ponto de vista estritamente jurídico, era possível considerar o Convênio deficiente.

O Convênio de 20 de Fevereiro de 1865 encerrou pacificamente a guerra civil uruguaia e o conflito entre o Império do Brasil e o Governo de Montevidéu; evitou um assalto que poderia ter cobrado elevados sacrifícios de brasileiros e orientais e arruinado a capital uruguaia; transformou o inimigo do Brasil em aliado e conquistou as simpatias dos neutros, mas não assegurou plenamente a punição de alguns atentados. Por esse pretexto, o negociador brasileiro foi demitido de um modo que mesmo os críticos julgaram "desusado, extraordinário, rude, e (...) desnecessário."[422]

Do ponto de vista estritamente jurídico, a conduta do Gabinete Furtado foi justificável. Do ponto de vista político e axiológico, essa conduta elevou a "poeira de guerra" ao nível de questão de Estado e rebaixou a nação que preferiu desprezar a paz e a aliança para recordar ofensas do inimigo abatido:

> *O Brasil, descendo da altura do seu próprio triunfo, exigiu o castigo de alguns febriciantes políticos, que, esquecidos de si mesmos, e do que deviam à civilização do seu próprio país, ultrajaram grosseiramente a bandeira imperial.*
> *Não quis imitar a França, que, ao solver suas questões com a Confederação Argentina, nem sequer lembrou-se de que o rei dos Franceses havia sido queimado em efígie, e oprobriosamente, nas ruas de Buenos Aires, porque uma grande nação olha sempre para cima e para diante, e não tem olhos para investigar o abismo das aberrações e das torpezas pessoais, que desaparecem sob o pó de seus pés.*[423]

[421] Sessão de 12/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 67-68.
[422] Sessão de 07/06/1865, **AS**, Apêndice, p. 31.
[423] Lamas para Paranhos, Buenos Aires, 20/03/1865, In [RIO BRANCO], 1865, p. 290.

Conclusões

Entre a independência das ex-colônias ibéricas nas décadas de 1810 e 1820 e a consolidação dos Estados platinos nas décadas de 1870 e 1880, o Prata foi o palco para o choque entre forças profundas de expansão e fragmentação resultantes do duplo processo de consolidação de novos Estados e reinserção econômica no sistema capitalista mundial. A pulsão contrária das forças expansionistas além de fronteiras muitas vezes indefinidas e sua contradição com as tendências fragmentárias intra-estatais provocaram forte instabilidade em toda a região platina e impeliram as unidades políticas, em diferentes momentos, ao conflito armado como único recurso para solucionar seus contrastes estruturais internos e externos.

O ponto nevrálgico para o encontro dessas forças era o Uruguai. Do Estado Oriental dependiam o acesso fluvial do Império ao Mato Grosso e a estabilidade do Rio Grande do Sul; a sobrevivência autônoma de Entre Ríos e Corrientes e o controle de Buenos Aires sobre suas províncias dissidentes; a ruptura do isolamento do Paraguai e sua expansão econômica. O gado da campanha uruguaia sustentava o crescimento do Brasil e da Argentina; o porto de Montevidéu escoava a produção do Paraguai e de Entre Ríos e Corrientes. Internamente, porém, o Estado Oriental era dilacerado pelas disputas entre suas facções *blancas* e *coloradas*, que se alternavam no comando da República e buscavam fora de suas fronteiras o apoio necessário para consolidar seu poder.

As características físicas e sociológicas dos Estados do Prata resultaram, inicialmente, em um subsistema de relações internacionais fundado na bipolaridade entre seus principais atores: Brasil e Argentina. O foco de sua rivalidade era, mais uma vez, o Uruguai, que seguia uma política pendular entre um e outro enquanto o Paraguai mantinha-se isolado da disputa geopolítica. A partir da morte de Francia, o Paraguai abandonou sua política de isolamento e voltou a integrar-se ao subsistema platino. Com a queda de Rosas, o pólo argentino cindiu-se e surgiram dois atores rivais em frequente conflito: Buenos Aires e a Confederação.

A multipolarização do subsistema gerou novas tensões e possibilitou novas alternativas de alinhamento. Para romper sua política pendular entre o Brasil e a Argentina, no início da década de 1860, o Uruguai, então sob um Governo *blanco*, aproximou-se do Paraguai, cuja estratégia de "crescimento para fora" pressupunha a ligação com o Estado Oriental. Completaram uma aliança em perspectiva as províncias de Entre Ríos e Corrientes, que buscavam no Paraguai e no Uruguai o apoio necessário para conservarem sua autonomia mesmo após a reunificação argentina sob o comando de Buenos Aires. O alinhamento ao longo do eixo Assunção-Paraná-Montevidéu resultou na convergência de interesses brasileiros e argentinos, abrindo caminho para uma nova política de hegemonia compartilhada como alternativa ao velho equilíbrio de poder.

A eclosão da guerra civil uruguaia possibilitou a concretização da nova política de hegemonia compartilhada fazendo convergirem os interesses argentinos e brasileiros na insurreição *colorada* contra o Governo *blanco*. A elevação dos *colorados* ao Governo da República representaria a ruptura do eixo Assunção-Paraná-Montevidéu, a restauração da influência brasileira e argentina sobre o Uruguai e a eliminação de um foco de turbulências capaz de contaminar a mesopotâmia argentina e o Rio Grande do Sul. Para o Império, a intervenção no Uruguai, longe de ser uma política contrária aos interesses nacionais, representava a melhor perspectiva para efetivá-los – até porque a abstenção resultaria na manutenção de um *status quo* desfavorável ao Brasil ou em uma vitória *colorada* apenas com apoio argentino, o que colocaria o Uruguai sob sua esfera exclusiva de influência.

Passando-se, contudo, do nível analítico de terceira para segunda imagem, constata-se uma séria deficiência na concepção da intervenção brasileira no Uruguai. Verificou-se, neste estudo, que, entre a Guerra da Cisplatina e a intervenção contra Rosas e Oribe, o neutralismo foi o paradigma central da

política platina brasileira. O abandono do paradigma neutralista foi resultado de importantes mudanças, mas a nova política intervencionista esteve sempre estreitamente ligada aos homens de Estado que a conceberam (o Visconde do Uruguai e o Marquês de Paraná) e ao partido que a executou (o Partido Conservador).

O paradigma intervencionista foi adotado após uma sequência praticamente estéril de Ministérios liberais, com a ascensão de um Gabinete conservador forte e homogêneo. Alcançou seu apogeu nos anos de domínio inquestionável do Partido Conservador, primeiro sob os *saquaremas*, com Uruguai, depois sob a Conciliação, com Paraná. O paradigma intervencionista começou a desgastar-se somente na segunda metade da década de 1850, quando a hegemonia conservadora voltou a ser desafiada pelos liberais, Uruguai deixou o primeiro plano do cenário político e Paraná faleceu. O herdeiro da tradição diplomática Uruguai-Paraná, Paranhos, implementou uma versão matizada do intervencionismo com seu "neutralismo limitado".

Em 1862, o Partido Conservador deixou o poder. O Marquês de Olinda assumiu o Governo Imperial com um Ministério aparentemente neutro, mas cada vez mais inclinado à nova situação progressista. O paradigma intervencionista foi abandonado, mesmo na versão limitada proposta por Paranhos, e a Liga Progressista emergiu sob o signo do neutralismo pleno. Antes, entretanto, que o paradigma neutralista pudesse voltar a consolidar-se, a política externa da situação nascente foi desacreditada pela conduta do Gabinete Olinda na Questão Christie e por sua resistência a medidas interventivas diante da guerra civil uruguaia.

Seu sucessor, o Ministério Zacarias, apresentou-se como continuador da política externa de Olinda e declarou-se defensor da neutralidade brasileira nos assuntos platinos. Em pouco tempo, a combinação política que o sustentava começou a desestabilizar-se e o Governo tornou-se profundamente suscetível às crescentes pressões da Câmara, da imprensa e da opinião fluminense pela intervenção no Uruguai. Tentando sustentar-se politicamente e justificar a política externa liberal/progressista com uma medida de força (quando isso na realidade a refutava), o Ministério conservou o paradigma neutralista, mas paradoxalmente ordenou a intervenção.

As contradições da Missão Saraiva evidenciam a incongruência da política platina do Gabinete Zacarias: a missão era de paz, mas apoiava-se na ameaça ostensiva da força; o Governo oriental era chamado a proteger súditos brasileiros, mas muitos deles o combatiam na guerra civil; anunciava-se a

neutralidade, mas cominavam-se represálias com benefícios evidentes para os rebeldes *colorados*. Mesmo assim, os Ministros asseguravam ao Parlamento que não pretendiam imiscuir-se nas questões internas do Estado Oriental e instruíam o plenipotenciário brasileiro a conservar a neutralidade brasileira.

A incongruência não estava em ordenar uma intervenção no Uruguai – já se viu que ela era plenamente compatível com os interesses brasileiros –, mas em ordenar uma intervenção sob o paradigma do neutralismo, o que a tornava contraditória e incompatível com seus próprios fins. Voltando a Goldstein e Keohane, paradigmas podem ser "mapas de ação" para a implementação de condutas diplomáticas. Ora, um "mapa de ação" neutralista não fornece os meios adequados para o êxito de uma ação interventiva.

Quando o Visconde do Uruguai orquestrou a intervenção contra Rosas e Oribe, buscou apoio nas facções internas contrárias aos dois caudilhos e no Paraguai, eliminou os principais focos de tensão com as potências europeias (principalmente a Grã-Bretanha) e assegurou-se dos recursos financeiros e militares necessários antes de desencadear o conflito. Zacarias e Dias Vieira fizeram exatamente o contrário: precipitaram o conflito antes de tomarem medidas preventivas essenciais – como buscar o apoio da Argentina e dos rebeldes *colorados*, preparar-se para uma possível reação paraguaia, assegurar a simpatia das potências europeias (as relações com a Grã-Bretanha estavam inclusive rompidas) – e sem dispor dos meios necessários para levar adiante uma ofensiva imediata.

Na realidade, o paradigma neutralista inviabilizava as medidas preventivas. Se o Governo não pretendia abandonar sua neutralidade, não necessitava de medidas preventivas para uma guerra contra o Uruguai, nem poderia tomá-las sem reconhecer que estava preparando uma intervenção. Escusava-se, contudo, confiando na superioridade de recursos do Império para eliminar o fator risco de seu cálculo estratégico. Acreditava-se que, caso fosse necessário o recurso à força, as represálias bastariam para sujeitar o Governo *blanco*. Quanto ao Paraguai, uma reação militar era considerada tão improvável que praticamente não foi discutida no Parlamento antes da intervenção.

A análise de primeira imagem da atuação de Saraiva torna a incongruência do Governo Imperial ainda mais patente, pois destoa da tendência evidenciada pela segunda imagem. No Prata, Saraiva constatou que a avaliação do Gabinete era profundamente equivocada e advertiu-o de que o Governo Uruguaio não podia aceitar as exigências brasileiras. Com o fim de evitar

uma conflagração para a qual não julgava o Brasil preparado (e alertou o Governo Imperial nesse sentido), o plenipotenciário deixou suas instruções de lado para buscar uma solução pacífica para a questão oriental. Inviabilizada a solução pacífica, o neutralismo perdeu qualquer sentido.

Ciente disso, Saraiva foi a Buenos Aires propor a Mitre uma aliança capaz de "impor a paz" ao Uruguai. Era o intervencionismo franco, mas tarde demais. Uma aliança entre Brasil e Argentina para colocar fim à guerra civil no Estado Oriental a partir do princípio da hegemonia compartilhada poderia ter sido possível antes da intervenção, quando a Argentina estava à beira de um conflito com o Uruguai. Agora que a participação do Brasil no conflito já estava assegurada, Mitre não necessitava mais da aliança e podia conservar-se neutro sem fazer qualquer sacrifício.

Quando Furtado assumiu a Presidência do Conselho, os riscos da intervenção no Uruguai tornaram-se ainda mais evidentes: o Governo oriental mostrou-se disposto a resistir às represálias brasileiras e o Paraguai apresentou, em 30 de agosto, um protesto contra a ocupação temporária ou permanente do território uruguaio por forças brasileiras, reiterado por duas vezes. Furtado apresentou-se, porém, como continuador da política externa de seu antecessor e preferiu manter o discurso neutralista mesmo depois que Saraiva instruiu Tamandaré a iniciar uma política claramente interventiva. Um retrocesso seria, de fato, inviável, mas o Ministério podia ao menos alterar a marcha dos acontecimentos.

Nada, entretanto, foi alterado. Enfraquecido pela ruptura no seio da Liga Progressista e ocupado no plano interno com a crise financeira desencadeada pela quebra da casa bancária Souto & Cia., o novo Gabinete sequer preocupou-se em enviar uma nova missão ao Prata até dezembro. No hiato entre a partida de Saraiva e a chegada de Paranhos, a condução política do conflito ficou a cargo de Tamandaré, que transformou as represálias brasileiras em um estado de guerra *de facto*. Em meados de outubro, uma brigada brasileira invadiu o Uruguai e capturou a Vila de Melo para entregá-la a Flores. O resultado militar para o Império foi insignificante, mas a implicação política foi substancial: as forças brasileiras haviam desafiado o *casus belli* do Paraguai e agora mostravam-se cooperando abertamente com a revolução *colorada*. Poucos dias depois, Tamandaré aliou-se com Flores em Santa Lúcia, antes mesmo que o Governo Imperial o houvesse reconhecido beligerante.

A Missão Paranhos representou uma importante mudança conceitual na política externa brasileira. O Governo Imperial abandonou de vez o paradigma

neutralista e propôs-se a realizar uma intervenção "aberta e eficaz" com o apoio da Argentina e do Partido *Colorado* para o fim de "pacificar" a República Oriental. Era a velha política conservadora revivida, agora por um Gabinete liberal. Seu idealizador era, contudo, o próprio Paranhos, cujas instruções, assinadas pelo Governo Imperial, não passavam de um transunto do plano de negociações proposto por ele próprio antes de aceitar seu cargo. As imagens voltavam a convergir.

Chegando ao Prata, Paranhos iniciou contatos com o Governo argentino para o fim de obter seu concurso militar, mas assegurou unicamente seu apoio moral. O Brasil havia perdido seu principal elemento de barganha, pois, com o Acordo de Santa Lúcia, o cerco a Paissandu e a ruptura paraguaia, já não podia ameaçar retroceder. Sem a aliança argentina, a intervenção teria que seguir adiante com o apoio de Flores. Encerrado o assalto a Paissandu com uma vitória brasileira, Paranhos foi a Fray Bentos negociar uma aliança com o líder *colorado*. A aliança foi acordada nos termos mais favoráveis para o Brasil: se os *colorados* fossem vencedores, Flores satisfaria todas as exigências formuladas no ultimato de Saraiva, restauraria a vigência dos tratados repelidos pelo Governo *blanco*, celebraria quaisquer acordos necessários para assegurar as boas relações entre os dois países e combateria o Paraguai ao lado do Brasil.

Paranhos emitiu uma circular manifestando o estado de guerra entre o Império e o Governo de Montevidéu e o reconhecimento de Flores como beligerante para regularizar a situação do Brasil no Prata, colocá-lo sob a proteção do direito das gentes e legitimar sua aliança com Flores, que seria oficializada por meio das notas reversais de 28 e 31 de janeiro. Para tranquilizar o Corpo Diplomático de Montevidéu, Paranhos deixou claro que o Império não tinha qualquer intento expansionista em relação ao território oriental e depois emitiu outra circular para esclarecer o procedimento brasileiro em relação ao Paraguai.

Assegurada a aliança *colorada* e o apoio moral argentino, e desvanecidos os principais receios do Corpo Diplomático, restava concretizar os objetivos da intervenção com a tomada de Montevidéu. Agora que o Brasil tinha suas metas garantidas por Flores, já não interessavam mais soluções pacíficas que conservassem os *blancos* no poder, mesmo nos termos anteriormente oferecidos por Saraiva. As gestões de Mitre, de Lamas e dos agentes estrangeiros nesse sentido foram devidamente repelidas por Paranhos. Faltavam, contudo, ao Brasil, os recursos militares necessários para assegurar

o bom êxito do assalto a Montevidéu e qualquer demora aumentaria o risco de socorro da praça por forças paraguaias, em possível concerto com os federalistas argentinos. O ataque precisava ser iniciado, mesmo com alto risco e elevado custo humano para o Brasil.

Nesse contexto, encerrou-se o mandato presidencial de Aguirre e Villalba, *blanco* moderado, foi eleito para sucedê-lo. Por intermédio do Corpo Diplomático, Villalba abriu negociações de paz com Paranhos e Flores, oferecendo-lhes uma solução de consenso com a manutenção de sua Presidência e a integração de Flores e outros *colorados* ao Ministério. A solução teria sido aceitável quando da mediação de Saraiva, porém, a essa altura, não traria ao Brasil as seguranças necessárias nem satisfaria mais a seu aliado. Paranhos rejeitou-a. A única base aceitável para a paz seria a elevação de Flores ao Governo da República, mas os aliados ofereceriam em troca termos parcimoniosos para os vencidos. Villalba aquiesceu. Pelo Convênio de 20 de Fevereiro de 1865, fez-se a paz no Uruguai.

A vitória diplomática representou, para o Brasil, a concretização de todos os objetivos da intervenção. Com a elevação de Flores, o Império restaurou sua influência sobre o Estado Oriental, eliminou um foco de turbulências que ameaçava a estabilidade do Rio Grande do Sul e o acesso fluvial ao Mato Grosso, rompeu o eixo Assunção-Paraná-Montevidéu, enfraqueceu o Paraguai e viabilizou uma alternativa mais estável de gerenciamento dos problemas da região a partir da hegemonia compartilhada com a Argentina.

Para a guerra imediata contra o Paraguai, o Brasil encerrou um teatro de operações pacificamente, poupando a vida de cerca de dois mil soldados, liberou uma força de mais de oito mil para combater seu adversário, substituiu um inimigo por um aliado em uma região estratégica para as operações de guerra no Prata e conquistou a simpatia dos neutros. A vitória em Montevidéu também inviabilizou o plano de ataque paraguaio, reduziu as chances de uma insurreição em Entre Ríos e Corrientes e poderia ter possibilitado uma solução diplomática para o conflito com o Paraguai caso López tivesse sido capaz de perceber o impacto político e militar do desenlace e abrisse negociações.

Tendo alcançado todos os objetivos da intervenção com as reversais de 28 e 31 de janeiro e a elevação de Flores ao poder, o Império nada precisava exigir no Convênio – nem devia fazê-lo, pois se tornaria parte de um acordo que tratava de mudanças no Governo oriental, o que era proibido pelos tratados sobre a independência uruguaia. Por essa razão, o Convênio adotou a forma de um acordo entre beligerantes (representados por Flores e Villalba) e tratou

apenas da reconciliação oriental. O plenipotenciário brasileiro assinou o acordo não como parte, mas como interveniente, apenas para resguardar os direitos de seu país nos termos de paz.

A moderação dos termos do Convênio e a parcimônia do novo Governo em relação aos vencidos mereceram aplausos da população de Montevidéu, da Argentina e do Corpo Diplomático; conquistaram prestígio para os vencedores e viabilizaram a reconciliação entre os *colorados* e os *blancos* mais moderados, fazendo da paz algo mais do que uma simples trégua nas disputas partidárias. Com isso, o Império ganhou o apoio de um Estado, não apenas de um partido, em seu conflito com o Paraguai.

Quando as notícias do desenlace diplomático chegaram ao Rio de Janeiro, o Governo Imperial exonerou seu plenipotenciário, julgando o Convênio deficiente por não haver reparado devidamente algumas ofensas feitas pelo Governo Aguirre no último período de sua administração. A demissão de Paranhos causou forte impacto junto aos Governos do Prata e aos agentes estrangeiros, e revelou em seu mais alto grau a incongruência da política perseguida pelo Governo Imperial.

A condenação ao negociador refletiu-se necessariamente no convênio negociado. Ao demonstrar séria insatisfação com um acordo que encerrou uma guerra e foi considerado honroso e plenamente satisfatório ao Brasil em todo o Prata, apenas em razão de algumas ofensas menores, o Ministério deprimiu sua política e fê-la parecer mesquinha e arrogante, revertendo a impressão de moderação e generosidade que havia sido deixada pelo Convênio. O ato do Governo Imperial também suscitou dúvidas sobre as reais motivações da política do Império no Prata e reavivou suspeitas de possíveis intenções expansionistas brasileiras que haviam sido dissipadas pelas circulares de Paranhos e pelo Convênio.

De fato, o Convênio de 20 de Fevereiro era passível de críticas. Os debates na imprensa e no Senado mostraram que o Convênio possibilitava, mas não assegurava, o cumprimento das exigências brasileiras em relação ao último período do Governo Aguirre. Na realidade, Paranhos já havia manifestado em um de seus ofícios a Dias Vieira que não estava preocupado com a "poeira de guerra" quando o Império havia alcançado um grande triunfo e assegurara pacificamente todos os seus objetivos no Uruguai. Era essa "poeira da guerra" que agora turvava a visão do Gabinete e o fazia desprezar todos os benefícios do Convênio para buscar "satisfações de amor-próprio" sem lugar em uma concepção elevada das questões de Estado.

A precipitação e a desnecessidade do ato do Governo Imperial sugerem uma explicação diferente para sua incongruência além da possível visão divergente a respeito do Convênio. Trata-se da explicação de segunda imagem, já sugerida por alguns autores que abordaram a Missão Paranhos em trabalhos sobre temas mais amplos: o Governo Imperial teria sacrificado seu plenipotenciário para fortalecer sua posição interna. Essa hipótese foi plenamente justificada por este trabalho.

Ao exonerar Paranhos, o Ministério desejava causar um impacto forte e imediato com seu ato, não na política externa, mas na política interna. Como Zacarias, Furtado havia pautado sua política externa pela necessidade de sustentar seu Gabinete internamente. Fortemente criticado por uma conduta considerada débil em relação à crise financeira e politicamente ameaçado pela crescente animosidade entre liberais e moderados dentro da Liga Progressista, o Gabinete tentou apoiar-se na opinião pública belicista com uma medida de impacto para redimir sua política externa e recompor sua base de apoio interna. As eventuais deficiências do Convênio não passaram de um pretexto para alcançar esse fim.

A demissão de Paranhos revela, portanto, uma exagerada ingerência da política interna na política externa, com graves consequências para a ação diplomática brasileira. Essa distorção não se manifestou, entretanto, apenas nesse momento, mas em todo o processo de intervenção no Uruguai, desde que Zacarias e Dias Vieira, sob intensa pressão dentro e fora do Parlamento, alteraram o discurso oficial do Governo. Desse ponto em diante, a intervenção no Uruguai foi um recurso político para assegurar a permanência de dois Gabinetes frente a um contexto interno crescentemente adverso. Recordando a alegoria dos dois tabuleiros sugerida por Putnam, Zacarias e Furtado realizaram lances arriscados no tabuleiro da política externa para salvar sua posição no tabuleiro da política interna, mas acabaram perdendo as duas partidas.

É claro que as forças profundas e as características estruturais do subsistema platino impeliram os Estados a um choque em torno do Uruguai, mas as decisões que tornariam esse choque inevitável dependiam do arbítrio dos homens de Estado que conduziam a política externa de seus países. É claro que, nas circunstâncias do Prata em 1864, era possível considerar um choque conveniente ou mesmo necessário, mas essa decisão somente poderia ser tomada a partir de um cálculo estratégico que definisse claramente os fins, os meios e os riscos de uma possível intervenção. Nada disso foi levado

em consideração. O Governo Imperial sequer adotou o correto "mapa de ação" para sua intervenção no Uruguai e conservou o paradigma neutralista oficialmente até a Missão Paranhos.

A Missão Paranhos foi a ação de maior consistência em toda a condução da intervenção no Uruguai. Diferentemente do que ocorreu na Missão Saraiva, Paranhos não agiu à revelia das instruções do Governo Imperial, mas procurou ele mesmo moldá-las para unir meios e fins dentro do paradigma intervencionista. O encerramento da Missão foi, entretanto, o momento mais contraditório em toda a política imperial: tendo concretizado todos os fins da intervenção, o plenipotenciário brasileiro foi exonerado. Com a exoneração de Paranhos, revelou-se de maneira inegável a incongruência da ação diplomática do Governo Imperial em sua intervenção de 1864 no Uruguai. Essa incongruência tem uma única explicação: a sobreposição da segunda imagem à terceira, o sacrifício no tabuleiro da política externa em benefício do tabuleiro da política interna.

Está verificada, portanto, a hipótese central deste trabalho: a Missão Paranhos foi o ponto de culminância de uma política de intervenção no Uruguai, iniciada com o primeiro Gabinete Zacarias, destinada a solucionar as dificuldades internas dos Ministérios liberais/progressistas sobrepondo-as aos objetivos externos do Império. Nesse sentido, o envio e o desenrolar da missão especial representaram a convergência entre os fatores internos e externos, mas o convênio que encerrou pacificamente o conflito oriental ocasionou nova divergência entre esses fatores, solucionada, como no princípio da intervenção, pela sobreposição dos objetivos internos aos externos. Em seu famoso discurso de 5 de junho ao Senado, o próprio Paranhos chamou atenção para essa questão:

> *Sempre professei e ainda hoje professo que a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna, que deve ter princípios tradicionais e fixos, comuns a todos os partidos; e, seguramente, senhores, desgraçado o país que, depois de tantos anos de independência como conta o Brasil, nem ao menos tenha ainda princípios fixos acerca de sua política externa com relação aos estados limítrofes.*[424]

[424] Sessão de 05/06/65, **AS**, Apêndice, p. 3.

É natural que a política interna influencie a política externa, mas não ao ponto de distorcê-la. Quando isso ocorre, a política externa desvincula-se do Estado para transformar-se em mero instrumento de Governo e perde toda a sua congruência.

Fontes

1. Bibliotecas pesquisadas

a) Biblioteca da Câmara dos Deputados (Brasília).
b) Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (São Paulo).
c) Biblioteca da Universidade de Brasília (Brasília).
d) Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (São Paulo).
e) Biblioteca do Instituto Rio Branco (Brasília).
f) Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores (Brasília/Rio de Janeiro).
g) Biblioteca do Senado Federal (Brasília).
h) Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

2. Fontes primárias manuscritas

a) Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)
b) Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)

1') Arquivo das Missões Especiais

2') Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco

c) Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

3. Fontes primárias impressas

ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.

ASSIS, Machado de. *O velho Senado*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.

[BRAGA, Gentil Homem de Almeida]. *Um ex-diplomata encadernado: protesto contra o volume grosso do Sr. conselheiro Paranhos*. São Luiz: Typ. B. de Mattos, 1865.

BRASIL. *Annaes da Assembleia Geral do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1864-1865.

_____. *Annaes do Senado do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1864-1865.

_____. *Correspondencia e documentos officiais relativos á missão especial do Conselheiro José Antônio Saraiva ao Rio da Prata em 1864*. Salvador: Typographia do Diário, 1872.

_____. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

_____. *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro, Typographia Laemmert: 1850-1866.

[ANDRADE, Luiz Antonio Navarro de]. *Breve apreciação da demissão do Conselheiro Paranhos por um brasileiro ex-representante do povo*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de Azeredo Leite, 1865.

CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Um Ministério visto por dentro: cartas inéditas de João Batista Calógeras, alto funcionário do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

[CASTILHO, José Feliciano de]. *A grande questão do dia: o acordo de 20 de Fevereiro; o conselheiro Paranhos*. Recife: Typ. do Correiro do Recife, 1865.

[FERREIRA, João Carlos de Sousa]. *A missão Paranhos, ou a paz no Uruguay, por um ex-Ministro de Estado*. Rio de Janeiro: Typ. do Correrio Mercantil, 1865.

JACEGUAI, Artur Silveira da Mota, Barão de. *Reminiscência da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1935.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. *Autobiografia: exposição aos credores e ao público seguida de o meio circulante no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998

PEDRO II, Imperador. À Regente D. Isabel. In: ISÓCRATES *et al*. *Conselhos aos governantes*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

[RIO BRANCO], José Maria da Silva Paranhos, [Visconde do]. *A convenção de 20 de fevereiro, demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguayana*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

_____. *Cartas ao amigo ausente*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1953.

ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SAGASTUME, Vasquez. Rectificación histórica: el Consejero Saraiva y el Dr. Vasquez Sagastume. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LIX, parte I, 1º e 2º trimestres de 1896.

SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império. In: KUGELMAS, Eduardo (Org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

SARAIVA, José Antonio. Resposta do Conselheiro José Antonio Saraiva ao Dr. Vasquez Sagastume. In: Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LIX, parte I, 1º e 2º trimestres de 1896. In: KUGELMAS, Eduardo (Org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle, Visconde de. *O Visconde do Rio Branco: glória do Brasil e da humanidade*. Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 1988.

URUGUAI, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai. São Paulo : Editora 34, 2002.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. Da natureza e limites do Poder Moderador. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

4. Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica do Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Senac; Brasília: Funag, 2001.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Paraná e a política externa. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas... [et al]. *O Marquês de Paraná*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

ARON, Raymon. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve história contemporánea*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. Londres: Fontana, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BARRETO, Vicente; PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

BESOUCHET, Lídia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

BOAVENTURA, Tomás de Aquino. *A política externa brasileira na concepção do Visconde do Rio Branco*. 1986. Dissertação (Mestrado em história). Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

BORMANN, J.B. *A campanha do Uruguay: 1864-1865*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BUSHNELL, David. The Independence of Spanish South America. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1989, v. III.

BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1989, v. III.

CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, v. II.

CAGNONI, Manlio; BORIS, Ivan. *El Napoleón del Plata: historia de una heroica guerra sudamericana*. Barcelona: Noguer, 1972.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. 15. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império. Brasília: Câmara dos Deputados*, Cia. Editora Nacional, 1989, 3 vols.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Ed. facsimilar, Brasília : Senado Federal, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ (Org.). *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*. São Paulo : Editora 34, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CAVALIERI, Paulo. *La restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CERQUEIRA, Paulo Pedreira de. *O Visconde do Rio Branco.* Salvador : Centro de Estudos Bahianos, 1969.

CERVO, Amado Luiz. A dimensão regional e internacional da independência. In: RAPOPORT (Orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais: dois séculos de história*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

_____. Intervenção e neutralidade: doutrinas brasileiras para o Prata nos meados do século XIX. *Revista brasileira de política internacional*. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 101-104, p. 103-109, 1983.

_____. *Parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

_____. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília : Universidade de Brasília, 2002.

_____. RAPOPORT, Mário (Orgs.). *História do Cone Sul.* Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs.). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998, parte I, tomos I, IV, V e VI.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. A missão Carneiro Leão no Prata: a guerra contra Rosas. In: _____... [et al]. *O Marquês de Paraná.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

COSTA, Craveiro. *O Visconde de Sinimbú: sua vida política e atuação na política nacional (1840-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

DONGHI, Túlio Halperin. Economy and Society in Post-Independence Spanish America. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1989, v. III.

_____. *História da América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. 1989. Dissertação (Mestrado em história). Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

_____. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT (Orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. *Brasília*. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

DUVERGER, Maurice. *Os grandes sistemas políticos*. Coimbra: Almedina, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Júlio Cezar de. *José Bonifácio, o Moço*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FIGUEIREDO, Joana Bosak. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional: 1851-1865*. 2000. Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GÓES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, brasileiros, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O (Eds.). *Ideas and Foreign Policy: beliefs, institutions and political change*. Ithaca: Cornell University, 1993.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1979.

HERRERA, Juan José de. *La diplomacia oriental en el Paraguay.* Montevideo: Talleres A. Barreiro y Ramos, 1908.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: _____ (Diretor). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo : Difel, 1985, tomo II, vol. V.

_____ (Diretor). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo : Difel, 1985, tomo II, vols. III, IV e V.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, v. III.

ISÓCRATES *et al*. *Conselhos aos governantes*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

KUGELMAS, Eduardo (Org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império brasileiro (1882-1889)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

LOBO, Hélio. *Antes da guerra: a missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguay*. Rio de Janeiro: Imprensa Ingleza, 1914.

LYNCH, John. The River Plate Republics from Independence to the Paraguayan War. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1989, v. III.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977, v. I.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1979.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v. I.

NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1999.

PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo: primeira phase (1815-1867)*. Ed. Illustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. 2. ed. São Paulo : Global, 1981.

_____. *Os conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo : Brasiliense, 1979.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

OLIVEIRA, Marilene de Lourdes Parfume de. *Missão Saraiva de 1864 ao Uruguai. 1985*. Dissertação (Mstrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *1864: o contexto platino e a intervenção brasileira no Uruguai.* 1979. Dissertação (mestrado em história). Universidade de Brasília, Brasília, 1979.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco. In: _____. *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1974, v. II.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SAENZ QUESADA, María. *La Argentina: historia del país y de su gente*. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

SILVA, José Luiz Weneck da. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil Monárquico (1831-1876)*. Rio de Janeiro: Univerta.

SIVOLELLA, Cristina Angela Retta. *Ação do Império sobre o Prata nos meados do século XIX e os Tratados de 1851*. Brasília: Universidade de Brasília (dissertação de Mestrado em História), 1996.

SOARES, José Álvaro Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865*. Rio de Janeiro : Brand, 1955.

_____. *O drama da tríplice aliança: 1865-1876*. Rio de Janeiro : Brand, 1956.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais: dois séculos de história*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. P*anorama do Segundo Império*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

SOUSA, J. A. Soares de. O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Diretor). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo : Difel, 1985, tomo II, vol. III.

SOUSA JÚNIOR, Antônio de. Guerra do Paraguai. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Diretor). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo : Difel, 1985, tomo II, vol. IV.

SOUZA, Francisco Belisário Soares. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1964.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, Fundação Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1988.

VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1992.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the State, and War: a theoretical analysis*. New York: Columbia University, 1969.

_____. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University, 1999.

Anexos

ANEXO I – Texto das notas reversais de 28 e 31 de janeiro de 1865

(em língua portuguesa)

Fonte: RRNE, 1865, Apêndice, p. 156-157.

Quartel-general do exercito libertador. Colorado, em 28 de Janeiro de 1865.

Senhor Ministro. – A alliança entre o Brasil e a grande maioria da Nação Oriental, que me cabe a honra de representar, como general em chefe do exercito libertador, está feita. Ella existe de ha muito nos sentimentos e nas conveniencias reciprocas, hoje existe tambem nos factos, porque o triumpho de Paysandú foi sellado com o generoso sangue dos bravos de uma e outra nacionalidade.

Sempre fiz justiça ás nobres intenções do governo do Brasil, sempre confiei no seu respeito á independencia de minha patria, e na força dos principios de justiça e liberdade que professão o povo brasileiro e o seu illustre monarcha.

Hoje, porém, tenho novos penhores de seus generosos sentimentos para com o povo oriental, que tanto amo, e sinto o dever de dar uma demonstração

de meu reconhecimento, e de quanto desejo estreitar a solida amizade entre os Orientaes e os Brasileiros.

Como general em chefe dos Orientaes que compoem o exercito libertador, e representão em nossa honrosa cruzada a grande maioria dos meus compatriotas, cabe-me a honra de dar ao Brasil a segurança de que as suas reclamações, que motivárão o *ultimatum* de 4 de Agosto ultimo, serão attendidas com rigorosa justiça e inteira lealdade, valendo esta minha declaração como empenho de honra e acto solemne e perfeito da soberania oriental, logo que esta seja libertada da facção que hoje a opprime.

Os autores e complices notorios de delictos commettidos contra as pessoas de subditos brasileiros residentes em meu paiz, serão punidos com toda a severidade das leis das Republica, sendo destituidos immediatamente, e sem prejuizo dos respectivos processos criminaes os que ainda exerção cargos publicos.

Serão suspensos de seus empregos civis ou militares, submettidos ao julgamento ordinario, todos os indiciados de delictos contra os mesmos residentes, uma vez que a legação imperial tenha fornecido ou forneça, a respeito de taes individuos, fundamento bastante para que o governo do meu paiz possa conscienciosamente dar esse exemplo de sua sevéra justiça, e do grande apreço em que tem uma perfeita intelligencia e amizade com o Imperio do Brasil.

Os súbditos brasileiros que tenhão sido forçados a qualquer serviço publico por autoridades da Republica, serão postos em liberdade e indemnisados dos prejuizos que tenhão soffrido, tão depressa esta reparação possa ser ordenada pelo abaixo assignado ou por quem o substitua no exercicio do poder supremo da Republica.

Observar-se-ha strictamente o accôrdo celebrado pelos dous governos em notas reversaes de 28 de Novembro e de 3 de Dezembro de 1857, a respeito dos certificados de nacionalidade, passados pelos respectivos agentes consulares; bem como o outro accôrdo semelhantemente estabelecido por notas de 1 e 7 do dito mez de Dezembro, relativo ao alistamento para o serviço militar dos dous paizes.

Considerar-se-ha com força de lei, e terá plena execução desde logo, o accôrdo de 8 de Maio de 1858, pelo qual o governo da Republica, em virtude de um compromisso de honra, garantio ás reclamações brasileiras provenientes de prejuizos da antiga guerra civil o mesmo processo e a mesma equidade que concedeo ás reclamações francezas e inglezas da mesma origem.

Os tratados, cujos autographos forão entregues ás chammas pelo furor dos dominadores de Montevidéo, continuarão a ser fielmente respeitados como leis da Republica a que está ligada a sua palavra de honra, e que ambos os paizes têm o dever de sustentar e cumprir.

O general em chefe do exercito libertador não só cumprirá os ajustes preexistentes, acima indicados, mais ainda se prestará com igual boa fé a celebrar quaesquer outros accôrdos necessarios para reatar as relações de boa vizinhança e de reciproca segurança entre os dous povos.

Contrahindo, Sr. ministro, em nome da grande maioria da Nação Oriental, que represento, estes sagrados compromissos, eu o faço, como observei a V. Ex., levado pelos estimulos da nossa civilisação, e em cumprimento dos deveres internacionaes, taes quaes os comprehendeu sempre o governo oriental em suas épocas de grata recordação.

Ao transmittir a V. Ex. estas declarações, não peço nenhuma segurança de reciprocidade, porque não desejo tirar a este acto o seu caracter de espontanea reparação devida ao Brasil, e porque estou certo de que o illustrado governo brasileiro ha de attender com a mesma nobreza a quaesquer reclamações fundadas que lhe tenhão sido ou sejão de futuro apresentadas em nome da Republica.

O abaixo assignado assegura por ultimo ao governo de S. M. o Imperador do Brasil, que a Republica Oriental, desde já, e com maior razão quando for de todo libertada de seus actuaes oppressores, prestará ao Imperio toda a cooperação que esteja ao seu alcance, considerando como um empenho sagrado a sua alliança com o Brasil na guerra deslealmente declarada pelo governo paraguayo, cuja ingerencia nas questões internas da Republica Oriental é uma pretensão ousada e injustificavel.

O abaixo assignado se compraz em reiterar a V. Ex. as expressões de sua distincta consideração e apreço.

A S. Ex. o Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, etc.

Venancio Flores.

Missão especial do Brasil. Buenos-Ayres, em 31 de Janeiro de 1865.

Illmo. E Exmo. Sr. – O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, acreditado em missão

especial junto á Republica Argentina, teve a honra de receber a nota que S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores lhe dirigio em data de 28 do corrente.

Pela referida nota o Sr. general manifesta seus sentimentos amigaveis e justos para com o Brasil, e contrahe em nome da Nação Oriental, como seu orgão fiel e competente, no caracter de auctoridade suprema e discricionaria de que se acha revestido, o compromisso solemne de satisfazer ás reclamações do *ultimatum* brasileiro de 4 de Agosto, enumeradas na supracitada nota, e de fazer respeitar todas as estipulações vigentes entre o Imperio e a Republica.

No intuito de evitar futuros motivos de desavença entre os dous Estados e assentar sobre bases solidas as suas boas relações de vizinhança, o Sr. general assegura que o governo oriental se prestará de bom grado a quaesquer outros ajustes necessarios para se conseguirem aquelles objectos, tão dignos da previsão e solicitude de ambos os governos.

O Sr. general accrescenta que considera um dever de honra, além de ser uma medida de segurança vital para a Republica, a alliança desta com o Brasil na guerra já declarada pelo governo paraguayo, o qual pela sua parte tem procedido como alliado do governo de Montevidéo. Aquella alliança é tambem um empenho solemnemente contrahido pelo Sr. general, no seu caracter de poder supremo e discricionario, e se fará tão effectiva na pratica quanto fôr possivel á Republica, nos termos que ulteriormente se acccordar entre os dous governos.

O abaixo assignado leu com a mais intima satisfação a referida nota de S. Ex. o Sr. general D. Venancio Flores, e agradecendo em nome do governo imperial os conceitos justos e amigaveis em que abunda essa espontanea manifestação, aceita igualmente as declarações de S. Ex. nos mesmos termos e com o caracter de compromisso internacional que S. Ex. lhes deu. Essas declarações são dignas do espirito de justiça e da reciproca estima e confiança que devem presidir ás relações dos dous governos.

O abaixo assignado assegura por sua parte ao Sr. general, ainda que S. Ex. o não exija, que o governo do Imperador tomará sempre a peito garantir aos cidadãos orientaes a protecção de que elles careção sob a jurisdicção do Brasil, e que nunca desattendeo, nem jámais deixará de prestar-se de boa fé, a quasquer legitimas e fundadas reclamações do governo oriental, ou de seus considadãos. É convicção do governo imperial que, fóra de tão razoaveis e honrosas condições, a paz dos dous Estados será um bem precario e seus

mutuos interesses não poderão attingir o desenvolvimento que ambos os governos devem desejar.

O abaixo assignado se compraz em aproveitar esta opportunidade para renovar a S. Ex. o Sr. general D. Venancio Flores as expressões de sua perfeita estima e alta consideração.

A S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, commandante em chefe do exercito libertador.

José Maria da Silva Paranhos.

ANEXO II – Texto do Convênio de 20 de fevereiro de 1865

(em língua portuguesa)

Fonte: RRNE, 1865, Apêndice, p. 152-156.

Protocollo da negociação de paz celebrada na villa da União.

Havendo S. ex. o Sr. D. Thomaz Villalba, como presidente reconhecido por um dos belligerantes, manifestado a S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores como chefe reconhecido pela outra fracção dos Orientaes, e a S. Ex. o Sr. Conselheiro Dr. José Maria da Silva Paranhos, como representante diplomatico do Brasil, seus desejos de fazer cessar quanto antes a guerra interna e externa em que se acha a Republica, evitando-se, se é possivel, nova effusão de sangue e novas desgraças entre irmãos e uma nação vizinha, cuja amizade deve ser um empenho honroso e grato para ambos os governos;

E tendo S. Ex. o Sr. ministro residente de Italia D. Raphael Ulysse Barbolani, ao annunciar esses pacificos, illustrados e patrioticos sentimentos de S. Ex. o Sr. D. Thomaz Villalba, declarado que o fazia por encargo deste e em nome de todo o corpo diplomatico de Montevidéo, e solicitado para a negociação de paz uma suspensão de armas, como reciprocidade do que por parte de um dos belligerantes já se havia ordenado á guarnição da praça de Montevidéo:

Foi esta medida ordenada por parte de S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venâncio Flores, e de SS. EEx. Os Srs. Vice-almirante Barão de Tamandaré e marechal João Propicio Menna Barreto, generaes em chefe da esquadra e exercito do Brasil; e manifestou-se ao mesmo tempo, pelos orgãos competentes dos belligerantes alliados, que as aberturas feitas por parte do outro belligerante serião acolhidas com o mais sincero desejo de evitar á capital da Republica, se fosse possivel, as tristes consequencias de um assalto.

Verificando-se no dia seguinte ao daquellas aberturas de paz, que tiverão logar a 16 do corrente mez de Fevereiro, a enviatura de S. Ex. o Sr. Dr. D. Manoel Herrera y Obes, como orgão e negociador autorisado por S. Ex. o Sr. D. Thomaz Villalba para propôr e ajustar as condições da paz, que ambos os belligerantes desejavão celebrar, antes de um novo recurso ás armas; reunirão-se nesta villa da União SS. EEx. os Srs. Brigadeiro general D.

Venancio Flores, Conselheiro José Maria da Silva Paranhos e D. Manoel Herrera y Obes, para entenderem-se sobre tão importante assumpto.

Entre S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores e S. Ex. o Sr. D. Manoel Herrera y Obes, forão ajustados os seguintes artigos de reconciliação e de paz, pelo que toca á dissidencia entre os Orientaes:

Art. 1º. Fica felizmente restabelecida a reconciliação entre a familia oriental, ou a paz e boa harmonia entre todos os seus membros, sem que nenhum delles possa ser accusado, julgado ou perseguido por suas opiniões ou actos politicos e militares praticados na presente guerra.

Por conseguinte, desde esse momento fica em vigor a igualdade civil e politica entre todos os Orientaes, e todos elles no pleno gozo das garantias individuaes e direitos politicos que lhe confere a Constituição do Estado.

Art. 2º. São exceptuados das declarações do artigo precedente, assim os crimes e delictos communs, como os politicos que possão estar sujeitos á jurisdicção dos tribunaes de justiça, por seu caracter especial.

Art. 3º. Enquanto não se estabelece o governo e perfeito regimen constitucional, o paiz será regido por um governo provisorio presidido por S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, com um ou mais secretarios de estado, responsaveis, livremente escolhidos pelo mesmo Sr. general e demissiveis *ad nutum*.

Art. 4º. As eleições, assim para deputados e senadores, como para as juntas economico-administrativas, terão logar o mais brevemente possivel, e logo que o estado interno do paiz o permitta, não devendo em caso algum deixar de verificar-se na época designada pela lei.

Em ambas as eleições proceder-se-há pelo modo e fórma que as leis especiaes tem determinado, afim de assegurar a todos os cidadãos as mais amplas garantias para a liberdade de seus votos.

Art. 5º. Ficão reconhecidos todos os gráos e empregos militares conferidos até á data em que fôr assignado o presente convenio.

Art. 6º. Todas as propriedades das pessoas compromettidas na contenda civil, que tenhão sido occupadas ou sequestradas por disposições geraes ou especiaes das autoridades contendoras, serão immediatamente entregues a seus donos e collocadas sob a garantia do art. 144 da Constituição.

Art. 7º. Immediatamente depois de concluido o presente convenio, todos os guardas nacionaes, que se achão no serviço activo de guerra, serão licenciados, e suas armas recolhidas e depositadas, na fórma do costume, nas repartições competentes.

Art. 8º. O presente convenio se considerará definitivamente concluido e terá immediata e plena execução, logo que conste por uma maneira authentica a sua aceitação por parte de S. Ex. o Sr. D. Thomaz Villalba, a qual será dada e communicada dentro de vinte e quatro horas depois de firmado pelos negociadores.

Ouvido o Sr. ministro de S. M. o Imperador do Brasil a respeito dos sobreditos artigos, declarou S. Ex. que o accôrdo celebrado pelo alliado do Imperio não podia ser senão applaudido pelo governo imperial, que nelle viria bases razoaveis e justas para a reconciliação oriental, e solida garantia dos legitimos propositos que obrigárão o Imperio á guerra que ia felizmente cessar.

Tendo sido antes offerecido ao Brasil por S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, como seu alliado, a justa reparação que o imperio havia reclamado antes da guerra, e confiando plenamente o governo imperial no amigavel e honroso accôrdo constante das notas de 28 e 31 de Janeiro ultimo, espontaneamente iniciado pelo illustre general que vai assumir o governo supremo de toda a Republica: o representante do Brasil declarou que nada mais exigia a esse respeito; julgando que a dignidade e os direitos do Imperio ficão ressalvados, sem a menor quebra da independencia e integridade da Republica, e de harmonia com a politica pacifica e conciliadora que se ia inaugurar neste paiz.

S. Ex. o Sr. Dr. D. Manoel Herrera y Obes declarou que lhe era grato ouvir os sentimentos moderados, justos e benevolos que S. Ex. o Sr. ministro do Brasil tem expressado a respeito da Nação Oriental; que folgava de reconhecer que no accôrdo contido em as notas á que se referira o Sr. ministro, e cujas cópias authenticas lhe agradecia, nada ha que não seja honroso para ambas as partes; e que, sendo esse accôrdo um compromisso cuja satisfação caberá ao governo provisorio, do qual será chefe S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, não podia elle offerecer a menor difficuldade á celebração da paz entre os Orientaes, e entre estes e o Brasil.

E achando-se todos concordes no presente protocollo, lavrárão-se delle tres exemplares que forão assignados pelos negociadores.

Feito na villa da União, aos vinte dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e cinco.

Venancio Flores.
Manuel Herrera Y Obes.
José Maria da Silva Paranhos.

ANEXO III – Texto do Protocolo reservado e adicional ao de 20 de fevereiro de 1865

(em língua portuguesa)

Fonte: AS, 1865, Apêndice, p. 27.

Protocollo reservado e addicional ao de 20 de Fevereiro

Reunidos SS. EEx. os Srs. brigadeiro general D. Venancio Flores e conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro do Brasil, por uma parte, e S. Ex. o Sr. Dr. D. Manoel Herrera y Obes, por outra parte, para concluirem os ajustes relativos ao restabelecimento da paz interna da Republica e de suas boas relações com o Brasil, convierão em que fosse objecto de um accôrdo reservado a satisfação que se exigia por parte do Brasil pelo insulto feito ao seu pavilhão nas vesperas desta negociação de paz e nas ruas de Montevidéo, por alguns altos funccionarios da Republica.

S. Ex. o Sr. ministro do Brasil declarou que o referido insulto, cujos pormenores não desejava e não devia recordar nesta occasião, parece ter sido calculado para estorvar todo temperamento generoso da parte do Brasil, mas que o mesmo Sr. ministro, fazendo justiça aos sentimentos elevados do seu governo, se limitava a reclamar que, além da demonstração de honra e amizade que S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, por si e em nome da nação oriental, havia prometido á bandeira brasileira, segundo os estylos dos povos cultos, como o são o Brasil e a Republica Oriental, fossem obrigados a sahir do paiz por algum tempo os autores deste triste feito.

Annuindo a esta proposição S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, e lamentando S. Ex. o Sr. D. Manuel Herrera y Obes que as paixões de guerra houvessem dado lugar a um facto que elle foi dos primeiros a reprovar em sua consciencia e em seu coração, propunha, não obstante, que os sentimentos de moderação do Brasil não exigissem mais do que é necessario para o seu desaggravo.

O insulto, disse S. Ex. o Sr. Manuel Herrera y Obes, não póde ser considerado como feito pela nação oriental: e é por esta inteiramente obliterado com a demonstração que offerece dar S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores: a exigencia nestes momentos de fazer sahir do paiz dous homens importantes da defesa de Montevidéo pode levantar resistencias que

hoje não encontra o patriotismo de S. Ex. o Sr. D. Thomaz Villalba, para conseguir a paz sem mais effusão de sangue; generoso como se mostra e se tem mostrado sempre o governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil em suas relações com o Estado Oriental, espera que o digno representante do Brasil desistirá da segunda parte da sua exigência, que demais será satisfeita pela ordem natural dos acontecimentos que se vão desenvolver: as pessoas compromettidas nesse feito, e com ellas outras que mais devem receiar de ódios que só o tempo faz esquecer, por acto proprio ausentar-se-hão do seu paiz.

S. Ex. o Sr. ministro do Brasil, attendendo ás considerações de S. Ex. o Sr. D. Manuel Herrera y Obes, e para condescender tambem com outras proprias dos sentimentos conciliadores de S. Ex. o Sr. brigadeiro general D. Venancio Flores, conveio em que ficasse convencionado que os mais compromettidos no referido desacato á bandeira brasileira serião obrigados a sahir temporariamente da republica, se o não fizessem espontaneamente ao tempo de proclamar-se a paz.

Sendo aceita esta proposta de S. Ex. o Sr. ministro do Brasil, deu-se por finda a conferencia, da qual lavrou-se o presente protocollo em tres exemplares, que vão assignados pelos tres negociadores.

Feito na villa da União, aos 20 de Fevereiro de 1865.

José Maria da Silva Paranhos.
Venancio Flores.
Manuel Herrera Y Obes.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)